



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Luciano Oliveira Camara


O que faz do conselheiro Aires um cético?

Rio de Janeiro

2011

Luciano Oliveira Camara

O que faz do conselheiro Aires um cético?



Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Teoria da Literatura e Literatura Comparada.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Bernardo Galvão Krause

Rio de Janeiro

2011

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

A848	<p>Camara, Luciano Oliveira. O que faz do conselheiro Aires um cético?/Luciano Oliveira Camara. - 2011. 129 f.</p> <p>Orientador: Gustavo Bernardo Galvão Krause. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.</p> <p>1. Assis, Machado de, 1939-1808 – Crítica e interpretação - Teses. 2. Conselheiro Aires (personagem fictício) - Teses. 3. Ceticismo na literatura - Teses. 4- Céticos (Filosofia grega) – Teses. 5 Sexto Empírico – Teses. I. Gustavo, Bernardo, 1955 - . II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.</p> <p>CDU: 869.0(81)-95</p>
------	---

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Luciano Oliveira Camara

O que faz do conselheiro Aires um cético?

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Teoria da Literatura e Literatura Comparada.

Aprovada em 24 de novembro de 2011.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Gustavo Bernardo Galvão Krause
Instituto de Letras da UERJ

Prof. Dr. Roberto Acízelo Quelha de Souza
Instituto de Letras da UERJ

Prof^a. Dra. Marta Ribeiro Rocha e Silva de Senna
Fundação Casa de Rui Barbosa

Rio de Janeiro

2011

DEDICATÓRIA

À memória de meu avô Salvador Avelino Camara, o velho Salvador, de cujas lições pude desfrutar por tão pouco tempo.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Gustavo Bernardo Galvão Krause, pela paciência e pela confiança, desde os tempos longínquos de graduação.

Aos amigos e professores que colaboraram e continuam colaborando com meu retorno ao meio de onde não deveria ter saído.

O que parece certo é que a maldade, os maus sentimentos, são a seu ver tão inexistentes, ou melhor, tão absurdos, como a bondade. E tão ridículos, se quiserem.

Essa atitude tem um nome bem expressivo, um nome que parece não agradar o investigador da filosofia machadiana. Chama-se ceticismo.

Sérgio Buarque de Holanda

RESUMO

CAMARA, Luciano Oliveira. *O que faz do conselheiro Aires um cético?* 2011. 129 f. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura / Literatura Comparada) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

Há um consenso nos meios crítico e acadêmico de que Joaquim Maria Machado de Assis é o maior ficcionista brasileiro. Além da qualidade inegável, sua ficção é notável por sua dimensão, atingindo uma dezena de romances e mais de duzentos contos. Com esta união singular entre extensão e qualidade, a obra machadiana acumulou a maior fortuna crítica no Brasil e uma das maiores da literatura universal. Ainda assim, sua fortuna é a que mais cresce no Brasil. Diante de tamanha dedicação dos estudiosos, em que seria relevante a apresentação de mais uma dissertação sobre o Bruxo do Cosme Velho? Acreditando que, apesar do tamanho da investigação que já se fez sobre Machado, alguns dos aspectos cruciais da vida e da obra do escritor ainda não foram devidamente elucidados, este trabalho nasce com a intenção de contribuir para a diminuição dessa lacuna. Um desses aspectos é o conteúdo filosófico da ficção machadiana. Durante muitas décadas, a ideia de que Machado de Assis se alinhara filosoficamente ao pessimismo foi hegemônica. Entretanto, muitas características da ficção machadiana, tais como o *humour* e a ironia, podem ser sinais de outra orientação filosófica: o ceticismo. A identificação entre Machado e ceticismo não é, entretanto, algo novo, mas durante a maior parte do tempo, a crítica identificou o ceticismo de Machado com a acepção popular do termo: descrença no campo metafísico e desengano no campo político-social. Este modo de ver o ceticismo acaba por aproximar o termo, e reaproximar Machado de Assis, ao pessimismo. Por outro lado, há algumas décadas, alguns estudiosos brasileiros começaram a verificar que a filosofia da ficção machadiana estaria de fato associada ao ceticismo, mas a outro tipo de ceticismo, o ceticismo pirrônico ou filosófico, iniciado com Pirro de Elis, filósofo grego que viveu entre 360 e 270 a.C., e estabelecido pelos escritos de Sexto Empírico, filósofo e médico do século 2. Fazendo jus à origem grega do termo *skeptikós*, aquele que investiga, o ceticismo pirrônico prima não pela descrença, mas pela busca contínua da verdade. Esta busca se mantém indeterminada em virtude da limitação dos sentidos e do pensamento humanos. Não podemos alcançar a verdade das coisas, mas apenas descrever como elas aparentam. Esta impossibilidade não conduz o pirrônico ao pessimismo, o conduz, ao contrário, à tranquilidade, pois ele aceita a sua limitação, não fica se debatendo contra ela. Na ficção machadiana, o conselheiro Aires é o personagem cético por excelência, a começar pelo tão famoso tédio à controvérsia. Entretanto, apesar da semelhança entre a ficção de Machado de Assis e a filosofia cética, há um problema a ser enfrentado: como o escritor poderia ter criado um personagem tão próximo do pirronismo se Machado nunca chegou a ler uma página de Sexto Empírico?

Palavras-chave: Machado de Assis. Conselheiro Aires. Ceticismo. Pirronismo.

ABSTRACT

Joaquim Maria Machado de Assis is the most important Brazilian fictionist, according to the critics and the academy. Together with its undeniable quality, his fiction is notable for its dimension, reaching ten novels and over two hundred short stories. Because of its unique union between quality and size, Machado's work has garnered the biggest critical fortune among Brazilian writers and one of the greatest in literature all over the world. Still, his fortune is the fastest growing in Brazil. Faced with such dedication of the scholars, it would be relevant to present a new paper on the Warlock of Cosme Velho? Believing that some of the crucial aspects of his life and work have not been elucidated, despite of the size of the research that has been done on Machado, this work comes with the intention to contribute reducing this gap. One of these aspects is the philosophical content of Machado's fiction. For many decades, the idea that Machado de Assis is philosophically aligned with pessimism was hegemonic. However, many features of Machado's fiction, such as humour and irony, may be signs of other philosophical orientation: skepticism. However, the identification between Machado and skepticism is not something new. But during most of the time, the critics identified the skepticism of Machado with the popular sense of that word: disbelief concerning metaphysical dimension and disappointment concerning politics and social environment. This view of skepticism, however, approximates the term to pessimism; and reconnects Machado de Assis to it. Decades ago, some Brazilian scholars began to see that the philosophy of Machado's fiction was actually associated with skepticism, but another kind of skepticism, the Pyrrhonian or philosophical skepticism, which began with Pyrrho of Elis, a Greek philosopher who lived between 360 and 270 BC, and was established by the writings of Sextus Empiricus, philosopher and physician of the second century. True to the Greek origin of the term *skepticos*, the one who inquires, the Pyrrhonian skepticism is distinguished not by disbelief, but by its continual search for the truth. This search remains undetermined due to the limitation of human senses and thought. We cannot reach the truth of things, but only describe how they look. This failure does not lead the Pyrrhonian to pessimism, leads him instead to the tranquility, because he accepts his limitations and is not struggling against them. In Machado's fiction, counselor Aires is the skeptical character par excellence, starting with his famous aversion to controversy. However, despite the similarity between the fiction of Machado de Assis and skeptical philosophy, there is a problem to be faced: Machado had never read a single page from Sextus Empiricus. So, how could the writer created a so closed to the Pyrrhonism character?

Keywords: Machado de Assis. Counselor Aires. Skepticism. Pyrrhonism.

SUMÁRIO

	POR QUE, AINDA, MACHADO DE ASSIS?	9
1	DESCRENTE, PIRRÔNICO, ACADÊMICO, MITIGADO, INVESTI- GATIVO: AS FORMAS DO CÉTICISMO	27
2	“PODE MUITO, TODOS ATENDEM AOS SEUS CONSELHOS”	41
3	A LIÇÃO DO CONSELHEIRO	56
4	A OPINIÃO DO CONSELHEIRO	69
5	A VISÃO DO CONSELHEIRO	82
6	CAPÍTULO DO AMOR (OU DOS AMORES)	90
6.1	De Natividade...	90
6.2	(Um parêntesis imprescindível)	95
6.3	...À Fidelity	103
7	A HUMANIDADE DO CÉTICO	109
7.1	O Observador	109
7.2	Céticos	112
7.3	Pirrônico?	118
	REFERÊNCIAS	126

POR QUE, AINDA, MACHADO DE ASSIS?

Evidentemente, ainda com as restrições que lhe tenho feito, devo confessar que, no gênero [romance], em língua portuguesa, ninguém se elevou tão alto quanto Machado de Assis, nem no Brasil, nem em Portugal.

Silvio Romero

DA TRADIÇÃO MACHADIANA...

Dentro da tradição literária brasileira, Machado de Assis é o maior escritor de todos os tempos. Consagrado durante nosso realismo, Machado é, portanto, o nosso maior escritor realista. Machado também é um escritor de fases. De duas fases. Na primeira, há um Machado romântico. Nesta fase, devido à sua inexperiência, escreve romances razoáveis. Tais romances não são relevantes, nem mesmo para figurar em concursos vestibulares; haveria outros escritores brasileiros que representam bem melhor a escola romântica. Já em sua segunda fase, realista e de maturidade, a genialidade de Machado se revela em romances extraordinários, como *Memórias póstumas de Brás Cubas*, que, aliás, inaugura o realismo brasileiro, e *Dom Casmurro*, que comporta a maior dúvida da literatura brasileira. Ao fim de sua vida, Machado dá sinais de certa tibieza criativa, talvez por conta de um enfado para com a literatura, após produzir tantas obras. Prova disso é seu último romance, *Memorial de Aires*, que não possui a mesma força das obras do início da segunda fase, não deixando de ser, entretanto, um estimável testamento moral do escritor.

Ainda segundo a tradição, Machado de Assis foi um homem quase irrepreensível, esposo fiel e funcionário público dedicado. Seu amor pelo Brasil e pela cultura brasileira pode ser medido pelo apoio fundamental que dedicou à fundação da Academia Brasileira de Letras. O escritor pecaria apenas por um pessimismo incorrigível, cujo transbordamento para suas obras de ficção deve ser visto com cuidado pelos leitores mais suscetíveis. Machado pecaria também pela suspeita de ateísmo. Quanto ao pessimismo, diversas desculpas lhe caberiam: a origem humilde e a condição de negro, a ascensão social que lhe trazia certa melancolia (e talvez alguma dor na consciência), e a doença constrangedora da epilepsia. Quanto ao ateísmo, se confirmado, a desculpa seguramente viria de Deus: mandar Machado para o inferno estaria fora de cogitação.

Com a ajuda da tradição, ou apesar dela, o fato é que Machado de Assis é certamente um caso ímpar em nossa literatura, tanto nos salões acadêmicos quanto no meio editorial. O escritor continua provocando inúmeras teses e dissertações a cada ano; sua fortuna crítica é a maior dentre as de nossos escritores e ainda assim é a que mais cresce; sua obra é fonte de inspiração para estudos com um sem-número de perspectivas; sua vida, apesar de não ter sido sinônimo de agitação, inspira biografias variadas. O Bruxo se mantém um campeão de vendas absoluto, apesar de ter a quase totalidade de sua produção disponível para *download* gratuito na internet. Suas centenas de contos e crônicas possibilitam coletâneas as mais diversas. As edições de seus romances se sucedem incessantemente. Com a aproximação de 2008, centenário de sua morte, sua obra foi vasculhada como nunca. Antologias, seleções, relançamentos, descobertas e redescobertas, contemplando os mais diversos gêneros em que atuou, passaram a disputar os lugares de honra nas vitrines de grandes e pequenas livrarias e o topo dos sistemas de busca das lojas virtuais. As análises críticas e teóricas se renovaram. Títulos como *Machado de Assis e a economia, ...e o direito, ... e a psicologia* se multiplicaram, como que conspirando para estender a verve machadiana a todos os ramos do conhecimento. A presença de determinados grupos humanos na obra do estimado cronista dos *Bons Dias!* também mereceu atenção. Judeus, negros, mineiros se tornaram objeto de isolamento e investigação. Aspectos diversos da condição humana e da sociedade, como a modernidade, a escravidão, a política, a loucura, o amor continuam a ser esmiuçados regularmente pelos estudiosos do escritor carioca.

A vastidão confirma o sentimento quase unânime de que, diante de Machado, estamos diante do maior prosador brasileiro. Indagar da adequação desta condição é tarefa, creio eu, desnecessária. Com Machado, nosso primeiro lugar está muito bem e justamente representado. Mas, diante da intensa proliferação de títulos (proliferação que apenas se acentuou por ocasião do centenário de seu falecimento), discutir a relevância de cada um, ou ao menos de todo o conjunto, é serviço penoso, mas igualmente relevante. Tal levantamento não faz parte dos objetivos deste trabalho, mas podemos distinguir rapidamente quatro espécies de publicação da ou sobre a obra machadiana: a obra machadiana em si; as investigações sobre a vida, o tempo e o espaço do escritor; as pesquisas sobre aspectos específicos presentes em sua obra; e os estudos com teor claramente literário. Vejamos, com a brevidade de um parágrafo, cada um dos quatro grupos.

A publicação recorrente dos títulos machadianos é sempre bem-vinda. A possibilidade de acesso via internet democratiza a leitura, mas não alcança o conforto proporcionado pela velha brochura. Um bom aparato eletrônico de leitura ainda está ao alcance financeiro de

poucos, e se o leitor preferir a impressão do arquivo baixado, o inicialmente gratuito pode se tornar mais caro que uma edição com capa e (às vezes) orelhas. Livre do pagamento de direitos autorais, o custo editorial da obra machadiana se resume à matéria-prima, produção e comercialização. Edições populares e de bolso barateiam bentinhos e jacobinas ainda mais. Ainda assim, as publicações usuais podem conter alguns inconvenientes, como por exemplo, orientações de leitura flagrantemente contrárias ao entendimento do próprio Machado acerca da obra de arte literária. Seleções e antologias, principalmente sob títulos como *Os melhores contos*, *As mais belas poesias*, *As mais importantes crônicas* implicam juízo de valor por parte do selecionador ou antologista; quase nunca alertado pelo editor.

Quanto ao interesse biográfico, verificamos que de (curtos períodos de) tempos em tempos, Machado é exposto a um novo escrito. Os apreciadores do Bruxo do Cosme Velho se sentem presenteados a cada lançamento. Não sem razão, pois o desvendamento do detalhe do ídolo se encaixa com exatidão na curiosidade do fã. No entanto, a ficção corre um sério risco quando esclarecida ou justificada pela vida do autor e seu ambiente. Saber que Machado aprendeu o francês com um padeiro imigrante, ou que teve a cor branca atestada em sua certidão de óbito é um deleite para o admirador, mas é bom que constitua um prazer não confundido com a experiência estética. E tal separação nem sempre é favorecida pelas estratégias empregadas pelo biógrafo, muitas vezes, também um fã do artista.

Pesquisas específicas, que divulgam aspectos peculiares das escritas ficcional e não-ficcional de grandes personalidades literárias, podem resultar em volumes brilhantes, regulares ou medíocres; trabalhos autênticos e de fôlego, mas também produtos de ocasião. O que não se pode negar é que, quanto mais específico o foco da investigação, mais restrito o público interessado, ao menos de início. Tal fato não representa necessariamente um defeito, uma vez que a literatura, como autêntico patrimônio humano, não deveria ficar restrita a um círculo de aficionados. Conectar um grande escritor a um aspecto do conhecimento a princípio divorciado da ficção pode ser um dos caminhos para recolocar a literatura mais próxima da universalidade que lhe é peculiar. É inegável, entretanto, que a escolha de alguém como Machado para nortear qualquer estudo serve, muitas vezes, mais ao ensaísta que ao ilustre escritor ou à literatura. Colando a pesquisa a Machado, acrescenta-se, de antemão, valor à publicação.

Por fim, os volumes dedicados à análise da literatura machadiana, segmento quase que totalmente restrito à teoria da literatura, aparecem com constância. Mas a quantidade de títulos não corresponde necessariamente à riqueza de abordagem. Certo que são direcionados a um público restrito, como os itens que se enquadram no parágrafo acima, com a diferença

de que aqui há coincidência entre disciplina e objeto de estudo. Muitos têm escrito sobre Machado, mas a cristalização de certos dogmas em torno de sua imagem e a mistura entre encômio e admiração dificultam uma pesquisa menos convencional e a correção de mal-entendidos a respeito do escritor e sua obra. Abordagens mais arejadas poderiam favorecer a aproximação de um número maior de leitores à arte literária, porventura aos estudos literários.

Este trabalho se enquadra na última categoria e nasce com a responsabilidade de não ser apenas mais um. A ficção machadiana não necessita de um título a mais apenas para manter a fortuna crítica do mestre inflando com regularidade, mais do que propriamente crescendo. Com esta consciência, pretendo contribuir para uma compreensão mais apropriada da ficção de Machado de Assis, que creio ser o elemento mais relevante de sua escrita. Apesar disso, diante do turbilhão de abordagens e pareceres sobre o escritor, creio que sua ficção vem sendo tratada com exagerada ortodoxia na maior parte dos casos. Como vem sendo abordada a ficção de Machado de Assis? Este ponto é relevante não apenas no que diz respeito ao nosso maior escritor, mas também à própria literatura, entendida como um conjunto de obras de arte de ficção, em sua maioria escrita, por vezes oral. Pois, se entendemos Machado como o maior ficcionista brasileiro, suas características como escritor poderiam ser confundidas com as características da própria literatura. O ponto é delicado e pode levar a diversos raciocínios: se Machado é o maior expoente de nossa ficção e é associado ao realismo, o realismo passa a ser uma escola literária superior? Ou o ápice de nossa literatura? Se Machado é o maior expoente de nossa literatura e é tido como maçante por grande parte daqueles que travaram contato com sua obra, principalmente aqueles que o fizeram por obrigação, o que se dirá dos demais, que lhe são inferiores?

A exuberância do legado machadiano, sem paralelos na literatura brasileira, possibilita a extrema segmentação dos olhares. Sua vida pessoal, protegida e misteriosa, sua doença, a ausência de filhos aguçam nossa curiosidade, instigam a especulação e possibilitam a criação de mitos e lendas. Sua produção incansável permite a republicação de títulos, unitariamente ou em coletâneas, nos dando a sensação de estarmos sempre diante de material inédito. Mas quando sua ficção é a matéria investigada esbarramos, com tanta frequência que nem nos damos mais conta, em dogmas e acordos tácitos que, com a pretensão de preservar o autor de *Ressurreição*, estimulam um entendimento direcionado e restrito de sua obra. E Machado foi, antes de tudo, um homem da ficção. Não que seu trabalho como crítico literário ou cronista, seu teatro ou poesia devam ser esquecidos ou desvalorizados. Mas foi a prosa de ficção a sua escolhida. É nela que parece se sentir mais à vontade. Quando falamos em Machado de Assis

são o conto e o romance que nos vêm à mente de imediato. Foi com eles que Machado nos presenteou de forma mais marcante.

Dogmas e acordos não contribuem para a valorização da ficção machadiana; ao contrário, produzem reflexões acanhadas a seu respeito e inibem seu alcance entre os leitores contemporâneos. De tais dogmas e acordos, gostaria de citar apenas dois, por entender que deles derivam todos os outros. O primeiro é a ideia de que Machado de Assis é um representante do realismo; o segundo, sua fama de gênio irrepreensível.

Machado de Assis é ou não é um gênio realista irrepreensível? Creio que não. Sua associação ao realismo deriva principalmente de ser contemporâneo da escola literária e da predileção que se instalou entre nós brasileiros por desenvolver os estudos literários pelo viés histórico, tendo como pano de fundo a cronologia. Machado não é a única vítima do critério. Um exemplo mais gritante do sequenciamento cronológico indiscriminado é Manuel Antônio de Almeida, autor de *Memórias de um sargento de milícias*, obra cuja associação ao romantismo já é colocada com cautela pelo mais esquemático dos livros didáticos, devido a sua evidente inadequação. Outros exemplos, mais perigosos porque menos flagrantes, são a acomodação de Manuel Bandeira no modernismo e de Augusto dos Anjos no simbolismo. Mas podemos estender o questionamento quase que indistintamente, pois, ao atribuímos um rótulo a um autor ou a uma obra, estaremos sempre diminuindo seu alcance, nunca lhe acrescentando valor.

Gostaria de ser mais direto e afirmar que, por mais ousado (ou desmedido) que possa à primeira vista parecer, o sintagma “gênio realista irrepreensível” é em si uma contradição. Não hesito em reconhecer a genialidade de Machado de Assis. Mas acredito que ela só foi possível por conta de seu afastamento do realismo. Além disso, sua genialidade não será melhor defendida com o congelamento de uma imagem de bom moço e a colocação de barricadas no entorno de sua obra, contra especulações e eventuais torcidas de nariz. Aliás, percebe-se que a resistência, principalmente por parte das gerações mais recentes, à literatura machadiana, está relacionada à contumaz sustentação, por conta de muitos dos formadores de opinião, de que a obra de Machado deva ser envolvida em uma aura de solenidade e não apreciada como uma grande (e provocadora) curtição; e que sua vida era o exemplo cabal (e *avant la lettre*) do politicamente correto.

Diferentemente dos defensores de sua moral e de seus bons costumes, Machado não parecia estar assim tão preocupado com suas imperfeições. Ou melhor, com as ofensas e recriminações que vez ou outra recebia por conta dos defeitos que nele encontravam. Josué Montello (1998, p. 32) nos lembra que, “mesmo nos momentos em que teria sobradas razões

para o impulso natural de uma represália, soube coibir a expansão da ira, da revolta, do desapontamento [...]. As cartas pessoais, ainda que aos mais íntimos amigos, jamais espelharam a mágoa ou a cólera”. Se por um lado não podemos nos esquecer da condição de fã incondicional de Montello, não é demais lembrar que cartas pessoais são o ambiente propício para extravasar as emoções. Machado, avesso ao comportamento polêmico que frequentemente acometia sua época, poderia se refugiar nas epístolas pessoais. Em *Os inimigos de Machado de Assis*, Montello relaciona os desafetos do Bruxo, destaca a impassibilidade ascética de Machado frente aos despropósitos de seus detratores e acaba involuntariamente colaborando para a visão hegemônica que se tem do talentoso escritor: um ser sobre-humano, imperturbável, que passa incólume por críticas as mais impertinentes.

Enxergo toda a genialidade que se vê em Machado, como não haveria de ser diferente. E consigo enxergar, também, sua humanidade. É preciso reconhecer que não era costume do mestre deixar sua vida e suas agruras pessoais ao alcance de todos. A controversa indicação de Mário de Alencar, filho de José de Alencar, à Academia Brasileira de Letras é um dos poucos episódios em que o escritor demonstrou com clareza sua humanidade, sua imperfeição. A preferência por Mário de Alencar não se baseou senão em ligações fraternas. É fato que os concorrentes de Mário não eram sumidades, mas o mesmo se pode dizer do predileto de Machado. A história apócrifa de que o concorrente era filho de Machado de Assis e não de José de Alencar reaparece de tempo em tempo e era viva àquela época. E a amizade que Machado nutria pelo jovem era tamanha que não cabia em sua fama de homem contido. Importa dizer que Mário de Alencar estava ligado às Letras mais por filiação (seja por parte de Alencar ou de Assis) que pelo próprio talento.

Tal episódio geralmente é ignorado pelos cronistas machadianos mais zelosos ou tradicionais, evitando que se manche a irretocável (e insossa) imagem aplicada ao gênio do Cosme Velho. O mesmo Josué Montello (1998, p. 27) minimiza a preferência de Machado, que “limitara-se a estimular a candidatura de Mário de Alencar, herança de sua amizade a José de Alencar”, e não faz menção a uma possível razão paternal, ao invés de fraternal, por parte do autor das *Memórias póstumas* e do *Memorial*. Por outro lado, Montello sobrevaloriza o violento ataque dirigido a Machado por um dos concorrentes preteridos, o padre José Severiano de Resende, desferido dezessete anos após a eleição de Mário! Montello associa o ataque à sua candidatura à Academia Brasileira de Letras, frustrada por Machado de Assis. O religioso se mantivera contido por quase duas décadas e efetuara a desforra com o fundador da Academia já falecido há um bom tempo, por ocasião de uma encenação de *Dom Casmurro*.

A idealização, ao mesmo tempo romântica e realista, do homem Machado de Assis também faz vítima sua obra. Isto é curioso, pois é de praxe afirmar que Machado começou sua carreira no romantismo, tendo evoluído para o realismo, como não poderia deixar de acontecer a um homem judicioso. Os defensores da divisão encontram justificativas em palavras do próprio Machado, como, por exemplo, na advertência de uma edição de 1905 de *Ressurreição*, seu primeiro romance. Assim escreve Machado (1957, p. 5): “Como outros que vieram depois, e alguns contos e novelas de então, pertence à primeira fase da minha vida literária”. Ocorre que o mesmo Machado pronunciou-se veementemente contra o movimento realista, entendendo-o como “a negação mesma do princípio da arte” (1938a, p. 195). Se por um lado, a primeira afirmação sugere um reconhecimento de certo tom romântico em seus primeiros escritos, encaixar sua maturidade literária em uma escola que o escritor teve veementemente por negativa é no mínimo conceder-lhe um direito parcial à voz.

A citação sobre o realismo é clara o bastante para necessitar de interpretação. Já a “primeira fase” contida na advertência de *Ressurreição* pode ser entendida de diversas maneiras e sem grandes alardes. Ao estreitar no romance, narrativa consideravelmente mais longa que o conto (ambiente em que já se sentia à vontade) e com trama diversa da do teatro (onde também já se exercitara), seria natural que Machado incorporasse alguns elementos da escola que ainda impregnava as mentes calejadas de medalhões como José de Alencar e Bernardo Guimarães. Não é demais lembrar que ícones do romantismo, como *Senhora* e *A escrava Isaura*, são posteriores a *Ressurreição*. Mas não foi a simples incorporação dos elementos românticos que marcou os primeiros romances machadianos.

O professor Gustavo Bernardo, certamente o maior contestador da associação de Machado ao realismo, em ensaio tão contundente para com o movimento quanto os golpes desferidos pelo pacato escritor, nos lembra que o desdobramento da obra machadiana em dois momentos “gera a avaliação negativa dos romances da primeira fase, não se percebendo como os últimos romances já se prenunciavam nos primeiros. A relação estreita do primeiro romance, *Ressurreição* (1872), com o oitavo, *Dom Casmurro* (1899), é apenas o exemplo mais flagrante” (BERNARDO, 2008, p. 44). Podemos concordar ou não com Gustavo Bernardo, mas o filósofo José Raimundo Maia Neto (2007, p. 61) também percebe em *Dom Casmurro* e *Memórias póstumas de Brás Cubas* reelaborações de *Ressurreição* e *A mão e a luva*, respectivamente. Mas a evolução que ambos notam na obra machadiana é aquela natural e constante, que se dá em qualquer ofício exercido com dedicação. Há um aperfeiçoamento conquistado com devoção e perseverança, não uma sucessão de estilos, encaixados, sem maiores dificuldades, no padrão de cada época.

Entretanto, se a alusão ao romantismo é rapidamente acolhida com o intuito de segmentar e facilitar um tipo de conhecimento que ainda paga tributo à nossa origem positivista como nação, isto é, evolucionista, quando Machado escreve algo que traz confusão ao esquematismo, é sumariamente ignorado. E ele é ignorado mesmo quando se trata não de uma alusão, mas de um ataque incisivo, no qual transparece um Machado irritado com uma poética que valoriza o inventário e não a arte. Uma poética que “só chegará à perfeição no dia em que nos disser o número exato de fios de que se compõe um lenço de cambraia ou um esfregão de cozinha” (ASSIS, 1938b, p. 163). O polido Machado não era afeito às polêmicas pessoais, mas não se continha quando o assunto era a arte literária, que o diga Eça de Queiroz, a cujo estilo dirigiu críticas diretas e resolutas.

Mas se Machado começara a escrever seus romances no romantismo, e depois passara a criticar duramente o realismo, para onde teria ido a partir de *Brás Cubas*? Ou, se Machado não é romântico nem realista, o que seria? “Machado de Assis é Machado de Assis” seria uma boa resposta. Encerra a questão laconicamente e transfere a incumbência de decifrar o sofisma ao questionador. Prefiro argumentar, no entanto, que Machado de Assis é ficção, o que, reconheço, sofisticada um pouco mais a sofisticada, mas não esclarece a natureza machadiana. Esclarecer a natureza do que quer que seja é o objetivo do pensamento positivista, mas não é este o objetivo deste capítulo inicial. A visão positivista se fixou no Brasil em um momento intelectual europeu em que se reputava a ciência como um certo tipo de divindade apta a curar todos os males e a entender todos os meandros da existência humana. Assim, Machado se tornou algo compreensível, ainda que maçante (como tudo que se torna compreensível por completo). Como diria Simão Bacamarte, “a ciência te(ria) o inefável dom de curar todas as mágoas” (ASSIS, 1996, p. 9). Mesmo aquelas provocadas, assim involuntariamente, pelo próprio Bruxo a seus explanadores.

...À SUSPENSÃO DO JUÍZO

Entender a natureza de Machado de Assis, dominá-la e distribuí-la, não é algo possível, nem meu objetivo. Perceber que Machado não escrevia em um realismo esquisito, realismo cheio de peculiaridades, realismo de bruxo, mas escrevia em outra linguagem, a da ficção assumida, é que me parece de importância fundamental. A vantagem que advém do cruzamento dessa barreira vai além da compreensão de Machado de Assis, podendo lançar

alguma luz sobre a natureza da ficção. A narrativa de ficção tem a singularidade de admitir estar dizendo mentiras, enquanto todas as outras narrativas acabam por sustentar estar dizendo a verdade. O período realista buscou aproximar, sob a proteção do avanço científico, a literatura ficcional da realidade, como se assim a fizesse menos mentirosa e mais digna de crédito. Desde Aristóteles sabemos que a ficção não se diminui por conta de sua irrealidade. Aliás, desde Platão, cujo medo da ficção o fez pensar numa solução final para o poeta muito similar àquela que vimos na metade do século 20, adotada sob álibis científicas, contra uma gama diversificada de indesejados.

A ficção sempre assumiu o papel de mentirosa, daí sua força e sua verdade. Aproximá-la da realidade não a torna mais artística, e sim mais pobre e caduca. Machado de Assis compreendeu o que Aristóteles já havia compreendido milênios antes. Que à ficção não compete o documentário, ou para usar a palavra que tanto o irritava, à ficção não compete o inventário. O discurso ficcional é ímpar e, diferentemente dos cultores do realismo, é bom que assim o seja. A ficção não se confunde com (e nem é sua finalidade se aproximar dos) demais discursos. Talvez a ficção se aproxime da filosofia, dado o caráter especulativo desta. E mesmo assim, cautelosamente, pois, por mais especulativo que seja o pensamento filosófico, seus pensadores se esforçam ao máximo em alcançar a verdade e demonstrar que estão no caminho certo.

Estas últimas frases são muito importantes para este trabalho. Podemos reconhecer um conteúdo filosófico na literatura de ficção, que é especulativa por natureza, mas não possui pretensões à verdade, e, especificamente, na escrita machadiana. Trataremos aqui desta relação, mas é preciso deixar claras as diferenças entre os discursos. A literatura reconhece sua ficção, mas, e talvez por conta disso, encerra um potencial insondável de dizer da realidade humana. Sistemas filosóficos não costumam se contentar com a busca da verdade. Frequentemente, os filósofos sucumbem à tentação de estabelecê-la. Em geral, com a ajuda de uma petição de princípio.

A petição de princípio é um recurso utilizado quando se assume como verdadeiro um argumento que necessita de provas, sem a apresentação das tais provas. A literatura, por ser ficcional, não pode sofrer de tal tentação. Quando apresenta verdades, deixa de ser ficção para se tornar panfleto ou documentário. Como a filosofia, a literatura está em busca da verdade, mas não se utiliza de petições de princípio quando, estafado ou temporariamente satisfeito com aquele esforço a que chamamos romance, conto ou soneto, o poeta decide encerrar, por ora, sua busca. A busca das verdades universais que afligem e celebram o ser humano pode ser entendida como a vocação da literatura. A dificuldade em encontrá-las não leva o poeta à

apelação. Leva-o, sim, a tomar um novo fôlego, a passar o bastão adiante, a usufruir do pequeno passo dado, mesmo quando se trata de um passo à direita, à esquerda ou para trás. Para o poeta, andar não implica necessariamente andar para frente.

A especificidade da obra literária é um conceito extremamente difícil de organizar e estabelecer. Entretanto, o critério da universalidade, a capacidade de dizer da essência do homem, lhe é intrínseco. Ao roçar na essência, a literatura se faz filosófica. Os escritos machadianos são ricos o suficiente para possibilitar abordagens específicas, como listei acima. Mas uma das pistas para a identificação de sua literariedade é sua universalidade. Em certa ocasião tive o prazer de ouvir do escritor Alberto Mussa, em um programa de televisão sobre Machado de Assis, que ele não gostava da ideia de se fazer do Bruxo um escritor atual, como se assim estivéssemos valorizando o mestre. Diante de certa perplexidade da condutora do programa e dos demais componentes da mesa, Mussa concluiu que Machado não seria um escritor atual, como insistem alguns que afirmam que ele é um escritor à frente de seu tempo e que teria tudo a ver com nossa época. Machado seria, antes de atual, atemporal. O argumento de Mussa reside no fato de que as questões humanas permanecem basicamente as mesmas, estejamos no século 21 ou em tempos imemoriais.

De fato, a época e o lugar nos quais viveu Machado é que parecem ter colocado a carruagem à frente dos bois ao eleger panaceia a ciência e fechar os olhos aos alertas “sérios” do escritor (aqueles escritos sem o disfarce da ficção) e tomar como mero entretenimento os convencionalmente ficcionais. Machado diz tanto à época atual quanto poderia dizer a épocas passadas e remotas. É universal, como o são os demais mestres da literatura. Não é por retratar especificidades da idade grega heroica que Homero e Sófocles continuam a dizer a milhões de leitores de hoje, como disseram a leitores de outros vinte e tantos séculos. Não foi a capacidade de retratar fielmente a sociedade em que viveu que fez de William Shakespeare o maior escritor de língua inglesa. Podemos entender nomes como Goethe, Kafka e Cervantes, apenas para ficarmos em exemplos consensuais, de modo semelhante. A riqueza de tais autores até pode favorecer as abordagens setorializadas, mas sua condição de tocar a todos e individualmente a cada um é que os tornam clássicos da literatura, clássicos da ficção.

Ao se debruçar sobre as questões que perseguem o homem, espécie e indivíduo, a ficção se aproxima da filosofia. Mas, apesar da enxurrada de títulos sobre Machado de Assis, o capital conteúdo filosófico de sua obra vem sendo negligenciado. É preciso ressaltar que abordar o conteúdo filosófico da obra machadiana não se confunde com uma abordagem filosófica de sua obra. A abordagem com teor filosófico é um dos caminhos que podem ser trilhados pelo teórico da literatura ou pelo honesto estudioso daquela que chamei investigação

setorizada. Mantendo a discussão em nossa área, não é demais lembrar que a literatura foi historicamente objeto de interesse das mais diversas correntes filosóficas. A filosofia pode estar presente na reflexão sobre o fenômeno literário e também no fenômeno em si. Mas acredito que devemos adotar uma atitude filosófica sem sucumbir à tentação da verdade. A investigação literária deveria se aproximar da atitude reservada do poeta, que não abre mão de fugir do direito de não abrir mão de retratar fielmente a realidade. Em nome de um suposto rigor investigativo, a teoria da literatura não deveria se preocupar em exaurir seu objeto de estudo. Dominá-lo não deveria ser sua preocupação. Mesmo porque é um esforço em vão; a arte literária não se deixa dominar, mesmo pela análise técnica mais zelosa.

Diante da natureza arisca de nosso objeto, adoto a perspectiva filosófica em minha abordagem. Mas ainda assim o caminho não está exatamente estipulado. Qual seria a filosofia mais indicada na abordagem da literatura? Talvez a ficção de Machado de Assis possa, também nesta questão, nos fornecer uma pista. Mudemos a pergunta: Qual filosofia orientaria a ficção machadiana, ou nela estaria presente de modo preponderante? Algumas hipóteses já foram levantadas, mas usualmente se associa Machado de Assis a uma visão de mundo pessimista, encoberta por sua singular ironia, como enxerga, por exemplo, Miguel Reale, para ficarmos em apenas um exemplo.

Em *A filosofia na obra de Machado de Assis*, Reale lista nomes como Pascal, Montaigne, Darwin, Renan e Schopenhauer, e conceitos como ironia, pessimismo e ceticismo como componentes da formação e da visão filosófica de Machado. O jurista tem o mérito de não encerrar Machado em nenhuma orientação, além de não estabelecer nenhuma filiação direta com quaisquer daqueles que o escritor lera com interesse. Sem desconsiderar suas leituras, Reale (1982, p.16) acredita que “é em sua própria personalidade singular que se encontra a fonte primeira de sua visão do homem e da vida. Pode-se dizer que o seu modo de ser teórico emana antes das raízes de sua própria ‘circunstância’, enriquecendo-se graças ao diálogo com os espíritos que lhe eram afins”.

Reconhecendo a peculiaridade de Machado, Reale o coloca em um honroso plano de autonomia intelectual. Entretanto, logo depois, o filósofo exemplifica “toda a perplexidade existencial e todo o drama inesperado da vida” com a penalizada figura de Dona Plácida de *Memórias póstumas*, filha de beata com sacristão. Deste modo, Reale acaba por afastar o escritor da ironia, pois entende que Machado lutara com todas as forças para fugir da “circunstância” que o destino lhe impusera. Machado, tal como Dona Plácida, nascera sob circunstâncias as mais adversas. Mas, diferentemente da doceira que fora livrada de mendigar o pão em virtude de manter em ordem o local dos encontros adúlteros entre Brás Cubas e

Virgília, o escritor superara as circunstâncias de ser “mulato, epiléptico, gago e desprovido de recursos [como] [...] era mister superar” (REALE, Miguel 1982, p. 15). Se Machado exemplifica com Dona Plácida a perplexidade existencial e o drama inesperado da vida, e lhe reserva um fim constrangedor para uma vida de dissabores, o que nos ensina sua comparação com a própria trajetória de Machado?

Machado superara suas adversidades, enquanto a doceira não teve forças para superar as suas. Colocados assim, tão próximos um da outra, parece que Machado se encontra do lado dos vencedores, com Dona Plácida do lado inverso. Pensemos em Humanitas, que é o princípio, o que resume o universo (e o universo é o homem), conceito formulado pelo personagem filósofo Quincas Borba, e conhecido de Brás Cubas. Pelos princípios do Humanitismo, o derrotado sempre servirá ao vencedor, mas servirá também, e principalmente, ao universo, como um todo. E o universo é o homem. E a derrota, tal qual a vitória, é inevitável. Com o Humanitismo de Quincas Borba, Machado parece estar ironizando a condição do homem como um todo. Então, por que lhe era mister superar suas adversidades? E, se era imprescindível vencer, o que resta aos perdedores? Ao vencedor, (o campo de) batatas, como preconiza Quincas Borba. Ao derrotado, “ódio ou compaixão”, é o que diz o filósofo.

Esta visão que tripudia dos perdedores (pois a compaixão ao derrotado pode lhe ser vexatória), seria antes cínica que irônica. Não na acepção filosófica original, iniciada com Antístenes, mas no sentido no qual o termo se popularizou. Esse não me parece ser o caso de Machado. O que me parece é que o contista foi refinando o humor com que tratava as agruras humanas no decorrer do tempo e de sua obra, sempre tendo como suporte sua preocupação em não levar a vida tão a sério e não em superar os obstáculos a qualquer custo. John Gledson é um dos que compartilham desse ponto de vista. O estudioso inglês nos lembra o caso de Inácio Ramos, violoncelista que perdera a mulher para um tocador de machete (no conto “O machete”) e que enlouquece por ter certeza da superioridade do instrumento popular e por pensar não ter mais tempo para dominá-lo. Exemplos como este, nos quais a contumácia ou a decepção desatinam em catástrofes, são encontrados amiúde na obra machadiana, numa clara mensagem para que afrouxemos o colarinho. Para Gledson, o romancista encontrou soluções bem menos drásticas no que diz respeito à sua própria arte. Saídas em que “quase sempre implicam não levar as coisas a sério, tratando-as com desrespeito bem-humorado ou sarcástico: é o caso, inclusive, do próprio tema da loucura naquele que talvez seja seu melhor conto, ‘O alienista’. Isso é algo que não se pode conseguir sem a ironia”, complementa Gledson (2006, p. 46).

A imagem habitual que nos chega de Machado geralmente é envolta em solenidade. A condição de pessimista se adequa muito bem a tal imagem, ao contrário de uma fama de sarcástico ou irônico. O pessimismo o conduziria à melancolia, à amargura e ao ceticismo; características atribuídas a Machado mais que características machadianas. Melancolia e amargura são inferidas pelas aparências enganadoras de seu comportamento. Quanto ao ceticismo, chegamos ao ponto de fundamental importância para a compreensão do escritor e do conteúdo filosófico de sua obra literária. A noção comum de ceticismo remete frequentemente à ideia de incredulidade, de postura crítica em função de um incontornável desengano. E é por este caminho que se associa Machado de Assis ao ceticismo. Entretanto, a proposta aqui defendida é de que Machado se insere em tradição cética de outra natureza, próxima da ironia, distante do pessimismo e notadamente mais antiga que a ideia corriqueira de ceticismo. Machado se insere no ceticismo filosófico, oriundo de Pirro de Elis, filósofo grego que viveu entre 360 e 270 a.C., portanto conhecido também como ceticismo pirrônico.

Mas precisamos manter a precaução. De certo modo, a expressão “filosofia cética pirrônica” comportaria um contrassenso, pois o pirronismo é menos um sistema, dotado de axiomas, conceitos e proposições, que um rigoroso controle de qualidade filosófico. O pirronismo busca ser o mais criterioso possível e assim funcionar como um antídoto contra o dogmatismo filosófico. De fato, uma filosofia é invariavelmente defendida por seu proponente e atacada por seus rivais. A estratégia cética não consiste em atacar simplesmente os sistemas filosóficos, mas em opor a cada tese apresentada uma antítese simetricamente perfeita, levando o apresentador a repensar suas proposições, ou simplesmente a nutrir rancores biliosos contra o cético.

Enquanto o dogmático se deixa perturbar com o antídoto cético, o filósofo pirrônico busca, com a apresentação de suas antíteses, um estado de “tranquilidade”. Esta tranquilidade, também conhecida como “ataraxia”, é possibilitada pela “suspensão de juízo”, que é o entendimento por parte do cético de que não há como concluir acerca de um problema lançado pelo dogmático. O mecanismo é similar ao ditado “o que não tem remédio, remediado está”, com a diferença de que o cético bem sabe que o que não tem remédio hoje pode, ou não, ter remédio amanhã. Esta impassibilidade do cético diante de questões perturbadoras deixa o dogmático acalorado. Mas a frieza cética pode ser nada mais nada menos que a consciência de que de nada adianta levar a vida a ferro e fogo, de modo semelhante ao que John Gledson vê no pensamento machadiano.

Denis Diderot, no delicioso diálogo filosófico *O passeio do cético*, nos lembra que “os devotos não gostam de brincadeiras. Levam tudo a sério, e vos perdoarão muito mais cem

raciocínios do que um dito espirituoso” (2005, p.21). Devotos são como filósofos dogmáticos: podem até aturar seus rivais, com suas centenas de raciocínios, empregados com o objetivo de provar o erro alheio e o acerto próprio. Mas frequentemente se ofendem com a espiritualidade pirrônica, pois esta põe em risco a própria razão de ser do filósofo dogmático. O pirrônico não se confunde com a ideia frequente do cético desenganado, amargurado e descrente de tudo. O pirrônico põe em dúvida uma assertiva por perceber que ela é colocada como verdadeira sem condições de sustentação, e não para propor uma outra assertiva. Esta falta de necessidade de triunfar causa sério embaraço entre os que acreditam num aperfeiçoamento linear do conhecimento humano e medem a vida pela quantidade de vitórias e de derrotas.

Estabelecida a diferença entre o uso corrente da palavra ceticismo e sua origem pirrônica, resta saber o quanto a ficção machadiana se aproxima do pirronismo. A junção bem executada por Machado entre ironia e visão de mundo sem seriedade exagerada sugere que ele seja um cético da linhagem de Pirro. Entretanto, a junção é tão bem executada que às vezes passa despercebida por interlocutores, leitores e personagens, afastando-o da simetria premeditada dos argumentos pirrônicos. O desconcerto que eventualmente aplica é polido e elegante o bastante para permitir a seus alvos uma saída honrosa, seja por incapacidade de perceber o chiste, seja pela possibilidade de fingir não percebê-lo sem parecer um tonto.

Há também um outro senão. É improvável que Machado tenha lido uma só palavra do filósofo grego. Não porque Pirro não tenha deixado nada de seus ensinamentos por escrito. Como Sócrates, Pirro nada escreveu, mas como Sócrates, Pirro teve os seus platões. Ao menos três. Primeiro um discípulo direto, Tímon, o silógrafo, assim chamado por escrever poemas satíricos, conhecidos como *silloi*; Enesidemo, filósofo que viveu no século primeiro a.C. e abandonou a Academia fundada séculos antes por Platão para reviver e ensinar os princípios pirrônicos; e Sexto Empírico, médico e filósofo que viveu entre os anos 160 e 210. Das obras de Tímon e Enesidemo nos chegaram apenas fragmentos. Mas de Sexto Empírico nos chegaram centenas de páginas. Páginas que ficaram praticamente adormecidas por mais de treze séculos, até que em 1562 o tipógrafo francês Henri Estienne publicava uma versão em latim de seus escritos, trazendo-lhes notoriedade. Aparecendo em um período de grande incerteza social e religiosa, entre a Reforma Protestante e a formulação da filosofia cartesiana, o pirronismo passa a estar na ordem do dia, seja como recurso utilizado contra rivais, seja como praga a ser banida, em disputas espirituais ou seculares. A partir de então, os ensinamentos de Pirro exerceriam essencial influência no pensamento filosófico ocidental, sem, entretanto, alcançar as paragens brasileiras.

Richard Popkin refaz o caminho percorrido pelo ceticismo em dois livros que revelam o impacto do pensamento pirrônico na Renascença, e seu desenrolar até as portas da Ilustração: *The History of Scepticism from Erasmus to Spinoza* e a atualização revista e notadamente mais extensa: *The History of Scepticism from Savanarola to Bayle*. Ainda que o pensamento cético não tenha desaparecido com a chegada do século 18, é notório que, com as Luzes, o Ocidente passa a caminhar mais decisivamente em direção às certezas, desenvolvendo estratégias para a suspensão da dúvida e não do juízo. Isso acontece, em linhas gerais, pelo fato de que, enquanto na Renascença se começava a questionar a voz dominante, a religião, com as Luzes já se achava ter encontrado sua substituta, a razão científica. Com a vitória do positivismo, já no século 19, a prática da dúvida foi ainda mais cerceada, em favor de um desenvolvimento mais desembaraçado dos ideais da ciência, da razão e do humanismo materialista. Em terras brasileiras, a vitória positivista é constantemente lembrada por conta do lema gravado na bandeira nacional, adotada por ocasião de nossa transmutação de Império em República e inspirado no lema do positivismo, cunhado por Auguste Comte: “O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim”.

Disse ser bem provável que Machado de Assis não tenha lido uma linha sequer sobre Pirro de Élis. João Raimundo Maia Neto, autor da mais expressiva análise do vínculo entre ficção machadiana e filosofia cética, afirma que “a conexão de Machado com a tradição cética não se dá via Sexto. Machado de Assis travou contato com o ceticismo através de Montaigne e Pascal, e possivelmente também através de Erasmo, Voltaire, Plutarco e Luciano” (MAIA NETO, 2007, p. 20). Maia Neto se baseia no levantamento feito pelo professor francês Jean-Michel Massa, “La bibliotheque de Machado de Assis”, recentemente traduzido para o português e publicado no livro *A biblioteca de Machado de Assis*, organizado por José Luís Jobim. De fato, não consta do levantamento feito por Massa nenhum volume acerca de Pirro de Elis. Seguramente, a hipótese de um ou outro volume ter se extraviado nunca deve ser descartada. No que diz respeito à biblioteca machadiana, este temor se reforça por conta do relato do próprio Massa (2001, p.23):

Infelizmente esta biblioteca está incompleta, já que por duas vezes foi amputada. Uma parte, que devia contar com cerca de duzentos volumes, foi doada no dia seguinte à morte do autor [...]. Por outro lado, [...] os livros em brochura dessa biblioteca, guardados em uma garagem durante a ausência dos herdeiros, se deterioraram e foram destruídos sem que fosse feito um levantamento.

O fato de não haver nenhum Sexto Empírico no que restou das prateleiras do Bruxo não exclui a hipótese de um Sexto doado no dia seguinte à morte de Machado. Sempre há

também a possibilidade de um contato via terceiros. Tais hipóteses são possíveis, mas inverossímeis. Primeiro, por conta da maneira peculiar com que Machado lidava com suas leituras, saboreando-as e apresentando-as, por vezes levemente modificadas, em seus escritos. Em contato com a singularidade dos escritos de Sexto Empírico, seria improvável que Machado se mantivesse indiferente às provocações do pirronismo. Segundo, por conta da época racionalista e avessa à dúvida, na qual Machado viveu. O tempo machadiano, positivista à moda brasileira, não era amistoso para com excentricidades tais como a suspensão do juízo. Aquela era a época em que as coisas no Brasil caminhavam a passos largos rumo ao futuro. Era o progresso. Machado não viu a chegada da Família Real portuguesa ao Rio de Janeiro ou a Proclamação da Independência. Mas testemunhou a Guerra do Paraguai, a compra do Acre, o fim da escravidão e a Proclamação da República. Além disso, maravilhas tecnológicas e avanços sociais se sucederam ininterruptamente por toda a sua vida, reafirmando constantemente nossa vocação para a evolução e a eliminação de todas as enfermidades sociais e individuais.

Podemos afirmar que Machado (e seus contemporâneos) travou contato com vários escritores leitores de Sexto Empírico, mas como tais autores lidavam com a dúvida pirrônica de forma menos frontal, seu conteúdo cético talvez não tenha sido percebido por nosso meio intelectual, embevecido pelos ventos positivistas e as marés nacionalistas. Talvez tenha sido estrategicamente deixado de lado, com o intuito de não atrapalhar a trilha evolutiva que, com o nascer do século 20, viria a alcançar as largas avenidas de Pereira Passos. Tal omissão, voluntária ou não, não alcançou Machado. Sua perspicácia lhe permitiu perceber as contradições humanas e a identificar no ceticismo, mesmo sem contato com sua fonte mais direta, um diversificado arsenal terapêutico contra a febre cientificista que o cercava. Recebendo os ensinamentos cético-pirrônicos por segundas ou terceiras mãos, é formidável como a visão de mundo do escritor carioca se afina com o legado pirrônico, deixado por Sexto, e não com a acepção usual de ceticismo que frequentemente lhe é atribuída. Não é demais lembrar que se afina, mas não necessariamente reproduz.

Este olhar caracteristicamente machadiano pode ser percebido por toda a ficção que o escritor carioca nos deixou. Arrisco-me a dizer que mesmo em sua primeira manifestação literária, “Três tesouros perdidos”, um rápido conto publicado aos 19 anos de idade, na revista “A marmota”. Mas quem mais se aproxima da filosofia cética nas páginas ficcionais de Machado é, sem dúvida, o narrador-personagem de *Esau e Jacó* e suposto autor do *Memorial de Aires*, um diplomata aposentado, conselheiro por título e aconselhador quase que por imposição de seu círculo social. José da Costa Marcondes Aires, ou simplesmente conselheiro

Aires, não despertou nos estudiosos do mestre o mesmo interesse que Bentinho ou Brás Cubas. Apresentar uma resposta, de improviso, para a preferência seria um tanto leviano, apesar de ser impossível não nutrir certas desconfianças. O correto seria promover uma gigantesca enquete, que alcançasse toda a crítica machadiana, tarefa enfadonha, além de impossível de ser executada. Seja como for, creio que o foco principal do meu questionamento não é uma suposta impropriedade da profusão de abordagens sobre alguns fenomenais romances que se encontram dentre os demais fenomenais romances de Machado de Assis; meu questionamento se dá pelo fato de não encontrar motivo algum que justifique a escassez de análises dos últimos dois romances do Bruxo e de seu protagonista. Neste sentido, este trabalho também tem por objetivo diminuir tal assimetria.

Segundo a tradição literária brasileira, Machado de Assis é o maior escritor nacional de todos os tempos, “quicá o melhor escritor do Ocidente”, acrescenta sem meias-palavras Gustavo Bernardo (2010, p. 122). Assegurar que é o maior escritor realista brasileiro é algo que não faz sentido, duplamente. Em primeiro lugar porque, sendo o maior de todos os nacionais, seria naturalmente o maior de sua escola; em segundo, e mais importante, sejamos realistas: Machado só pode ser encaixado no realismo a duras e artificiosas penas, e contra a própria vontade. O mesmo pode ser dito de sua primeira fase romântica. Uma vez que a divisão foi adotada, acima de tudo, por conta do critério cronológico, ela perde o sentido quando constatamos que Machado está além das escolas. Suas fases são um artifício didático, tomado e reproduzido indefinidamente com a pretensão de facilitar seu ensino e a compreensão por aqueles que estariam em sua primeira fase de contato com Machado. Como a mecânica funciona bem, por conta da quantidade mínima de engrenagens que possui, o artifício virou tradição mesmo entre aqueles que já travariam contatos de quinto grau com a figura machadiana. Mas de fato, dizem que seu último romance, *Memorial de Aires*, não tem a mesma força de seus romances de maturidade. E que seu predecessor, *Esau e Jacó*, uma mera alegoria da política de seu tempo, deixa antever que a criatividade de Machado já se encontrava na curva descendente. Ora, estas duas últimas frases precisam ser revistas; os romances machadianos não seguem uma fórmula. Sua ficção não tem compromisso com a evolução linear e a abordagem ortodoxa de sua obra. No *Esau e Jacó*, a questão política tomada literalmente talvez seja a menos relevante. Mas admito que, após presentear o leitor com narrativas intensas como as de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, *Quincas Borba* ou *Dom Casmurro*, a pretensa superficialidade do *Memorial de Aires* desperte quase que exclusivamente mimos singelos e idealizados. Como nas palavras de Adriano da Gama Kury

(1988, p. 12) para quem, com o *Memorial*, Machado, “no fim da vida, se reconciliou afinal com os homens”.

Creio que os dois últimos romances de Machado sejam sinais dos tempos. Sinais de que a obra machadiana não parava de se aperfeiçoar com o tempo. Sinais de que a investigação acerca da alma humana, acolhida por Machado, só cessaria por ocasião de sua morte. Imaginar o romance que viria após o *Memorial* é instigante, mas me sinto bem servido ao indagar da natureza cética do conselheiro Aires. Os últimos romances machadianos são protagonizados com o mais cético de seus personagens, não creio que por acaso. Procurar compreender como o conselheiro Aires chegou tão próximo do ideal pirrônico sem contato direto com suas fontes é o propósito maior deste trabalho. Mas antes de entrarmos no Rio de Janeiro de José Aires, vejamos um pouco mais detidamente a trajetória do ceticismo no pensamento ocidental. Ter em mente as formas de ceticismo que já surgiram até o momento nos deixará mais à vontade para responder o que faz de Aires um cético, onde ele se situaria em meio às variantes observadas, e como se formou e é posta em prática a visão de mundo tão peculiar do conselheiro.

1 DESCRENTE, PIRRÔNICO, ACADÊMICO, MITIGADO, INVESTIGATIVO: AS FORMAS DO CETICISMO

Nem sequer sei que não sei nada; conjecturo, porém, que nem eu nem os outros. De lábaro me servirá essa proposição, à qual me seguirá estoutro: nada se sabe. Se eu a souber provar, com razão concluirei que nada se sabe; se não souber, tanto melhor, pois isso afirmava eu.

Francisco Sanches

Com estas palavras, transcritas por Evaristo de Moraes Filho (1953, p. 108), Francisco Sanches, filósofo português nascido em 1551, inicia seu estudo *Quod nihil scitur* (*Que nada se sabe*). Sanches, que desde a juventude era conhecido pelo “irrequieto e agudo senso crítico, que em poucas palavras e argumentos irrespondíveis destrói as mais arraigadas doutrinas do seu tempo” (MORAES FILHO, 1953, p. 39), foi um dos filósofos que mais se debateu contra as precipitações dos homens renascentistas, que “libertos dos severos limites da Escola, tendo diante deles a esperança do novo espírito fáustico, ilimitado e insaciável, não sabiam como chegar ao fim a que aspiravam, com os precários elementos de criaturas humanas que eram” (1953, p. 116). Sanches, entretanto, não pensava em desistir de uma teoria do conhecimento. Ele prometera apresentar “num outro livrinho, se alguma coisa se sabe, e como: nêl exporemos o meio de saber, tanto quanto é compatível com a humana fragilidade” (apud MORAES FILHO, 1953, p. 113). Infelizmente, “nenhum mortal conseguiu até hoje botar-lhe os olhos em cima” (MORAES FILHO, 1953, p. 111), mas a julgar pelas palavras do próprio Sanches, acerca de seu “livrinho” epistemológico, podemos deduzir que mesmo aí sua postura de humildade, em face do reconhecimento da falibilidade da condição humana, permanecera.

Sua atitude contrasta com a arrogância que acomete muitos outros filósofos e o aproxima da investigação proposta pela ficção. Ao se debruçar sobre as questões que perseguem o homem, espécie e indivíduo, a ficção se aproxima da filosofia. E ao se assumir diversa do real, ao reconhecer a impossibilidade de retratar e refletir a realidade das coisas, como ela de fato seria, a literatura se afasta do filósofo dogmático e se aproxima da filosofia cética. A filosofia cética, melhor seria dizer, o filosofar cético é antigo, tão antigo quanto o ato de filosofar. A filosofia tem seu início com o descontentamento (poderíamos dizer, cético) de alguns para com as perguntas sem respostas, e as respostas sem esclarecimento, fornecidas em geral por quem detinha ou gostaria de deter o poder. Neste sentido amplo, filosofar

poderia ser sinônimo de empregar o intelecto na busca pelo melhor conhecimento de si e do mundo em derredor.

A filosofia é movida por perguntas e responder a perguntar de forma apropriada é o desafio e a motivação do filósofo. Mais que respondê-las, formular perguntas adequadamente faz parte da filosofia e não é exatamente uma tarefa fácil. Immanuel Kant, filósofo iluminista que perseguiu com afincos a determinação dos limites e das regras do intelecto humano, assegurava que todo o interesse de sua razão se resumia a três questões: “o que posso saber?”; “o que devo fazer?”; e “o que me é dado esperar?”, sendo que as três perguntas remetiam a uma quarta: “o que é o homem?” O filósofo prussiano não retirou tais perguntas da cartola. Apesar de professor brilhante e homem meticuloso, Kant percorreu várias décadas e bebeu de diversas fontes, algumas contraditórias, para chegar a elas. Como compensação pela dedicação, sua obra influenciou virtualmente todo o posterior desenrolar filosófico ocidental.

Mais de dois séculos depois das formulações de Kant, André Comte-Sponville, no verbete “Filosofia” de seu *Dicionário filosófico*, acrescenta uma quinta pergunta às formuladas por Kant, que seria, em sua opinião, “a questão principal da filosofia, a tal ponto que quase poderia bastar para defini-la: *Como viver?* A partir do momento em que você tenta responder de forma inteligente a essa pergunta, você está fazendo filosofia, mais ou menos, bem ou mal” (COMTE-SPONVILLE, 2003, p. 250). Comte-Sponville prossegue e sintetiza o conceito da seguinte forma: “filosofar é pensar sua vida e viver seu pensamento”, esclarecendo que

pensar sua vida é pensá-la onde ela é vivida: aqui e agora, claro, mas também na sociedade, na história, no mundo, de que ela não é o centro, mas um efeito. E viver seu pensamento é agir, tanto quanto pudermos, tanto quanto necessário for, já que, de outro modo, só poderíamos nos sujeitar passivamente ou sonhar. Assim, a filosofia é uma atividade do pensamento, que deságua numa vida mais ativa, mais feliz, mais lúcida, mais livre – mais sábia (2003, p. 250).

Uma tal definição, simples e direta, tem a vantagem de aproximar o homem comum do filosofar, desmistificando a ideia generalizada de que a filosofia é coisa para poucos ou quase nenhum. Entretanto, ela carrega em si suas próprias questões; sua simplicidade pode ser apenas aparente. Primeiro porque, como o fazia Kant, valoriza claramente o lado racional do ser humano, levando a crer que nos aproximamos da felicidade à medida que nos afastamos das ou sufocamos as emoções. Segundo, denota que o ato filosófico seja uma propriedade humana inata, tão natural quanto a capacidade de locomoção sobre dois membros ou respirar.

Ainda neste verbete, Comte-Sponville afirma que “só se escapa da filosofia por meio da burrice ou do obscurantismo”. A construção é espirituosa, mas merece esclarecimentos que

o filósofo francês não apresenta na ocasião. Desmistificar a atividade filosófica é uma prestação de serviço à humanidade, pois estimula o seu exercício, mas acreditar que seja uma necessidade ou uma prática universal não me parece uma afirmação prudente. Antes de tudo, se faz necessário reconhecer que nos valemos do intelecto para lidar com dificuldades dos mais diversos graus e naturezas. As perguntas lançadas por Kant se direcionam a um nível muito mais aprofundado e restrito do questionamento humano, enquanto que o “como viver” de Comte-Sponville pode ser estendido a quaisquer dilemas do cotidiano, como, por exemplo, escolher o melhor meio de transporte para se deslocar entre dois pontos quaisquer de uma grande cidade como o Rio de Janeiro. Ao ler a pergunta de Comte-Sponville atrelada às de Kant, o leitor desavisado pode se sentir à altura do filósofo prussiano apenas por escolher o metrô ao invés do ônibus (ou vice-versa), enquanto que aquele de afiada autocrítica pode se sentir simplesmente um imbecil por não se ver capaz de produzir centenas de páginas de elucubrações sobre a essência humana.

Independentemente das restrições apontadas, as perguntas “o que é o homem?” e “como viver?” definem (ou poderiam definir) a busca do filósofo. São questões específicas e ao mesmo tempo extraordinariamente abrangentes, forçando a produção de inúmeros sistemas filosóficos e inúmeros conjuntos de respostas, antigas, modernas e contemporâneas; aproximadas ou contraditórias; por vezes sedutoras, por vezes desagradáveis. Diante do torvelinho de interpretações, um determinado tipo de pensador se mostra mais cauteloso e também mais importuno que um opositor qualquer. Este tipo é o filósofo cético, cuja origem etimológica da palavra, o grego *skeptikós*, aquele que investiga, nos revela sua natureza.

O ceticismo e as contradições entre os filósofos nasceram com a filosofia. Conforme os registros históricos que chegaram até nós, nossa tradição filosófica começa com Tales, oriundo de Mileto, cidade do atual extremo oeste da Turquia, da qual nos restam apenas ruínas. Tales viveu entre 625 e 545 a.C., aproximadamente. Para Aristóteles, o milésio foi o fundador da física, parte da filosofia que investiga os fenômenos naturais. É curioso que Xenófanes, primeiro filósofo cético de que se tem registro, tenha nascido menos de cinquenta anos após Tales, e a menos de cem quilômetros ao norte de Mileto, em Cólofon. Assim como Mileto, Cólofon não resistiu até os dias de hoje.

Xenófanes era um poeta peripatético, vivia a percorrer a Grécia recitando versos próprios e de terceiros, e é reputado como o primeiro cético principalmente por conta dos versos

Nenhum homem tem visto o que é claro e nunca um homem o saberá;
E acaso tivesse a oportunidade de afirmar o que de fato é real;
Não o saberia, mas todos são influenciados pela crença.

transcritos por Sexto Empírico no livro primeiro de *Against the Logicians* (1935, p. 25, tradução nossa)¹. Já vimos que o cético se difere do dogmático principalmente por opor ao argumento apresentado por este um novo argumento, de igual valor e sentido inverso, produzindo um resultado nulo, como numa soma de números simétricos. Xenófanes não fazia muita distinção entre a negação e a indeterminação a respeito das propostas dogmáticas, mas várias fontes fazem menção às críticas inflexíveis que dirigia a nomes como Tales, Homero, Hesíodo e Pitágoras. “Xenófanes, em sua crítica de Homero e Hesíodo, diz: ‘Aos deuses, tanto Hesíodo quanto Homero atribuíram todo o tipo de atitude censurável e vergonhosa entre os homens; roubo, fornicção e logro mútuo’” (Sexto Empirico, 1936, p. 99).

Segundo Clemente de Alexandria (2011), teólogo do século 2, erudito e aberto a influências diversas do cristianismo, Xenófanes

ensinando que Deus é uno e incorpóreo, acrescenta:
“Há um Deus, supremo entre os deuses e os homens; diverso em forma e mente dos homens mortais”.
E ainda:
“Mas os homens acreditam que os deuses nascem; Usam roupas, possuem voz e forma”.
E ainda:
“Mas tivessem mãos os bovinos e os leões; Ou pudessem com as mãos retratar as coisas como o fazem os homens; E as bestas pudessem desenhar a aparência dos deuses; Os cavalos o fariam semelhantes aos cavalos; Os bovinos, como bovinos, tendo seus corpos; Formas semelhantes às suas próprias”.²

Apesar de culto e universalista, não podemos nos esquecer de que os textos de Clemente buscavam, sobretudo, a justificação da fé católica, com o apoio seletivo da filosofia e o uso de uma rigorosa lógica argumentativa. Entretanto, ainda que lembrados por Clemente para denunciar a impropriedade das representações pagãs da divindade e fundamentar o aspecto divino judaico-cristão, os versos de Xenófanes mantêm grande dose de ceticismo quando afirmam um Deus “diverso em forma e mente dos homens mortais”, diferente das

¹ O texto em língua estrangeira é: “Yet, with respect to the gods and what I declare about all things, // No man has seen what is clear nor ever Will any man know it. // Nay, for e’em should He chance to affirm what i really existent, // He himself knoweth it not; for all is swayed by opinion.”

² O texto em língua estrangeira é: “teaching that God is one and incorporeal, adds:-
‘One God there is, “midst gods and men supreme; // In form, in mind, unlike to mortal men.”
And again:-
‘But men hane the Idea that gods are born, // And wear their clothes, and have both voice and shape.’
And again:-
‘But had the oxen or the lions hands, // Or could with hands depict a work like men, // Were beasts to draw the semblance of the gods, // The horses would them like to horses sketch, //To oxen, oxen, and their bodies make // Of such a shape as to themselves belongs.’

representações humanas e das possíveis representações bovinas, mas não necessariamente assemelhado à ideia cristã defendida por Clemente. Caso de fato exista um Deus, nada nos garante que ele seja de natureza espiritual e incorpórea.

A questão da divindade é frequentemente retomada nas discussões céticas e a existência ou não de Deus talvez seja o exemplo mais fácil de explicar a suspensão do juízo, o que levaria o cético à tranquilidade frente às questões insolúveis. Da mesma forma que a existência de Deus não pode ser provada, sua inexistência também não pode, o que tornam crédulos e ateus dois lados de uma mesma moeda. Enquanto crédulos e ateus acreditam ou não que Deus existe pela fé, mas frequentemente desenvolvem raciocínios rebuscados ou superficiais para defender suas posições, o cético prefere suspender o juízo por falta de provas. Ao cético não é proibido ser incrédulo ou devoto, mesmo porque, a menos que se esteja usando de má fé ou escondendo interesses escusos, não há como ter controle sobre uma crença. Cabe ao cético admitir que sua convicção se fundamenta em mecanismos inexplicáveis e não em equações matemáticas ou formulações teóricas.

Além de Xenófanes, outros filósofos mais ou menos seus contemporâneos, pós-socraticamente convencionados como pré-socráticos, temperaram suas argumentações com elementos céticos. Heráclito, natural de Éfeso, localizada a meio caminho de Cófolon e Mileto, costumava confundir seus ouvintes com afirmações aparentemente contraditórias como este par “o vínculo não-aparente é melhor que o aparente” e “louvo mais aquelas coisas que são apreendidas pela visão e pela audição”. Heráclito afirmava que todas as coisas eram ao mesmo tempo boas e ruins, e sustentava que opostos, como o dia e a noite, eram na verdade a mesma coisa. Tinha personalidade forte e era reputado por muitos como arrogante e desdenhoso. Talvez o fosse, talvez os jogos políticos e sociais, aos quais frequentemente era introduzido, apenas o enchessem de enfado. Quando lhe pediram para criar leis para os efésios, recusou, afirmando que a cidade já estava dominada pela impiedade. Foi então para o templo de Ártemis, jogar dados com as crianças. Ao ser questionado pela atitude, afirmou que brincar com as crianças era mais conveniente que brincar de política com os efésios.

Oriundo do outro lado do mundo grego antigo, Zenão de Eleia, cidade cujas ruínas se encontram na atual região de Salerno, no sul da Itália, apresentava paradoxos que incomodaram pensadores ilustres como Sócrates e Aristóteles. Os paradoxos de Zenão podem ser tomados como proposições até certo ponto extravagantes, mas a forma como desconcertam as noções de tempo e espaço é intrigante. Um dos mais conhecidos é o que demonstra matematicamente ser impossível percorrer qualquer dada distância. Para percorrer

uma dada distância (100 metros, por exemplo), é preciso percorrer primeiro a metade desta distância, depois a metade da metade restante, depois a metade da metade da metade restante e assim sucessivamente até o infinito $\{\dots, 1/8, 1/4, 1/2, 1\}$, sendo impossível percorrer toda a distância. Como a transposição de 100 metros é facilmente demonstrável empiricamente, (basta assistirmos a uma vitória assombrosa qualquer de Usain Bolt), é algo naturalmente aceito pelo senso comum. Mas, e se pedíssemos para o supercampeão jamaicano que vencesse os mesmos cem metros rasos dividindo a distância total em metades, vencendo primeiro os primeiros cinquenta metros, depois os próximos vinte e cinco metros, em seguida os próximos doze metros e cinquenta centímetros, e assim sucessivamente, sempre dividindo a nova distância restante pela metade? Certamente esta seria a única prova não-completada pelo velocista. Diante do impasse, devemos admitir que a matemática é uma ciência exata, mas que se complica ao descrever alguns simplórios fenômenos físicos? Uma resposta positiva nos deixa desolados, acostumados que estamos com as certezas matemáticas. Uma resposta negativa também não nos satisfaz, pois sentimos estar apenas defendendo a tradição e não o constatado.

O inconformismo de Xenófanes quanto às interpretações religiosas, as afirmativas sorrateiras de Heráclito e os paradoxos de Zenão não podem ser tomados exatamente como argumentações céticas. Mas servem para demonstrar o quão precavidos precisamos ser quando lidamos com os limites e a validade de nosso conhecimento. Servem também para irritar outros filósofos. David Hume, por exemplo, assim se dirigiu aos paradoxos como o exposto acima:

Nenhum *dogma* sacerdotal, inventado com o propósito de domar e subjugar a rebelde razão humana, abalou tanto o bom senso como a doutrina e as consequências da infinita divisibilidade da extensão [...]. Uma quantidade real, infinitamente menor que qualquer quantidade finita, contendo quantidades infinitamente menores que ela mesma, e assim por diante *ao infinito*: eis uma formulação tão audaciosa e prodigiosa que é demasiado pesada para apoiar-se em alguma pretendida demonstração, porque repugna aos mais claros e naturais princípios da razão humana (HUME, 1972, p. 141).

Não podemos, também, etiquetar Sócrates ou Platão como céticos, mas o método socrático de argumentação, registrado por seu discípulo, juntamente com o mote “só sei que nada sei”, teriam um importante papel no desenvolvimento do ceticismo. Sócrates costumava mostrar aos que defendiam suas opiniões que as mesmas eram equivocadas e contraditórias, submetendo-as a uma série de questionamentos. Sócrates fazia com seus antagonistas aquilo que chamamos coloquialmente de dar corda, para que depois se enrolassem. Após incentivar

que muito falassem sobre o que defendiam, o ateniense começava a demolir as proposições com munição fornecida pelo próprio palavrório adversário.

Platão viveu entre 428 e 348 a.C. e o local onde lecionava, a Academia, passaria a ser utilizado também por seus discípulos. A princípio, estes reproduziram os ensinamentos do mestre sem grandes variações. Os detalhes da transformação da Academia em reduto cético não são muito conhecidos, mas a verdade é que, quando Arcesilau, por volta de 266 a.C., foi escolhido para liderá-la, alterou significativamente sua orientação, levando-a a um radicalismo extremo, a um ceticismo jamais visto. O que causa mais estranheza é que as mudanças impostas por Arcesilau foram feitas com a pretensão de resgatar o verdadeiro platonismo. Vimos no capítulo anterior as diferenças entre a acepção usual de ceticismo e o significado do ceticismo pirrônico. O ceticismo proposto por Arcesilau era de tal forma extremado que forçou os estudiosos do assunto a reconhecer-lhe uma outra espécie, o ceticismo acadêmico, que tem na negação da possibilidade de aquisição de qualquer conhecimento sua principal característica.

Neste meio-tempo, Pirro de Élis nascera, fizera discípulos e morrera, entre 360 e 270 a.C. Pirro não manteve conexões com a Academia, mas sua vida e seus ensinamentos conquistaram o acadêmico Enesidemo, que viveu durante o primeiro século anterior à era cristã. Enesidemo foi o primeiro cético a formular o pirronismo com rigor teórico, uma vez que os escritos de Tímon, discípulo direto de Pirro tinham cunho satírico. Nesse período agitado, Enesidemo

se desencantou com a Academia, por entender que a mesma havia deixado de ser verdadeiramente platônica, ou seja, deixado de ser cética” [...]; decaíra em um estoicismo aguado enquanto Enesidemo estava determinado a reviver o ceticismo, o fazendo pelos padrões pirrônicos”³ (ANNAS; BARNES, 2000, p. xviii, tradução nossa).

Exceto por alguns fragmentos, a obra de Enesidemo se perdeu, mas é sabido que ele “e seus sucessores reuniram uma série de modos de procedimento para se chegar à suspensão de juízo acerca de várias questões”⁴ (POPKIN, 1979, p. xv, tradução nossa). Os modos são

³ O texto em língua estrangeira é: “He became disenchanted with the school, which, he claimed, had ceased to be truly Platonic – that is to say, had ceased to be sceptical. The Academy had declined into a watery Stoicism; and Aenesidemus determined to revive scepticism. He did so under the banner of Pyrrho”.

⁴ O texto em língua estrangeira é: “and his successors put together a series of ‘Tropes’ or ways of proceeding to bring about suspend of judgment on various questions”.

recursos caros ao cético pirrônico, mais por possibilitarem a refutação das afirmações dogmáticas de forma estruturada do que para ajudá-los a viver ceticamente.

Com o desencanto de Enesidemo, o pirronismo assim ressurgiu, colocando acadêmicos e dogmáticos em um mesmo nível, pois o “nada pode ser apreendido”, apregoadado por Arcesilau, ainda é uma assertiva, tanto como o “algo pode ser apreendido”, defendido pelos filósofos dogmáticos. O acadêmico seria o dogmático da negatividade, e essa não era a ideia proposta por Pirro. Os pirrônicos propõem a suspensão do juízo acerca de questões indefiníveis e conflituosas e, se elas são numerosas atualmente, certamente o seriam na Antiguidade. As estratégias contra a irreflexão dogmática foram recolhidas em grupos de modos. Nas *Hipotiposes pirrônicas*, Sexto Empírico lista alguns destes conjuntos, incluindo o lançado por Enesidemo, adiantando que “não atesto nem sua quantidade nem sua força; eles podem ser ilusórios, e podem existir muitos outros além dos que descrevo”⁵ (Sexto Empírico, 2000, p. 12, tradução nossa).

A ressalva aparenta fraqueza, mas nessa fraqueza aparente se encontra a força do filósofo cético. Ao estender a dúvida a seus próprios argumentos, o pirrônico evita ao menos duas acusações feitas pelos dogmáticos de uma só vez: a de que ele estaria sendo dogmático já ao se utilizar da língua falada ou escrita, e a de que ele teria certeza da dúvida, o que também o tornaria dogmático. Assumir que os argumentos podem estar equivocados é algo frequente na argumentação cética, mas este traço é geralmente negligenciado por seus alvos dogmáticos, que já encontram muita dificuldade em lidar com contra-argumentos pura e simplesmente. Um argumento contrário fortalecido pelo cuidado em não asseverar sua validade é algo que vai além da combatividade usual.

Se a argumentação pirrônica está sujeita a indefinições, seu objetivo parece ser mais claro; e não se trata de vencer uma disputa de argumentos. Longe disso, o que leva o filósofo pirrônico à compilação de modos pelos quais enfrenta os dogmas é alcançar a “tranquilidade da alma” e a “moderação dos sentimentos”. Nas palavras de Sexto (2000, p. 10, tradução nossa): “o objetivo do cético é a tranquilidade nas questões relacionadas às opiniões e a moderação dos sentimentos diante das situações que nos são impostas”⁶. Para a proteção de seus objetivos, o cético se vale dos modos, provocando uma simetria de forças entre a

⁵ O texto em língua estrangeira é: “but I make no affirmation either about their number or about their power – they may be unsound, and there may be more than I shall describe”.

⁶ O texto em língua estrangeira é: “the aim of Sceptic is tranquillity in matters of opinion and moderation of feeling in matters forced upon us”.

proposição dogmática e sua contra-argumentação. Desta forma, ele está pronto para a “suspensão de juízo” (Sexto Empírico, 2000, p. 49, tradução nossa):

Usamos ‘eu suspendo o juízo’ como forma de dizer ‘não estou apto a dizer quais das coisas apresentadas se mostram convincentes ou não’, deixando claro que as coisas nos aparentam iguais no que dizem respeito à credibilidade ou não. Se elas são iguais, não afirmamos; dizemos o que nos aparentam em dado momento. E a suspensão de juízo recebe este nome pelo fato de o intelecto estar em suspensão, de modo que nem afirma nem rejeita coisa alguma devido à equivalência das matérias em questão⁷.

Suspender o juízo não significa imobilização, na vida cotidiana ou na busca da verdade. O cético não se sente impedido de agir ou de buscar. Age de acordo com o que lhe aparenta ser o correto; investiga sem se obrigar a encontrar. Enquanto o dogmático afirma conhecer a verdade e o acadêmico nega tal possibilidade, o cético pirrônico continua sua busca. Se a palavra verdade soa intrigante ao ser associada a quem sempre pareceu querer miná-la através de oposições, talvez a estranheza derive do fato de haver certa confusão entre certeza e verdade. Voltemos ao *Dicionário filosófico* de André Comte-Sponville: nos verbetes “Ceticismo” e “Dogmatismo”, ele nos oferece uma esclarecedora distinção entre céticos e dogmáticos. Se por um lado o dogmático ama mais a certeza que a verdade, o cético não ama a certeza, mas o pensamento e a verdade. É este amor pela verdade que o mantém pensando, e rechaçando as mais diversas certezas que encontra vida a fora.

Apesar da dedicação de Sexto Empírico, o pirronismo passaria por um longo período de letargia. Sexto vivera nos séculos 2 e 3 e seus registros permaneceriam sem despertar grande interesse pelos quatorze séculos seguintes. Por outro lado, a dramaticidade com que seus escritos influenciariam a filosofia ocidental, a partir do Renascimento, pode ser medida pelas palavras do historiador Richard Popkin, utilizando-se de expressão do escritor François de La Mothe Le Vayer (1979, p. 19, tradução nossa): “Sexto, uma excentricidade recém-descoberta, metamorfoseado em ‘le divin Sexte’, ao final do século 17, já é considerado o pai da filosofia moderna”⁸.

⁷ O texto em língua estrangeira é: “We use ‘I suspend judgement’ for ‘I cannot say which of the things proposed I should find convincing and which I should not find convincing’, making clear that objects appears to us equal in respect of convincingness and lack of convincingness. Whether they are equal, we do not affirm: we say what appears to us about them, when they make an impression on us. Suspension of judgement gets its name from the fact that the intellect is suspended so as neither to posit nor to reject anything because of the equipollence of the matters being investigated.”

⁸ O texto em língua estrangeira é: “Sextus, a recently discovered oddity, metamorphosed into ‘le divin Sexte’ who, by the end of the seventeenth century, was regarded as the father of modern philosophy.”

Richard Popkin refaz o caminho percorrido pelo ceticismo a partir da redescoberta dos escritos de Sexto. Ele nos esclarece como nomes heterodoxos como Erasmo de Roterdã, Michel de Montaigne, René Descartes e Benedito Espinosa tiveram suas obras marcadas de modo decisivo pelo pirronismo, num momento em que o pensamento ocidental deixava de lado a Escolástica e buscava levar a razão a um caminho definitivamente diferente. A separação entre religião e pensamento, deflagrada pelo humanismo renascentista, e impulsionada sem querer por Martinho Lutero e sua Reforma, punha a vida intelectual fora da Igreja em ebulição, ainda que com sérias precauções a serem tomadas. Mas, se por um lado a dúvida pirrônica serviu de estímulo para a quebra das amarras medievais, logo seria encarada como obstáculo a ser superado. Como ficaria registrado na filosofia de René Descartes, duvidar era preciso, mas duvidar sem poder encontrar resposta parecia uma tarefa enfadonha e sem valor. Assim, o moderno pensamento ocidental nasceria marcado pela dúvida, mas se veria rapidamente incomodado por ela.

Ainda assim, a questão cética jamais seria totalmente banida da filosofia ocidental, participando de um modo ou de outro das reflexões dos filósofos mais distintos. Já no século 18, David Hume proporia um outro tipo de ceticismo, atormentado que se via com a impossibilidade de viver totalmente o pirronismo. O filósofo escocês indicaria uma alternativa que justificasse as inclinações do homem para determinadas crenças, por conta de sua natureza. A natureza do homem, muito propensa à ação, no momento adequado acabaria por ignorar a contra-argumentação cética e tomaria como auto-sustentáveis determinados dogmas, evitando assim a completa paralisia. Este é o ceticismo mitigado, que acredita que a prática da dúvida é boa, mas seu uso indiscriminado é vão e destrutivo, devendo ser guardada para rechaçar credices tolas e fundamentalismos das mais variadas espécies, mas não para inviabilizar em última instância o viver cotidiano. O ceticismo mitigado admite não saber a realidade das coisas, físicas ou metafísicas, mas não admite que esta ignorância impeça o cético de viver a vida pragmaticamente.

Apesar de resguardar um papel para a dúvida cética, não é difícil perceber que Hume estava mais preocupado em justificar as crenças que segundo o seu padrão não poderiam ser listadas entre as credices tolas e os fundamentalismos, mas seriam justificáveis de acordo com a natureza humana. De qualquer forma, os avanços (ou os acontecimentos) que começaram a se suceder de forma vertiginosa nos campos filosófico, religioso, político, social, científico, literário e artístico, a partir da quebra contratual entre fé, filosofia e ciência, prometiam levar o Ocidente para cada vez mais próximo das verdades derradeiras. O homem

explicaria o mundo como ele é, mais cedo ou mais tarde, talvez não pela filosofia, mas pela ciência. Este percurso encontraria um verdadeiro oásis no século 19, com o Positivismo, cuja compulsão pela ciência levaria seu fundador, Auguste Comte, à pretensão de estabelecer inclusive uma nova religião, que substituiria todas as demais por intermédio da argumentação racional. A Religião da Humanidade, ateuista e secular, possuía toda uma liturgia, semelhança à da Igreja Católica, mas cultuava a espécie humana como divindade, não admitindo espiritualidade além do homem.

O fato de haver templos da Religião da Humanidade apenas no Brasil (além da França, terra de Comte) é no mínimo curioso. Mas como somos a única nação a ter em sua bandeira um lema inspirado no Positivismo, ficamos impelidos a meditar no assunto de modo mais comprometido e cuidadoso. O século 19 foi certamente o mais movimentado que já vimos e provavelmente veremos em terras brasileiras. Começamos os oitocentos como colônia e o encerramos como república, deixando pelo caminho períodos de Reino Unido com Portugal e Império independente. Junto com as mudanças caracteristicamente políticas, também vieram marcantes transformações sociais e tecnológicas, compondo um cenário instável que bem poderia favorecer a atitude cética. Mas não foi bem isso o que aconteceu entre nós. Por mais que sentíssemos uma necessidade incontornável de estabelecer nossa identidade frente aos países que pipocavam pela América e se conformavam no Velho Mundo, era importando ideias (muito mais que atitudes) da Europa que nossos políticos e intelectuais pretendiam deixar para trás um passado colonial e atrasado e nos enxergar como nação moderna e pujante.

Sem espaços para reflexões mais cautelosas, sem treinamento para tal e aparentemente sem necessidade de tais reflexões, pois nosso destino parecia se descortinar quase que espontaneamente à nossa frente, nossas instituições e nossa intelectualidade parecem não ter sentido falta de uma dose, homeopática que seja, de ceticismo. Tanto antes como agora quando, diante de desastre tão contundente como o ocorrido na usina nuclear japonesa de Fukushima, nossas autoridades buscaram desabaladamente o microfone mais próximo para afirmar que as instalações de Angra dos Reis são mais seguras que as do Japão, quase querendo dizer com isso que nossos governantes, que não conseguem lidar com fenômeno meteorológico trivial como as chuvas, são mais responsáveis que os governantes japoneses. É verdade que a possibilidade de uma sequência de fenômenos naturais catastróficos como os que ocorreram no Japão e provocaram a explosão de quatro reatores nucleares em Fukushima se repetirem no Brasil é infinitamente menor, mas esta é uma ótima oportunidade para nos

lembrarmos de que o acidente acontecido em Chernobyl não teve participação alguma da natureza, e que Angra dos Reis não possui nenhuma rota de fuga apropriada para a população que reside no entorno do centro nuclear.

Uma discussão aberta da questão nuclear brasileira certamente agradaria a um outro grupo de céticos. Um grupo relativamente recente, organizado e que cuida ser construtivo e progressista. Paul Kurtz, um dos nomes de maior relevo deste movimento, editor da revista *Skeptical Inquirer*, reconhece as quatro espécies de ceticismo já vistos aqui: o “acadêmico”, por ele chamado de ceticismo niilista, o “pirrônico”, tido como ceticismo indiferente, o ceticismo “mitigado” e o ceticismo como “descrença”. Kurtz as reconhece para rechaçá-las. Sua posição cética “questiona fortemente o niilismo, total ou indiferente, o ceticismo mitigado e a descrença dogmática – ainda que tenha tirado lições de cada um deles”⁹ (KURTZ, 2010, p. 19, tradução nossa). O “novo ceticismo”, também chamado “investigação cética”, contesta o dogma e também a dúvida generalizada, “pois ninguém tem a necessidade de duvidar de tudo ao mesmo tempo, mas sim apresentar questionamentos num contexto limitado de investigação”¹⁰.

Encontramos neste novo ceticismo uma semelhança com o ceticismo mitigado de Hume, mas Kurtz faz questão de deixar claro o contraste: ao contrário do filósofo escocês, a busca cética “não se depara com um abismo ou a incerteza definitiva, mas se impressiona com a capacidade da mente humana de entender e controlar a natureza”¹¹ (2010, p. 19, tradução nossa). Esta declaração do filósofo norte-americano deixa clara sua aposta na razão e na ciência, que, ao fim da história, ganharia a batalha contra o desconhecido, com a ajuda de um duvidar seletivo. Mas também aponta para uma utopia quase pueril. Não é demais lembrar que, há milhares de anos, muitos de nós acreditamos que tal vitória seja possível; uma vitória pelo intelecto, que parece se recusar a reconhecer as emoções, a fé, a intuição e as contradições como partes integrantes da natureza humana; como partes a serem levadas a sério ou em conta.

Defender o irracionalismo ou minimizar a importância da razão e do intelecto na composição da figura humana seria uma postura semelhantemente infantil, de quem quer ser

⁹ O texto em língua estrangeira é: “strongly criticizes nihilism, total or neutral; mitigated skepticism; and dogmatic unbelief – although it has learned something from each of them”.

¹⁰ O texto em língua estrangeira é: “for one need not doubt everything at the same time, but only certain questions in the limited context of investigation”.

¹¹ O texto em língua estrangeira é: “does not face an abyss or ultimate uncertainty, but is impressed by the ability of the human mind to understand and control nature”.

do contra pelo prazer da contrariedade. Mas não me parece razoável buscar as respostas para aquelas perguntas de Kant e Comte-Sponville apenas com o apoio da razão, como se acreditássemos que o outro lado da moeda fosse o lado a ser combatido e conquistado. Como viver? O que é o homem? São perguntas deslumbrantes. São perguntas que fascinaram Machado de Assis e o conduziram por uma busca incansável pelas respostas. Uma busca consignada em milhares de páginas e capítulos, mas ao mesmo tempo uma busca sem uma das características marcantes de sua época e de outras: a necessidade de apresentar rapidamente respostas, até que rapidamente uma nova resposta suplante a anterior e passe a esperar sua vez de ser suplantada. Ou até que uma resposta precária se junte à resposta precária anterior e assim sucessivamente, num ajuntamento apaziguado de respostas contraditórias, bem ao gosto de nós brasileiros.

Ainda que a filosofia ocidental nunca tenha deixado de lado o ceticismo (apesar de ter tentado trancá-lo algumas vezes no porão), o Brasil nunca teve uma tradição de filosofia cética ou mesmo autônoma. Mas a despeito de nossa rejeição à dúvida, sempre estiveram entre nós alguns distintos representantes da lição pirrônica. Na filosofia e em sua história, com nomes como Vilém Flusser, Oswaldo Porchat Pereira e Plínio Junqueira Smith; na ficção, de forma mais ou menos concentrada ou dispersa pelas obras de autores como João Guimarães Rosa, Clarice Lispector, Nelson Rodrigues, Érico Veríssimo e mesmo entre nomes a princípio improváveis, como Rubem Fonseca e Sérgio Sant'Anna. Mas também e principalmente na obra de Machado de Assis.

O ceticismo filosófico machadiano (e não aquele que se confunde com o pessimismo) vem sendo apontado ultimamente de forma clara por estudiosos como João Raimundo Maia Neto, Gustavo Bernardo e Eunice Piazza Gai. O assunto ainda foi pouco explorado, mas não se trata mais de uma novidade. Além disso, invariavelmente se reconhece no Conselheiro Aires a figura cética mais apurada da ficção machadiana, o que tornaria a escolha pura e simples dos romances *Esau e Jacó* e *Memorial de Aires* como objeto desta análise sem maiores relevâncias. No entanto, o ceticismo de Aires é entendido como pirrônico por todos os que procuram descrevê-lo. Já mencionei o fato de Machado de Assis não ter tido contato com a obra de Sexto Empírico e conseqüentemente com o pirronismo. Mas a ausência de contato não significa necessariamente ausência de afinidades, e não é objetivo deste trabalho divergir de antemão dos pesquisadores anteriores.

Estar intrigado com a condição filosófica de Aires é minha maior motivação. Se ele é cético e não é da linhagem de Pirro, de qual tipo seria seu ceticismo? O que faz do

Conselheiro Aires um cético o torna necessariamente pirrônico, uma vez que tentar enquadrá-lo nos ceticismos acadêmico, na descrença pessimista atribuída ao termo ou no novo ceticismo de Paul Kurtz me parece caso perdido? Quem sabe o ceticismo mitigado de Hume, contrário às superstições, mas inconformado com a dúvida cotidiana e generalizada seria a alternativa a ser pensada? Seja qual for a resposta, parece-me que ela surgirá à medida que consigamos compreender principalmente a resposta do conselheiro para o “como viver” de Comte-Sponville. Acerquemo-nos do diplomata e passemos a observar como ele cuida dos dilemas de seu cotidiano e daqueles que o cercam.

2 “PODE MUITO, TODOS ATENDEM AOS SEUS CONSELHOS”

A curiosidade ia-me fazendo deslizar da discrição, e acaso da compostura; nem só a curiosidade, um pouco de temperamento também.

Memorial de Aires, 1 de dezembro, 1888

A primeira coisa de que tomamos conhecimento sobre José da Costa Marcondes Aires é que se trata de um conselheiro. “Quando o Conselheiro Aires faleceu” são as primeiras palavras que se encontram na advertência do *Esau e Jacó*. Essa informação, aparentemente simples e direta, já provoca desentendimentos. Muitos tomam o diplomata aposentado (na verdade, já morto por ocasião da publicação de seus “cadernos”), muitos o tomam por conselheiro pelo costume que teria de dar conselhos, e dos bons, a amigos e conhecidos. Aqueles que lhe conhecem o título, conferido pelo imperador, também parecem deixar de lado o fato e, sempre que podem, procuram por suas recomendações. O próprio Aires, apesar de dizer vez por outra que não dá conselhos, os distribui com liberalidade pelos romances por onde circula.

O conselheiro é principalmente conhecido pelos leitores machadianos por seu “tédio à controvérsia”. Este dado é estrategicamente colocado pelo narrador já no capítulo XII do *Esau e Jacó*, logo após a primeira aparição de Aires. Conseguir dar conselhos e evitar controvérsias é um grande feito. Mas, apesar de avesso a polêmicas, Aires não é exatamente um ser livre de contradições, como veremos logo adiante.

Aires é um diplomata aposentado. Passara mais de trinta anos servindo o país no exterior, visitando o Brasil em licença, em algumas ocasiões. Retornara da Europa, em definitivo, em 1887, sexagenário, com o intuito de viver solitário, cansado das pessoas, das festas e do estrangeiro. Viúvo, sem filhos e propenso à solteirice, Aires viveria bem sua solidão, pois de seus parentes lhe restava apenas a mana Rita. Devido ao conhecido estilo de vida moderado que sempre levara, bastava-se um único criado, José, o que lhe diminuiria ainda mais a necessidade de interação. Mas Aires não cumpre por muito tempo sua determinação de isolamento. Em breve estaria de volta à vida social ativa, se tornando um conviva dos mais requisitados.

Os passeios de Aires pela sociedade fluminense estão registrados nos romances *Esau e Jacó* e *Memorial de Aires*. No primeiro, a narrativa se estende basicamente pelas décadas de

1870, 80 e 90, girando em torno da família Santos. Agostinho José dos Santos é um diretor de banco que abriu seu próprio caminho, desde a juventude obscura em Maricá até os charutos corriqueiros que sua vida financeira resolvida lhe permite. Casara-se com a bela (e pobre) Natividade, quando já desfrutava de certa folga monetária, proporcionada pela facilidade que tinha de fazer dinheiro. Natividade é irmã de Perpétua, viúva sem filhos, cujo marido militar morrera na Guerra do Paraguai. Dez anos após o casamento, Natividade engravida, e dá à luz dois gêmeos, Pedro e Paulo, cujas brigas infindas (desde o ventre) fazem jus ao título do romance. Uma das brigas mais constantes e acirradas diz respeito à opção política de cada um. Paulo, republicano convicto, se achava “capaz de derrubar a monarquia com dez homens”, e Pedro, a imagem do monarquista, pensava poder “extirpar o germen republicano com um decreto”. (ASSIS, 2005, p. 106). A certa altura, Santos se torna Barão de Santos, completando sua glória, manchada apenas pelos conflitos frequentes dos filhos. Pensando bem, não muito; as brigas afligem e afetam muito mais a Natividade que ao marido. Pedro e Paulo disputam, além de todas as coisas, o amor da “inexplicável” Flora, filha do político Batista e sua esposa, D. Cláudia. Flora morre, sem se decidir por um dos gêmeos, mas ao menos lhes deixa o caminho aberto para novos amores, que são apenas sugeridos, bem de leve, pelo narrador.

Ao redor desta trama nada extraordinária, Machado de Assis nos apresenta um de seus personagens mais instigantes, apesar de ainda pouco sondado pela crítica. Complexo, profundo, perspicaz e contraditório é o conselheiro Aires. Emoldurando o “belo tipo”, Machado nos presenteia com uma narrativa envolvente, despreziosa a princípio, mas extremamente sofisticada, apesar de fluida e apresentada em terceira pessoa. Neste romance, muito longe de ser uma mera crônica familiar, Aires se distancia e se reaproxima da família Santos, enquanto vai nos apresentando uma visão de mundo peculiar e revelando sua personalidade ao mesmo tempo afável e independente.

Já no *Memorial de Aires*, escrito todo através de entradas de diário, o período temporal retratado é basicamente os anos de 1888 e 1889, e o foco da narrativa é outra família: desta vez os Aguiares. Aguiar se casou guarda-livros com D. Carmo e se aposentou gerente de banco. O casal não tivera filhos naturais. Mas as circunstâncias o levariam a conseguir um casal de filhos emprestados, Tristão e Fidélia. Os Aguiares torcem para que o casal de filhos “postigos” se una em matrimônio, o que realmente acontecerá. Mas a união trará aos velhos um efeito colateral nada agradável. Pensando em manter os filhos unidos e próximos de si, o que ocorre é que eles partem unidos para a Europa, deixando os velhos entregues a si próprios.

Tal como o *Esau e Jacó*, o *Memorial de Aires* não é uma crônica familiar. Também não apresenta todos os elementos necessários para ser considerado uma narrativa ficcional tradicional em forma de diário. Aires não se enquadra totalmente, como veremos logo adiante, no típico memorialista. Como os Santos, os Aguires funcionam como pontos de partida para as muitas observações do diplomata sobre a sociedade que o cerca. Poderíamos também entender as famílias como referenciais, que impedem que a narrativa fique sem rumo. Tanto em um quanto em outro romance, o protagonista é o conselheiro, apesar da discrição com que se coloca diante de seus pares. Apesar de se voltar frequentemente ao que se passa no interior das duas famílias, o protagonista é sempre Aires, e sua personalidade peculiar.

O capítulo XII de *Esau e Jacó* é, de fato, o lugar onde a personalidade de Aires é apresentada de modo mais condensado. Lá ficamos sabendo que, por ocasião do nascimento dos gêmeos, Aires,

Apesar dos quarenta anos, ou quarenta e dois, e talvez por isso mesmo, era um belo tipo de homem (...).

Não me demoro em descrevê-lo. Imagina só que trazia o calo do ofício, o sorriso aprovador, a fala branda e cautelosa, o ar da ocasião, a expressão adequada, tudo tão bem distribuído que era um gosto ouvi-lo e vê-lo. Talvez a pele da cara rapada estivesse prestes a mostrar os primeiros sinais do tempo. Ainda assim o bigode, que era moço na cor e no apuro com que acabava em ponta fina e rija, daria um ar de frescura ao rosto, quando o meio século chegasse. O mesmo faria o cabelo, vagamente grisalho, apartado ao centro. No alto da cabeça havia um início de calva. Na boteira uma flor eterna (ASSIS, 2005, p. 48).

À bela figura descrita, o narrador acrescenta que Aires, apesar de gostar “assaz de mulheres e ainda mais se eram bonitas” não tinha propensão à vida de casado:

Posto que viúvo, Aires não foi propriamente casado. Não amava o casamento. Casou por necessidade do ofício; cuidou que era melhor ser diplomata casado que solteiro, e pediu a primeira moça que lhe pareceu adequada ao seu destino. Enganou-se; a diferença de temperamento e de espírito era tal que ele, ainda vivendo com a mulher, era como se vivesse só. Não se afligiu com a perda; tinha o feitio do solteirão (ASSIS, Machado de, 2005, p. 49).

O narrador também nos revela a aversão do diplomata ao embate:

Era cordato, [...] embora esta palavra não exprima exatamente o que quero dizer. Tinha o coração disposto a aceitar tudo, não por inclinação à harmonia, senão por tédio à controvérsia. [...]

Este Aires, — José da Costa Marcondes Aires, — tinha que nas controvérsias uma opinião dúbia ou média pode trazer a oportunidade de uma pílula, e compunha as suas de tal jeito, que o enfermo, se não sarava, não morria, e é o mais que fazem pílulas. Não lhe queiras mal por isso; a droga amarga engole-se com açúcar (ASSIS, 2005, p. 49).

A descrição de Aires continua. O narrador, prevendo uma possível reprovação por parte do leitor, devido ao costume que tinha o conselheiro de emitir opiniões apaziguadoras,

antecipa-se: “Não cuides que não era sincero, era-o. Quando não acertava de ter a mesma opinião, e valia a pena escrever a sua, escrevia-a. Usava também guardar por escrito as descobertas, observações, reflexões, críticas e anedotas, tendo para isso uma série de cadernos, a que dava o nome de *Memorial*.” (ASSIS, 2005, p.49). Mas o narrador nos informa que Aires escrevia e não que proferia suas opiniões divergentes. A negativa, observada com apuro pelo leitor, confirma sua possível suspeita, de que Aires poderia não estar sendo sincero, vez ou outra, ao emitir suas opiniões médias. Mas a narrativa dificulta a percepção deste detalhe pelo leitor, uma vez que executa a mudança de fala para escrita de modo quase sub-reptício, prosseguindo aceleradamente em direção às anotações, deixando o mundo das interações para trás.

Mas como esse detalhe não nos passou despercebido, podemos distinguir dois espaços diferentes onde se dá a expressão do conselheiro. Em sociedade é um cavalheiro, se posta de forma impecável, sua presença é sempre requerida e suas opiniões são acatadas quase que em todas as ocasiões. Na solidão da escrita, Aires se mostra bem mais à vontade. Escreve suas anotações como se ninguém delas fosse tomar conhecimento. Aprofunda o que pessoalmente deixara apenas entrevisto, comete inconfiências, confessa amores e antipatias. Urbano e polido em pessoa, Aires se mostra “um cronista atilado, quase inconveniente, na sua perquirição psicológica, índice de uma curiosidade cortês, mas não menos inquietante, a se perguntar por motivos recônditos, embora sob a aparência de bonomia exemplar” (PASSOS, 2008, p. 11).

Ainda no capítulo XII, temos um exemplo das anotações do diplomata, que nos leva a constatar que sua pena é mais solta que sua língua. Em reunião em casa de Santos, o conselheiro observa que

Natividade e um Padre Guedes que lá estava, gordo e maduro, eram as únicas pessoas interessantes da noite. O resto insípido, mas insípido por necessidade, não podendo ser outra coisa mais que insípido. Quando o padre e Natividade me deixavam entregue à insipidez dos outros, eu tentava fugir-lhe pela memória, recordando sensações, revivendo quadros, viagens, pessoas. Foi assim que pensei na Capponi, a quem vi hoje pelas costas, na Rua da Quitanda. Conheci-a aqui no finado Hotel de D. Pedro, lá vão anos. Era dançarina; eu mesmo já a tinha visto dançar em Veneza. Pobre Capponi! Andando, o pé esquerdo saía-lhe do sapato e mostrava no calcanhar da meia um buraquinho de saudade.

[...] Esperemos outras noites que tragam melhores sujeitos sem esforço algum. O que o berço dá só a cova o tira, diz um velho adágio nosso. Eu posso, truncando um verso ao meu Dante, escrever de tais insípidos:

Dico, che quando l'anima mal nata... ASSIS, 2005, p. 50).

Além de não aliviar os convivas, Aires, de passagem, aproveita para fazer um pequeno comentário irônico sobre quem lhe ajudara a fugir da sensaboria alheia. O verso de Dante, (“Digo que, quando a alma mal-nascida...”) que serve, além de fecho para as observações,

também como epígrafe para o próprio romance, não deixa dúvidas quanto ao desalento do conselheiro frente aos seres vazios com quem, por vezes, precisava conviver socialmente.

A intenção de diferenciar a atuação do conselheiro entre fala e escrita, mas sem colocá-las em conflito, talvez seja o motivo pelo qual Machado de Assis tenha desenvolvido estratégias narrativas tão peculiares em seus últimos romances. No *Esau e Jacó*, a narrativa se desenvolve toda em terceira pessoa, mas o narrador não é exatamente onisciente. Ele se confunde tanto com a figura do próprio Aires, que a terceira pessoa parece ser apenas uma forma de amenizar as impressões mordazes do conselheiro. Ainda sobre sua onisciência, é bem verdade que o narrador nos deixar conhecer eventos dos quais o conselheiro não poderia tomar conhecimento senão através de terceiros, como, por exemplo, a visita de Natividade e Perpétua à cabocla do Castelo e a transformação de um pobre irmão das almas em senhor Nóbrega, acontecimentos que serão tratados no capítulo seis. Se o narrador é Aires, disfarçado pela terceira pessoa, ele teria que adivinhar certos detalhes participados ao leitor, para que tais eventos pudessem ser narrados de modo tão preciso. Isto de forma alguma deveria causar estranheza, pois o que faz um contador de histórias, um ficcionista, senão acrescentar imaginação a fatos experimentados por si ou por terceiros, guardando, como já preconizara Aristóteles, os critérios da necessidade e da verossimilhança?

Segundo Gilberto Pinheiro Passos (2008, p. 18), “o gosto pela representação faz Aires se desdobrar em dois, o narrador e a personagem, levando ao extremo o desejo ficcional, pois se observa e se julga como uma possível máscara de si mesmo”. O desdobramento pode ter sido, ainda, remexido pelo editor, que, nas advertências do *Esau e Jacó* e do *Memorial* se refere ao diplomata como uma pessoa já falecida, portanto impossibilitada de se contrapor às suas possíveis alterações. E o que é mais importante: o editor afirma que imprimira a matéria do *Memorial* “como estava, mas desbastada e estreita, conservando só o que liga o mesmo assunto” (advertência do *Memorial de Aires*), pois constatara que, “aparado das páginas mortas ou escuras, apenas daria (e talvez dê) para matar o tempo da barca de Petrópolis” (advertência do *Esau e Jacó*). Nada impede, portanto, que o editor tenha metido o bedelho também, no *Esau e Jacó*. Nada garante a hipótese, contudo. Não há nem mesmo como sabermos se os dois romances contam com o mesmo editor, pois se a advertência do *Memorial* é assinada, por um certo “M. de A.”, a do *Esau e Jacó* não apresenta responsável algum.

O fato de as iniciais do editor serem idênticas às de Machado de Assis joga ainda mais lenha na fogueira da discussão sobre o narrador (ou narradores) de *Esau e Jacó*. Gustavo Bernardo costuma dizer, em tom provocativo, em aulas e palestras, que o *Esau e Jacó* deve ter

de seis a oito narradores, e quase nunca sabemos ao certo quem está narrando. Mais ou menos como ocorre com o *Dom Quixote*, de Miguel de Cervantes, como Machado de Assis, autor ligado ao ceticismo filosófico. Em seu *(O) livro da metaficção*, Gustavo lança a pergunta (2010, p. 64):

E quem narra Dom Quixote?

Há pelo menos dois narradores, que se apresentam como autores, e um tradutor já incluído na história original. O narrador oficial é o mouro Cide Hamete Benengeli, que também se apresenta como o “primeiro” autor. Sua crônica dos fatos é traduzida para o espanhol por um outro mouro e posteriormente editada por um certo Miguel de Cervantes, que se apresenta como uma espécie de “segundo” autor. O narrador implícito é o próprio Cervantes que, além de assinar a obra, projeta seu eu na famosa primeira sentença do romance: “Num lugarejo em La Mancha, cujo nome ora me escapa, não há muito que viveu um fidalgo desses com lança guardada, adarga antiga, rocim magro e cão bom caçador.

A narração de *Esau e Jacó* talvez não tenha sido formada a tantas mãos, ficcionais ou empíricas, como é o caso do *Dom Quixote*. Mas a justificativa encontrada por Gustavo Bernardo para os múltiplos narradores de Cervantes caberia perfeitamente ao romance machadiano (BERNARDO, 2010, p. 66): “A multiplicidade de perspectivas narrativas se adéqua à multiplicidade de facetas do personagem. Ora um herói ora um palhaço, ora um sábio ora um louco, ora um santo ora um desequilibrado, Dom Quixote vem para confundir e fazer pensar, se nenhuma das suas facetas dá conta da sua personalidade ou da sua verdade”. Eunice Piazza Gai acrescenta que Machado, ao embaralhar os limites entre a ficção e a realidade, com o jogo entre editor, autor, narrador e personagem, posto nas advertências dos dois romances, aproxima-se de Cervantes e da dúvida cética. E o ceticismo compartilharia sua visão de mundo com a literatura porque ambos promovem “o questionamento sobre a existência de parâmetros para determinar o que é, de fato, o real” (GAI, 1997, p. 188).

Aires não compartilha dos binômios quixotescos apresentados por Gustavo, mas também possui os seus; alguns bem contraditórios. A fala polida e a escrita liberal são provavelmente o mais patente. Há certamente outros, que irão nos aparecendo com o decorrer deste trabalho. Um daqueles para os quais talvez nem mesmo se atine é a sua condição de defunto por ocasião da edição de sua obra. Aires escreve quando vivo e é publicado *post mortem*. Certo, é um binômio imposto, mas, quando escreve, Aires já é crescido o bastante para saber que ninguém está livre de morrer. Não se sabe ao certo se Aires gostaria de ver sua obra publicada, dada a quantidade de inconfidências que vai amontoando com o decorrer dos capítulos e das entradas. É de se imaginar que tenha causado perplexidade nos meios que frequentou, pois a obra é tão rica em detalhes que mesmo a substituição dos nomes “reais”

dos personagens por outros “fictícios” não evitaria o reconhecimento de tramas tão particulares.

A condição de defunto de Aires, por ocasião da edição de suas obras, e a maneira como trata sua vida social de modo diverso de como se comporta com a pena na mão, nos faz lembrar Brás Cubas. Mas a atitude e as circunstâncias do diplomata diferem em muito das do “menino-diabo” que fora defunto-autor (fora não, é defunto-autor, já que sua condição é eterna, ex-morto não existe), que quebrava as cabeças das escravas e cavalgava o moleque Prudêncio. Criado para dar errado, Brás Cubas só adotaria uma postura reflexiva em relação à sua existência improdutiva e às suas relações sociais estéreis após a morte, apesar de ter buscado o sucesso incessantemente em vida (e tê-lo conhecido com seu best-seller!). Com Aires, a dimensão reflexiva se dá em vida, mas seu jeito polido o impede de se comportar de forma descortês. Entretanto, Aires não pode fugir ao seu principal hobby, passatempo ou fixação: a necessidade que tem de escrever suas impressões sobre o mundo. E o mundo são as pessoas. Devo repetir que Aires já se encontra morto por ocasião da publicação de seus escritos, o que nos impede de afirmar que era sua intenção, como passa a ser a de Brás Cubas, expor os seus convivas, ou “amigos”, deliberadamente, antes ou após a morte. Mas como Aires não tomou o cuidado de destruir seus escritos antes de morrer...

Voltemos um nível acima, ao nível do autor empírico; e passemos a diante, ao *Memorial de Aires*. A estratégia narrativa encontrada por Machado de Assis para inserir seu narrador ainda mais no convívio entre os vivos, sem lhe tirar a apreciação mordaz da sociedade, foi organizar todo o romance em entradas de diário. Aqui, tudo o que nos é confiado já o é através da escrita de Aires; não há mais um narrador em terceira pessoa (seja de fato, seja *despistador*), que sirva para relatar o comportamento exemplar de Aires em sociedade e mergulhá-lo em suas divagações agudas no seu particular. Com palavras lançadas em um diário, que mais parece uma desculpa para que Aires aprecie mais à vontade o jogo social, o diplomata pode transitar facilmente entre o vivido e o narrado, deixando mais claro o contraste entre suas atuações.

Mas como é construído este tão falado, e tão pouco lido, memorial de Aires? Em seu amplo trabalho sobre o diário como ficção, H. Porter Abbott (1984, p. 15, tradução nossa) afirma que o romance em forma de diário já se tornou um velho conhecido, e o que dele se espera “já teria se transformado em uma linguagem universal, da qual se vale o autor, e o crítico pode descrever”¹². Sua estrutura poderia ser dividida em quatro grandes partes: o

¹² O texto em língua estrangeira é: “has become a generic language that an author can use and a critic describe”.

cenário, a ação, o escritor e a escrita. O *Memorial*, que é inclusive listado no levantamento de obras em forma de diário feito por Abbott, possui as quatro partes indicadas pelo professor, e suas divergências para com o padrão não são tantas.

Quanto ao “cenário”, poderíamos dizer que Aires “está sentado à mesa. Na mesa, há tinta, caneta (ou pena) e papel. A mesa está em um aposento. O aposento contém, pelo menos, duas coisas: uma janela, com uma vista, e um espelho. É um quarto pobre, em uma casa pobre. A casa está em uma cidade”¹³ (ABBOTT, H. Porter 1984, p.15, tradução nossa). Na verdade, em momento algum há a menção de um espelho no lugar onde Aires costuma visitar seus papéis. O espelho é um objeto importante no universo ficcional. Revela ao leitor, sobre as personagens, mais que qualquer outro objeto poderia conseguir. E proporciona aos personagens momentos incomparáveis de epifania. Na obra de Machado de Assis, o exemplo mais claro e conhecido do uso do espelho é justamente o conto “O espelho”, que contém “um esboço de uma nova teoria da alma humana”. No conto, o alferes Jacobina postula a existência de duas almas, e não de apenas uma. Uma interior e outra exterior, “uma que olha de dentro para fora, outra que olha de fora para dentro”. E é o espelho que proporciona ao alferes Jacobina o equilíbrio necessário entre as duas almas, que por sua vez lhe permite atravessar uma semana forçada de solidão sem maiores atribulações.

O espelho pode ser tomado inclusive como metáfora da própria ficção. “Como sabemos há muito, o espelho da ficção não nos devolve a realidade refletida tal e qual: antes a inverte e depois nos leva para outro lugar. Este outro lugar se situa além da realidade de que partimos e além do espelho – além da ficção” (BERNARDO, 2010, p. 9). O espelho não nos reflete como somos, além de nos dar a imagem invertida, pode apresentar ligeiras distorções. A metáfora cabe bem à ficção justamente por ela não refletir, tal qual o espelho, a realidade como ela é. Mas diferentemente do espelho, que nos apresenta uma visão diversa, porém fixa, da realidade, a ficção expande o entendimento acerca do real. Portanto, ela atua não apenas como um espelho, mas como uma sala de espelhos, com espelhos que nos apresentam visões as mais variadas a partir de um ponto de partida.

Sendo um objeto tão caro à ficção (e aos diaristas), o que explicaria a ausência de um espelho nos aposentos de Aires? Creio que esta ausência faça parte de um processo de despojamento exterior, pelo qual vão passando os personagens mais eticamente “corretos” de Machado de Assis. Aqueles que vão deixando de lado as muletas exteriores, aqueles cuja

¹³ O texto em língua estrangeira é: “He is seated at a desk. On the desk there is ink, pen, and paper. The desk is in a room. The room contains at least two things: a window with a view and a mirror. It’s a shabby room in a shabby house. The house is in the city”.

humanidade vai se inclinando não para a frivolidade, mas caminha para a aceitação de suas limitações, e procura viver da melhor forma possível. Vão-se os espelhos, fica a ficção.

E a ficção dos últimos romances machadianos é particularmente forte. Em contraposição aos romances anteriores, é uma ficção que se vale por si mesma, que não dispõe dos artifícios concedidos por Machado aos três romances anteriores: a autoria defunta (e descompromissada) em *Brás Cubas*, a dúvida atroz em *Dom Casmurro* e o imbróglio filosófico-espiritualista apresentado em *Quincas Borba*. Não que vá aqui alguma crítica desqualificante ao trio citado. Cada um dos elementos referidos possui uma função específica dentro da narrativa; e fora, em sua recepção. Os romances subsequentes devem ser o ponto de nossa atenção aqui: não há como negar o despojamento que marcam seus enredos em relação aos anteriores. E ainda assim eles funcionam perfeitamente. E, curiosamente, a renúncia aos artifícios não os aproxima de uma narrativa realista. Eles continuam ignorando sumariamente a escola, ou qualquer outra que estivesse se insinuando por ocasião de sua feitura, e preservam, como os anteriores, o foco na ficção.

Além da falta do espelho no quarto do memorialista, há um outro detalhe que diferencia o ambiente de Aires em relação a seus companheiros de pena. Sua casa e o lugar onde ele depõe suas notas não são em nada inferiores. Mas há um motivo simples e eficaz para que seja assim. Mas antes, vejamos a “ação” segundo Abbott (1984, p. 15, tradução nossa):

[O diarista] escreve. Anda pelo aposento. Pela janela, contempla e medita sobre os que passam lá embaixo. Ao menos em uma ocasião, no decurso de suas entradas, ele olha no espelho e descreve o que viu lá dentro. Ele anda pelas ruas da cidade. Ele se apaixona, ou nisto fracassa. Ele fica doente. Há uma grande chance de que ele morra. E se morrer, há uma grande chance de que morra pelas próprias mãos.¹⁴

Começamos a perceber que os atos de Aires não se enquadram totalmente ao tipo de coisa que a maioria dos que se confessam a um diário costumam fazer. Não conseguimos imaginá-lo atentando contra a própria vida ou enxergando coisas no fundo de um espelho que nem mesmo existe. Quanto ao amor, não creio que o conselheiro seja assim tão diferente. Mas isto fica para um pouco mais adiante. Vejamos, nas palavras de Abbott, quem é o “escritor” usual de diários (1984, p.15, tradução nossa): “Ele é inteligente e sensível. Extremamente introvertido e autoconsciente. É alienado. Não encontra prazer na sociedade. Está apaixonado

¹⁴ O texto em língua estrangeira é: “He writes. He paces the room. He gazes out of the window and meditates upon those passing below. At least once in the course of his entries, He looks in the mirror and describes what He sees there. He walks the city streets. He falls in love, or fails to. He falls ill. There is a good chance He will die. If He dies, there is a good chance He will die by his own hand”.

ou obcecado com o fato de estar só. É pobre e impotente. Ele é jovem. [...] Está sozinho. É inclinado ao melodrama e está condenado”.¹⁵

Vemos que Aires vai se distanciando do paradigma cada vez mais, mas ainda assim guarda significativas semelhanças. Agora, já entendemos porque possui um ambiente muito mais do que espartano para escrever. Diferentemente dos jovens escritores de diários, Aires já é um ancião, aposentado e, senão rico, confortavelmente remediado. Mas ele “conserva ainda agora algumas das virtudes daquele tempo (de quando tinha cerca de quarenta anos), e quase nenhum vício” (ASSIS, 2005, p. 47). Certamente, virtudes que já teriam brotado em sua mocidade. Aires possui também algumas virtudes que não compartilha com seus jovens pares, e que se manifestam nas páginas de seu diário. Mas antes de tratarmos do que trata o diário do conselheiro, vejamos a última das quatro características principais da ficção em forma de diário, apontadas por Abbott: a “escrita” (1984, p. 16, tradução nossa):

Como escreve o diarista? Intermitentemente. Seu estilo é irregular. Vai da retórica excessiva ao coloquial. É marcado por começos interrompidos e paradas abruptas, por vazios e verborragia. Ele fala no presente sobre emoções presentes. É tão autoconsciente quanto seu autor, angustiantemente criticando as palavras pelas quais se manifesta.¹⁶

Aqui, também, o diário de Aires guarda tanto semelhanças quanto dissonâncias para com o paradigma. O estilo de Aires não varia tanto quanto o constatado por Abbott, mas possui seu grau de inconstância. E o que encontramos nas páginas do diário do conselheiro? Qual a matéria de seus registros? A maior parte do tempo, Aires procura desviar o centro de suas memórias para a família Aguiar e as reuniões sociais por ela promovidas. Mas apesar da tentativa, os trechos mais instigantes de seu diário dizem respeito a si mesmo, às suas famosas impressões sobre seus pares e, principalmente, sobre a jovem e bela Fidélia. A relação de Aires com a “saborosa” viúva é a que mais claramente mostra as duas dimensões do conselheiro, uma social e outra interior. Comedido diante da bela Fidélia, na escrita, Aires concede aos seus enleios sobre a viúva a liberdade que não se permite em sua presença. Não sem algum constrangimento (ou ironia):

Papel, amigo papel, não recolhas tudo o que escrever esta pena vadia. Querendo servir-me, acabarás desservindo-me, porque se acontecer que eu me vá desta vida, sem tempo de te

¹⁵ O texto em língua estrangeira é: “He is intelligent. He is sensitive. He is acutely introverted and self-conscious. He is alienated. He has no gift for social life. He is either in love or obsessed with the fact that he is not. He is poor. He is powerless. He is young [...] He is alone. He is prone to melodrama. He is doomed”.

¹⁶ O texto em língua estrangeira é: “How does the diarist write? Intermittently. His style is unregulated. It ranges from the purple to the colloquial. It is marked by false starts and abrupt stops, by blanks, and by logorrhea. It speaks in the present of present emotions. It is as self-conscious as its author, anxiously reflecting upon the words by which it manifests itself.”.

reduzir a cinzas, os que me lerem depois da missa de sétimo dia, ou antes, ou ainda antes do enterro, podem cuidar que te confio cuidados de amor.

Não, papel. Quando sentires que insisto nessa nota, esquiva-te da minha mesa, e foge. A janela aberta te mostrará um pouco de telhado, entre a rua e o céu, e ali ou acolá acharás descanso. Comigo, o mais que podes achar é esquecimento, que é muito, mas não é tudo; primeiro que ele chegue, virá a troça dos malévolos ou simplesmente vadios.

Escuta, papel. O que naquela dama Fidélia me atrai é principalmente certa feição de espírito, algo parecida com o sorriso fugitivo, que já lhe vi algumas vezes. Quero estudá-la se tiver ocasião. Tempo sobra-me, mas tu sabes que é ainda pouco para mim mesmo, para o meu criado José, e para ti, se tenho vagar e quê, — e pouco mais (ASSIS, 1988, p. 44).

Até que ponto Aires está se apaixonando por Fidélia, no desenrolar dos anos de 1888 e 1889, será discutido no capítulo sete. Importa agora prestar atenção à ironia que Aires dispensa não apenas aos demais, mas também à própria figura. Se exortasse o papel somente pelo possível constrangimento de ser reputado por um velho que não se enxerga, sexagenário interessado em moça na flor da idade, ainda que viúva, bastaria que se tornasse mais moderado em suas anotações. Entretanto, é o contrário que acontece. O leitor que porventura soltar um “me engana que eu gosto” ao se deparar com “o que naquela dama Fidélia me atrai é principalmente certa feição de espírito” não poderia ser de forma alguma recriminado. Aires se antecipa aos possíveis comentários maldosos, colocando-se a si mesmo sob suspeita.

O *humour* é um dos traços característicos de Machado de Assis. E também a auto-ironia. Esta auto-ironia (semelhante à ironia que o narrador em terceira pessoa impõe ao protagonista) não está restrita à ficção machadiana. Frequentemente Machado se põe como alvo de sua própria ironia pelas crônicas que escreveu durante quase toda a vida. O *humour* é uma espécie de mordacidade delicada, sofisticada, mais elaborada que o simples sarcasmo e a própria ironia, que se manifesta pela constatação das agruras do homem, espécie e indivíduo. Poderíamos atualizar a auto-ironia machadiana para um *auto-humour*. Ou poderíamos deixar os dois termos lado a lado, pois um não exclui o outro no universo do Bruxo. Mas o verdadeiro humorista, como enxerga Alcides Maya, precisa ter a consciência de estar inserido nas “incongruências do Universo” e a coragem de se deixar alcançar por sua própria manifestação. “O *humour* é a tragicomédia de um homem que, indiretamente se confessa; o autor, na peça, transforma-se em ator, e este, entre os personagens que imaginou e move ao seu arbítrio, é, de fato, o personagem central, embora disfarçado...” (MAYA, 2007, p. 14). O *humour* depende da atitude do humorista, pois é sua atitude que lhe dá autenticidade, e força: “O humorista é um forte bom, vencido, mas sobranceiro à derrota, e na atitude que assume, não de orgulho puro, e sim de altivez dolorosa, há, anulando o despeito pessoal, uma certeza superior das contingências terrenas” (MAYA, 2007, p. 15).

Aires talvez lamente por suas limitações, mas não procura escondê-las de si. Antes, zomba de suas deficiências; sabe que não pode corrigir a si e ao mundo. Vive dentro do que

está ao seu alcance, sem desprender grandes esforços para alcançar o que não tem. Poderíamos tirá-lo por fraco ou entendê-lo infeliz, mas talvez estejamos sendo rigorosos e pequenos com esta avaliação. À sua volta, desfilam vários exemplos de homens que lutaram para mudar suas realidades e ainda assim continuam em luta constante. Santos, Nóbrega, Batista, Aguiar, Campos, Tristão, Pedro, Paulo, estão sempre conquistando algo e, ainda assim, em busca de algo a conquistar. Às vezes, à custa de mediocridade, de comportamentos questionáveis, da colocação dos escrúpulos em cheque. Aires parece ter aprendido a não se obrigar a se lançar na roda viva da ascensão social, política ou pessoal. E curiosamente, é a ele que os empreendedores costumam recorrer quando precisam de um conselho.

Por outro lado, as mulheres, que lhe atraem, mas não o mobilizam, exibem uma ansiedade diversa da masculina, mas que não está livre de desenganos, de decepções. Notadamente as mais velhas, como Natividade, D. Cláudia, e D. Carmo, cujo cuidado familiar se transforma invariavelmente em fonte de inquietações e desilusões. O comportamento das mais novas é diverso, mas talvez por conta da idade ou do estado civil. A aparente falta de ambições de Fidélia, por exemplo, que parece ter se aquietado na viuvez precoce, se transforma em forte determinação ao se enamorar de Tristão e partir, cheia de sonhos na bagagem, com o novo marido rumo a Portugal, deixando entregues a si próprios os planos e os cuidados do casal Aguiar.

Há, ainda, uma outra categoria feminina digna de nota. São as viúvas sem filhos e já de certa idade, viúvas que realmente se acomodaram na viuvez. Casos de Rita e Perpétua. Semelhantes a Aires no estado civil, na ausência de descendentes e em certo acúmulo de experiências de vida, são elas as que demonstram um grau menor de preocupação para com a vida. Porque acumularam menos responsabilidades que as demais, poderíamos contestar. A contestação não é infundada, mas a questão é: em que lugar está prescrito que o acúmulo de responsabilidade ou o cultivo de ambições leva a uma vida mais digna ou mais respeitável?

E é claro, não havia me esquecido da jovem Flora. Mas esta, como diz o próprio Aires, é uma inexplicável. É uma exceção. E desconcerta tanto o diplomata, que o leva à beira da indelicadeza. Flora nos ajudará a finalizar o pequeno esboço aqui apresentado do conselheiro.

Flora pode ser jovem e inexplicável, mas como todos os que cercam o diplomata, já percebera a constância com que ele é requisitado a dar pareceres informais, mas respeitáveis, sobre os mais diversos assuntos. Flora também tem as suas preocupações, ao menos uma: mudanças na direção dos ventos políticos poderiam fazer com que seu pai largasse a capital e se estabelecesse em um lugar qualquer do Brasil, como presidente de província. A possibilidade de mudança gela o sangue de Flora. Ela não quer sair do Rio de Janeiro. “Talvez

o Rio de Janeiro para ela fosse Botafogo, e propriamente a casa de Natividade” (ASSIS, 2005, p. 111). Além dos gêmeos, ainda que não consiga se decidir por um deles.

Para desespero de Flora, as possibilidades de o pai assumir a presidência de uma das províncias se tornam reais. Flora recorrerá ao conselheiro, pois

só ele podia despersuadir o pai de aceitar a presidência. Aires achou tão absurdo este pedido que esteve quase a rir, mas susteve-se bem. A palavra de Flora era grave e triste. Aires respondeu, com brandura, que não podia nada.

— Pode muito, todos atendem aos seus conselhos.

— Mas eu não dou conselhos a ninguém, acudiu Aires. Conselheiro é um título que o imperador me conferiu, por achar que o merecia, mas não obriga a dar conselhos; a ele mesmo só lhos darei se mos pedir. Imagine agora se eu vou à casa de um homem ou mando chamá-lo à minha para lhe dizer que não seja presidente de província. Que razão lhe daria?

Não tinha razões a moça; tinha necessidade (ASSIS, 2005, p., 127).

Aires não costuma dar verdadeiramente conselhos a quem lhes pede. Antes, procura compreender a situação em torno das perguntas que recebe e apresenta aos ansiosos mais alívio que orientação. Mas Flora, como todos, não vê assim. E só não suplicará a Aires que convença os pais de desistir da presidência porque está, ainda que a certa distância, na presença deles. Mas ela o cobre de méritos e virtudes, procurando convencê-lo de que seria fácil fazer o pai mudar de ideia. Aires promete pensar no caso; talvez lhe traga novidades no dia seguinte.

Mas quando o conselheiro está pronto para partir, é exatamente Batista que lhe pede alguns minutos. Com a desculpa de lhe mostrar algo, ambos vão até seu gabinete e Aires é mais uma vez surpreendido, pela mesma matéria: Batista quer saber do conselheiro se deve ou não aceitar a presidência que está pronto a receber. Aires recobra o fôlego rapidamente. Apesar de famoso por suas opiniões medianas, é bem direto e decidido no que diz a Batista. Este apresenta o fato como se fosse desejo de seus correligionários; ele mesmo não o queria. O que tem Aires a dizer?

— Francamente, acho que não tem razão.

— Que não tenho razão em quê?

— Em recusar.

— Propriamente, não recusei nada; há um grande trabalho neste sentido, e o meu desejo, — acrescentou com mais clareza, — é que os bons amigos sagazes me digam se tal coisa é acertada; não me parece que seja...

— Eu penso que é. (...) (U)uma presidência aceita-se.

— Pois então saiba tudo; é a única pessoa de sociedade com quem me abro assim francamente. A presidência foi-me oferecida.

— Aceite, aceite (ASSIS, 2005, p. 131).

Aires sabe que a vida política é a vida de Batista (e de sua mulher, D. Cláudia). Mas acabara de tomar conhecimento das aflições de Flora. Por que então toma partido em uma

decisão com implicações tão diretas sobre a mocinha? Parece-nos que sua intenção é dizer exatamente o contrário do que Flora lhe pedira. Palavras mais condizentes com as normalmente usadas pelo conselheiro em ocasiões como esta seriam algumas do tipo: “se são alguns velhos amigos que o querem... Resta saber se está de acordo”. E não um “Francamente, acho que não tem razão” em não aceitar, arrematado com um “Aceite, aceite”, lá pelo fim do convencimento. A impressão que temos é que Aires está dizendo a Batista o que pensa, francamente. E por quê?

Batista e a família partirão em breve, não a chamado de uma presidência, mas por conta de uma comissão; missão bem mais humilde, mas também alhures. Para o bem de Flora, a nação sofreria o golpe da República logo, logo. E os Batistas voltariam em poucos meses ao Rio de Janeiro. Seria mesmo para o bem de Flora? Não podemos nos esquecer que as décadas de diplomacia e de conselhos fizeram de Aires um especialista em lidar com as consultas mais inusitadas. Seu comportamento perante Batista parece nos revelar que se encontra diante de uma oportunidade imperdível. Vejamos o que movera o conselheiro de modo tão determinado em direção ao aceite. Antes da ida e do retorno, e depois da conversa com o político, Aires confiará ao seu memorial que: “a presidência de província, arredando Flora daqui, por algum tempo, tira esta moça da situação em que se acha, como a asna de Buridan. Quando voltar, a água estará bebida e a cevada comida. Um decreto ajudará a natureza” (ASSIS, 2005, p. 142).

Ou seja, por mais dolorosa que a partida possa ser, Aires está antes preocupado em desimpedir o caminho da jovem, tirá-la do impasse em que se encontra. Empurrá-la para a vida, fazê-la avançar. E, por tabela, ainda presta um favor aos gêmeos Pedro e Paulo. Mas isto não seria uma contradição, vindo de quem prima tanto pela calma? Não. Há uma diferença muito grande entre ele e Flora: a idade que os separa. À mocidade cabe o movimento; esta é a ordem natural das coisas. E quanto a Batista, ele que também servisse à mocidade (ainda que sem tomar conhecimento), pois é o que todos os mais velhos deveriam fazer, na visão de Aires.

A paralisia da moça, por sinal, o deixa tão perturbado que, na anotação citada acima, ele nos deixa escapar um profundo desalento.

Que o Diabo a entenda, se puder; eu, que sou menos que ele, não acerto de a entender nunca. Ontem parecia querer a um, hoje quis ao outro; pouco antes das despedidas, queria a ambos. Encontrei outrora desses sentimentos alternos e simultâneos; eu mesmo fui uma e outra coisa, e sempre me entendi a mim. Mas aquela menina e moça... A condição dos gêmeos explicará esta inclinação dupla; pode ser também que alguma qualidade falte a um que sobre a outro, e vice-versa, e ela, pelo gosto de ambas, não acaba de escolher de vez. É fantástico, sei; menos fantástico é se eles, destinados à inimizade, acharem nesta mesma criatura um campo estreito de ódio, mas isto os explicaria a eles, não a ela... (ASSIS, 2005, p. 141).

Aires já havia deixado transparecer sua perplexidade à própria Flora, em pessoa, coisa que não lhe é comum. Querendo saber por que o diplomata a chamara inexplicável, o conselheiro lhe solta esta resposta de gosto duvidoso, com a qual Flora não se ofende, certamente por lhe aparecer “obscura”:

- Inexplicável é o nome que podemos dar aos artistas que pintam sem acabar de pintar. Botam tinta, mais tinta, outra tinta, muita tinta, pouca tinta, nova tinta, e nunca lhes parece que a árvore é árvore, nem a choupana choupana. Se se trata então de gente, adeus. Por mais que os olhos da figura falem, sempre esses pintores cuidam que eles não dizem nada. E retocam com tanta paciência, que alguns morrem entre dois olhos, outros matam-se de desespero (ASSIS, 2005, p. 88).

Flora morrerá. Doente, antes do fim do romance, antes de Aires, antes da possível futura sogra Natividade. Os gêmeos sentirão a sua falta, mas seguirão em frente. O artifício que Aires empreendera para empurrá-la à vida falhara duplamente. Mas fora a menina que se enganara ao final. Aires não pode muito, pode bem pouco, quase nada. Não há o que ser feito contra o “Destino”. “Não se luta contra ele [...]; o melhor é deixar que pegue pelos cabelos e nos arraste até onde queira alçar-nos ou despenhar-nos” (ASSIS, 2005, p. 128). Mas tanto quanto não consegue deixar a escrita, o conselheiro não deixa de fazer o que está ao seu alcance, quando entende que a causa vale a pena. Não deixa de buscar, apesar de a busca ser incerta.

Nos três capítulos seguintes veremos o diplomata se defrontando com situações em que suas limitações e sua visão de mundo serão postas à prova. Poderemos, assim, apreciar, após esta pequena apresentação de sua figura e do ambiente por onde circulou, se seu comportamento e suas atitudes o aproximam do ideal de vida pirrônico. E se não, se ele se enquadra em algum outro tipo de ceticismo.

3 A LIÇÃO DO CONSELHEIRO

Praia fora (esqueceu-me notar isto ontem), praia fora viemos falando daquela orfandade às avessas em que os dous velhos ficavam, e eu acrescentei, lembrando-me do marido defunto: - Desembargador, se os mortos vão depressa, os velhos ainda vão mais depressa que os mortos... Viva a mocidade!

Campos não me entendeu, nem logo, nem completamente. Tive então de lhe dizer que aludia ao marido defunto, e aos dous velhos deixados pelos dous moços, e concluí que a mocidade tem o direito de viver e amar, e separar-se alegremente do extinto e do caduco. Não concordou, - o que mostra que ainda então não me compreendeu completamente.

Memorial de Aires, 30 de agosto, 1889

Vimos no capítulo anterior o esforço que Aires desprendera para tentar arrancar a jovem Flora das garras de sua paralisia e jogá-la à vida, além de, com isso, ajudar a desembaraçar os caminhos amorosos dos gêmeos Pedro e Paulo. A penúltima entrada do diário do conselheiro, transposta para o *Memorial de Aires*, deixa entrever uma lição semelhante. A lição não compreendida pelo desembargador Campos é simples, mas o enfoque não é usual. Todos nós concordamos que devemos viver a vida, ainda mais quando jovens; por isso Aires ficava tão perturbado com o comportamento de Flora. Mas no caso de Fidélia e Tristão, viver a vida trará alguns efeitos colaterais negativos para o casal Aguiar; diferentemente da ausência de Flora, que traria possíveis efeitos positivos sobre Pedro e Paulo. Aires exercita sua maneira de enxergar o mundo, mantendo o foco na mocidade, quase dando de ombros para os da sua idade, e a do casal Aguiar, e a de Campos. A raridade que assusta o desembargador está no fato de Aires sustentar sua posição de modo tão natural. Campos não possui nenhum treinamento em semelhante espécie de franqueza. Vê a atitude da sobrinha (sim, ele é tio de Fidélia) e a aprovação de Aires como inaceitáveis. Talvez impensáveis.

Como tio de Fidélia, Campos convivera com ela, Tristão e os velhos, o casal Aguiar. Sabia que o embarque de ambos, casados, para Portugal, levava na bagagem o intuito inconsciente de não mais voltarem ao passado brasileiro. Campos conhecia o desejo do casal Aguiar em unir os filhos “postiços” em casamento para manter a ambos próximos de si e não para perdê-los para o Velho Mundo e o dinamismo da juventude. O desembargador não aceita a atitude da sobrinha; e não entende, ou não quer enxergar, a interpretação trazida por Aires para o fato. O conselheiro é claro e específico, faz alusão “ao marido defunto, e aos dous

velhos deixados pelos dous moços”, conclui que “a mocidade tem o direito de viver e amar, e separar-se alegremente do extinto e do caduco”, mas Campos ainda assim não compreende; não poderia compreender.

Campos também é um velho conhecido de Aires. Foram colegas de ano em São Paulo. “Com o tempo e a ausência perdemos a intimidade, e quando nos vimos outra vez, o ano passado, apesar das recordações escolásticas que surgiram entre nós, éramos estranhos. Vimos-nos algumas vezes, e passamos uma noite no Flamengo; mas a diferença da vida tinha ajudado o tempo e a ausência” (ASSIS, 1988, p. 29), revela Aires. Mantivesse o convívio com o conselheiro, talvez o desembargador pudesse compreendê-lo em sua reflexão sobre a sobrinha. Mas Fidélia lhe soa simplesmente ingrata; e as palavras de Aires talvez nem tenham sido de todo ouvidas. O abandono é algo que até pode existir, mas que não pode ser recebido senão com indiscutível reprovação; em um mundo de convenções sociais e procedimentos previsíveis, está fora de cogitação a atitude de Aires, em não fazer coro com a lástima do desembargador. Campos não entende as palavras do conselheiro porque parecem ser ditas em uma língua diversa da que ouviu por toda a vida.

A falta de treinamento de Campos não é o único fator a dificultar o ensinamento do conselheiro. Agora, deixemos o entendimento que Aires tem sobre a mocidade de lado e fiquemos com a lição (quase) dada a Santos. Mais importante que liberar a juventude, é libertar o pensamento. Ou, não necessariamente: a falta de empenho por parte de quem ensina mantém quem poderia aprender na mais completa ignorância. Lições incomuns demandam empenho de quem as dá e a persistência nunca foi uma virtude cultivada por Aires. Seríamos maldosos se o tomássemos simplesmente por desinteressado; o ponto é outro. O conselheiro está sempre avaliando mentalmente se o esforço vale a pena. Não o esforço de repassar a lição. O que Aires precisa saber é se vale a pena se esforçar pela conscientização alheia. Que ganho teríamos o mestre, o educando, e mesmo o conjunto da sociedade com a apreensão de uma nova e desconcertante lição?

A equação de Aires parece ser estranha à primeira vista, mas é fruto de um raciocínio simples. Vamos a ele: em primeiro lugar, a formação do homem se dá através de milhares e milhares de lições corriqueiras, que se repetem de geração em geração e se reafirmam no viver cotidiano. Dentro dessas lições, naturalmente se encontram os comentários acerca do comportamento alheio. Em segundo lugar, ainda que Aires perceba que a reprodução do corriqueiro culmine na perpetuação da mediocridade, que proveito ele teria em insistir em um comentário surpreendente e desconcertante? E que proveito teria seu aprendiz em aprender o incomum? Principalmente um provento aprendiz, em quem as lições corriqueiras já estão pra

lá de sedimentadas? Este raciocínio deveria levar o distinto diplomata ao silêncio, mas não é bem assim que a coisa funciona. O conselheiro continua espalhando sua incompreendida sabedoria, uma vez que flui de sua boca com uma naturalidade incontornável. Bastam algumas linhas de diálogo com um interlocutor qualquer para que apareçam mais uma vez. Entretanto (e em terceiro lugar), quando Aires percebe que a lição trará mais perturbação que benefícios, compreende que talvez seja melhor deixar como está; melhor não perturbar o equilíbrio de um mundo que repousa na lógica eficiente da mediania. A incapacidade que tem o outro de alcançar suas palavras o lembra de que fala boa parte do tempo em língua diversa, e o faz guardar para si sua peculiaridade. Até que venha a próxima interação, a próxima lição involuntária, o próximo estranhamento alheio, e o próximo silêncio.

Aires não é um desinteressado. Talvez fosse mais correto chamá-lo cuidadoso. Diante da incompreensão alheia, o conselheiro se reserva o direito de retornar à sua paz e de preservar a paz do mundo que o cerca, de suspender a lição. “Tinha observado que as convicções, quando contrariadas, descompõem o rosto à gente, e não queria ver a cara dos outros assim, nem dar à sua um aspecto abominável. Se lucrasse alguma coisa, vá; mas, não lucrando nada, preferia ficar em paz com Deus e os homens” (ASSIS, 2005, p. 193).

Esta informação está no *Esau e Jacó* onde, a exemplo do *Memorial*, o final é composto também por uma lição suspendida. O capítulo CXXI, último capítulo do penúltimo romance de Machado de Assis, intitulado “Último”, revela o raciocínio do diplomata de modo ainda mais evidente:

- O senhor que se dá com eles diga-me o que é que os fez mudar, concluiu o amigo.
 - Mudar? Não mudaram nada; são os mesmos.
 - Os mesmos?
 - Sim, os mesmos.
 - Não é possível.
- Tinham acabado o almoço. O deputado subiu ao quarto para se compor de todo. Aires foi esperá-lo à porta da rua. Quando o deputado desceu, vinha com um achado nos olhos.
- Ora, espere, não será... Quem sabe se não será a herança da mãe que os mudou? Pode ter sido a herança, questões de inventário...
- Aires sabia que não era a herança, mas não quis repetir que eles eram os mesmos, desde o útero. Preferiu aceitar a hipótese, para evitar debate, e saiu apalpando a botoeira, onde viçava a mesma flor eterna. (ASSIS, 2005, p. 249)

O objeto da curiosidade do deputado são os gêmeos Pedro e Paulo, a esta altura também deputados. A incompatibilidade de ambos, manifestada ainda no ventre materno, se torna pública durante o segundo ano de atuação na Câmara. Pedro e Paulo, unidos no primeiro ano na Câmara, a ponto de receberem duras críticas e reprimendas de eleitores e amigos políticos, uma vez que foram eleitos por partidos antagônicos, retornam de férias discordantes como nunca, levando à tribuna a mesma dissensão que os acompanhara por toda a vida.

Entretanto, o que era motivo de surpresa para aqueles que os conheceram apenas no meio político, era apenas o retorno ao antagonismo natural interrompido por um curto período, motivado por um pedido da mãe no leito de morte e coincidente com o início da carreira política. Cansada das eternas disputas dos filhos, Natividade os faz prometer que serão amigos, pois do contrário “padecerá no outro mundo, se os não vir amigos neste” (ASSIS, 2005, p. 247). Diante da gravidade do estado da mãe, Pedro e Paulo prometem uma nova vida de concórdia; e a levam por um curto período, voltando à condição anterior paulatinamente, primeiro na esfera pessoal, alcançando em seguida a vida pública.

O colega deputado que questiona Aires acerca da mudança de ânimos dos gêmeos levanta uma hipótese: “quem sabe se não será a herança da mãe que os mudou? Pode ter sido a herança, questões de inventário”; mas praticamente ignora o início da explicação apresentada por Aires. Não é possível que sejam os mesmos. Diante da afirmação supostamente descabida de Aires, o deputado não sente sua curiosidade aguçada; a mesma já está envolvida pela explicação encontrada, corriqueira e medíocre, do desentendimento familiar provocado por questões financeiras. Diante da satisfação do deputado com a explicação dada por ele mesmo, Aires prefere “aceitar a hipótese, para evitar debate”. Para evitar também o desagrado do interlocutor ou a revelação de pormenores da vida dos amigos gêmeos em função de um nada garantido convencimento do amigo político.

Evitar o debate parece ser uma atitude coerente para com o ceticismo, mas se furtar a apresentar um argumento que anule o argumento contrário parece trazer mais dúvidas do que certezas quanto à inserção de Aires na tradição pirrônica. Por outro lado, uma vez que “o objetivo do cético é alcançar a tranquilidade nos assuntos ligados às opiniões e a moderação dos sentimentos nas questões que nos são impostas” (Sexto Empírico, 2000, p. 10), Aires poderia se gabar de ter alcançado tais objetivos sem mais sentir necessidade de ficar opondo outro argumento contrário a um argumento apresentado. Que Aires não é homem dado a vanglórias podemos acordar, mas seria questionável tomá-lo por modelo de ascetismo. Por ora devemos perguntar: Aires haveria alcançado a tranquilidade nos moldes propostos por Pirro e consignados por Sexto Empírico, ou o conselheiro desfrutaria de uma paz conquistada de modo peculiar?

Ao desistir de dobrar o argumento alheio, não insistindo no argumento contrário, Aires é e não é pirrônico a um só tempo. Se mostra e se coloca tranquilo nas questões das opiniões (alheias, aqui a do deputado) e mantém para si a própria opinião, que se tornaria em lição para o interlocutor se este assim o permitisse. Ou apenas lhe despertaria a antipatia. O caso de Campos é semelhante, apesar de este expressar uma opinião apenas após Aires externar a sua.

Diante da oposição de Campos, Aires recua, uma vez que o desembargador não o teria compreendido completamente e avalia não haver porque insistir na tentativa de convencimento. Como um bom pirrônico, Aires deveria insistir na argumentação, apenas para anular a alheia e conseqüentemente a sua. Entretanto, como já é possível notar a esta altura, não temos certeza de que Aires seja um bom pirrônico.

Sexto Empírico, após expor detidamente os modos de argumentação do ceticismo pirrônico, lista uma série de frases tipicamente cétricas, tais como “Eu suspendo o juízo”, “Eu não determino coisa alguma” e “Tudo é inapreensível”. Sexto esclarece as circunstâncias na aplicação de cada frase e nos informa algumas das normas a que estão submetidas. Em primeiro lugar, Sexto esclarece que

no caso de todas as frases cétricas, deve-se entender que nós não afirmamos definitivamente que elas são verdadeiras – em suma, dizemos que elas podem ser destruídas por si próprias, sendo anuladas conjuntamente com aquilo a que são aplicadas, tais como as drogas purgativas, que não apenas expõem os humores do corpo, mas lançam fora a si mesmas juntamente com eles (Sexto Empírico, 2000, p. 52, tradução nossa).¹⁷

Estas frases são utilizadas pelo cético para refutação de uma proposição apresentada dogmaticamente. O cético não pretende estabelecer a vitória de sua proposição; pretende a anulação da proposição dogmática através da apresentação de uma proposição simétrica, invalidando a ambas. Aires não pretende estabelecer a vitória de sua proposição, mas não pretende também a anulação da proposição alheia. Também não parece enxergar seus argumentos como purgante a ser expelido com os argumentos alheios, quase que invariavelmente superficiais e levianos. Aires guarda seus argumentos para si porque talvez nutra respeito e estima por eles. Posto desta maneira, o diplomata parece ser um tipo exótico de cético, que não se preocupa em explodir as exposições alheias e mantém apreço por suas próprias posições. Mas não nos apressemos, fechando o juízo em torno do velho morador do Catete. Vejamos outro momento em que as palavras do conselheiro fluem espontaneamente em lição invulgar.

— Fique, fique, conselheiro, disse Santos apertando a mão ao diplomata. Aprenda as verdades eternas.
— Verdades eternas pedem horas eternas, ponderou este, consultando o relógio.

¹⁷ O texto em língua estrangeira é: “In case of all the sceptical phrases, you should understand that we do not affirm definitely that they are true – after all, we say that they can be destroyed by themselves, being cancelled along with what they are applied to, Just as purgative drugs do not merely drain the humours from the body but drive themselves out too along with the humours.”

Um tal Aires não era fácil de convencer. Plácido falou-lhe de leis científicas para excluir qualquer mácula de seita, e Santos foi com ele. Toda a terminologia espírita saiu fora, e mais os casos, fenômenos, mistérios, testemunhos, atestados verbais e escritos... Santos acudiu com um exemplo: dois espíritos podiam tornar juntos a este mundo; e, se brigassem antes de nascer?

— Antes de nascer, crianças não brigam, replicou Aires, temperando o sentido afirmativo com a entonação dubitativa.

— Então nega que dois espíritos?... Essa cá me fica, conselheiro! Pois que impede que dois espíritos?...

Aires viu o abismo da controvérsia, e forrou-se à vertigem por uma concessão, dizendo:

— Esaú e Jacó brigaram no seio materno, isso é verdade. Conhece-se a causa do conflito. Quanto a outros, dado que briguem também, tudo está em saber a causa do conflito, e não a sabendo, porque a Providência a esconde da notícia humana... Se fosse uma causa espiritual, por exemplo...

— Por exemplo?

— Por exemplo, se as duas crianças quiserem ajoelhar-se ao mesmo tempo para adorar o Criador. Aí está um caso de conflito, mas de conflito espiritual, cujos processos escapam à sagacidade humana. Também poderia ser um motivo temporal. Suponhamos a necessidade de se acotovelarem para ficar melhor acomodados; é uma hipótese que a ciência aceitaria; isto é, não sei... Há ainda o caso de quererem ambos a primogenitura.

— Para quê? perguntou Plácido.

— Conquanto este privilégio esteja hoje limitado às famílias régias, à Câmara dos *lordes* e não sei se mais, tem todavia um valor simbólico. O simples gosto de nascer primeiro, sem outra vantagem social ou política, pode dar-se por instinto, principalmente se as crianças se destinarem a galgar os altos deste mundo.

Santos afiou o ouvido neste ponto, lembrando-se das "coisas futuras". Aires disse ainda algumas palavras bonitas, e acrescentou outras feias, admitindo que a briga podia ser prenúncio de graves conflitos na Terra; mas logo temperou esse conceito com este outro:

— Não importa; não esqueçamos o que dizia um antigo, que "a guerra é a mãe de todas as coisas". Na minha opinião, Empédocles, referindo-se à guerra, não o fez só no sentido técnico. O amor, que é a primeira das artes da paz, pode-se dizer que é um duelo, não de morte, mas de vida, — concluiu Aires sorrindo leve, como falava baixo, e despediu-se (ASSIS, 2005, p. 51).

Aires se encontra em casa do Doutor Plácido, presidente e sacerdote de um clube e templo espírita que funcionava no lugar. A doutrina é recente e sintomaticamente possui contornos científicos, como convinha às novidades oitocentistas, apesar de fazer as vezes de religião. À hora de encerrar a visita, Aires se depara com Santos, esposo de Natividade e pai dos gêmeos protagonistas da briga intrauterina. A disputa fora revelada por Bárbara, adivinha à moda antiga, visitada pela cristã Natividade, mas obviamente desacreditada por Santos, homem moderno e capitalista; cristão, mas crédulo da nova doutrina difundida por Plácido. Santos necessita da opinião de alguém qualificado, que confirme ou desmintas as palavras da cabocla. Na presença de Aires, acredita estar diante da oportunidade de, além de ouvir as revelações científicas do Espiritismo, arregimentar um novo seguidor para a doutrina. Mas não por acaso o capítulo transcrito acima na íntegra se chama "A lição do discípulo" e vimos que Aires, além de escapar da doutrinação, acaba por conduzir o diálogo, inclusive deixando seus interlocutores com uma boa impressão:

— E então? disse Santos. Não é que o conselheiro, em vez de aprender, ensina-nos? Eu acho que ele deu algumas razões boas.

— Quando menos, plausíveis, completou mestre Plácido.

— Foi pena que se despedisse, continuou Santos, mas felizmente o meu caso é com o senhor. Venho consultá-lo, e as suas luzes são as verdadeiras do mundo (ASSIS, 2005, p. 53).

Apesar das “razões boas” de Aires, Santos precisa ouvir as “verdadeiras” razões de mestre Plácido. Como apresentado amiúde nos dois romances frequentados pelo conselheiro, suas palavras, mesmo quando “plausíveis”, são descartadas quando não vão ao encontro da expectativa alheia. Com a saída do diplomata, Santos e Plácido passam a investigar, agora sob a luz verdadeira, a possibilidade e os motivos da briga de Pedro e Paulo, e a principal fonte de investigação é a Bíblia Sagrada e não os escritos de Allan Kardec. Ao se deparar com um versículo lido por Plácido, Santos se vê diante de números e palavras ao mesmo tempo cabalísticos e reveladores: o versículo 11 do capítulo II da epístola do apóstolo Paulo aos Gálatas, “E, chegando Pedro à Antioquia, lhe resisti na cara porque era repreensível”, possui além do sinal de enfrentamento, a confirmação numerológica da união dos gêmeos: “este número onze do versículo, composto de dois algarismos iguais, 1 e 1, é um número gêmeo, não lhe parece?”, exclama o deslumbrado pai. Plácido acrescenta sem demora: “o capítulo é o segundo, isto é, dois, que é o próprio número dos irmãos gêmeos”.

Após decifrar o futuro dos filhos, Santos se vê diante de um dilema: viera visitar o doutor Plácido às escondidas, contra a vontade da esposa. Tão logo Natividade conta ao marido a notícia notável, Santos pensa em visitar doutor Plácido. “Se fosse só amigo não consultava, mas ele é o meu chefe e mestre, tem uma vista clara e comprida, dada pelo Céu... Consulto só por hipótese, não digo os nossos nomes” (ASSIS, 2005, p. 46). Natividade insiste que não, que não deviam compartilhar a notícia com ninguém, principalmente com aquele que representa a crença moderna, oposto de Bárbara, adivinha portadora da tradição popular e batizada por Machado de Assis com nome muito sugestivo. Santos promete à esposa não visitá-lo, mas quebra a promessa. Não pode deixar de ouvir seu próprio oráculo, moderno e frequentado por gente de posses e esclarecida. Após receber as revelações que esperava, um Santos exultante se acha diante de um dilema: se contar à Natividade que vira o doutor Plácido acabará por deixá-la magoada. Mas poderá conter em si a felicidade de saber que sim, que os gêmeos serão grandes e o que é melhor, através de revelação recebida em ambiente sério e respeitoso e não na sala de uma pitonisa qualquer, que tivera razão “sem saber o que dizia”? Santos não conseguirá, mas antes de partir fascinado para casa, recebe do doutor Plácido um antídoto contra quaisquer possíveis animosidades da esposa: “Deixe às senhoras as suas crenças da meninice, concluiu; se elas têm fé na tal mulher do Castelo, e acham que é um veículo de verdade, não as desminta por hora. Diga-lhes que eu estou de acordo com o seu oráculo. *Teste David cum Sibylla*” (ASSIS, 2005, p.55). E deu um papel ao Santos com a

frase escrita em latim para apresentá-la à mulher. Assim Santos o faz, e assim Natividade se vê aliviada em suas credices. “Perdoa, amiguinha; estava tão ansioso de saber a verdade... E nota que eu creio na cabocla, e o doutor também; ele até me escreveu isto em latim, concluiu tirando e lendo o papelzinho: *Teste David cum Sibylla*”.

O episódio da ida de Santos ao gabinete do doutor Plácido não está esgotado, nem é minha intenção esgotá-lo. Mas um detalhe (e fundamental) não pode passar em branco: de onde diabos terá tirado o doutor Plácido o verso em latim? O que haveriam profetizado David e Sibylla? A reunião de ambos em um mesmo verso, um rei judeu e uma profetisa pagã, sinaliza o sincretismo ao qual Santos e Plácido recorrem, mas não professam, ou dissimulam. O ecletismo de Plácido chega a lugares onde, os conhecesse Santos, talvez não ficasse assim tão jubiloso:

Dies iræ! dies illa
Solvat sæclum in favilla
Teste David cum Sibylla!
Quantus tremor est futurus,
Quando judex est venturus,
Cuncta stricte discussurus!
(Thomas de Celano, 2011)¹⁸

Bastam-nos duas estrofes do hino “*Dies iræ*” (“Dia da ira”), atribuído ao frade franciscano Tomás de Celano, que viveu no distante século 13, para percebermos a falta de critério da citação de Plácido. Assim como profetizaram David e Sibylla o dia do juízo final, que tipo de profecia haveria de se esperar de Bárbara, confirmadas no livro sagrado, a respeito do futuro brilhante de Pedro e Paulo? Não será de se espantar a vida de dissensões que marcará a ambos.

Enquanto Santos e Plácido recorrem a diversos arranjos para tornar legítimas as adivinhação e a profecia lançadas pela pitonisa que por eles é ridicularizada, escolhendo uma amarga cereja para encimar um bolo de massa nada homogênea, Aires se porta de modo humilde diante do acontecimento notável que seria a briga de dois espíritos antes do nascimento, apresentando várias hipóteses para o ocorrido. As hipóteses de Aires parecem boas ou ao menos plausíveis, mas não satisfazem a necessidade de Santos, o que abre caminho para Plácido exercer sua influência de sacerdote e presidente. Apesar de nunca ter sido pai (nem mãe) Aires sabe que crianças costumam se mexer dentro do útero materno. A chance de haver mais movimento em caso de gêmeos é algo razoável. Não ter havido briga

¹⁸ O texto correspondente na tradução é: “Dia da ira, aquele dia // Dissolverá o mundo em cinzas // Como profetizaram Davi e a Sibila! // Quanto terror haverá // Quando o juiz surgir // E a tudo de perto examinará”.

alguma antes do nascimento, e sim a rotineira movimentação, deve ser a possibilidade mais verossímil. Mas Santos e Plácido não parecem estar interessados no mais verossímil.

Entre os dogmáticos há uma querela acerca das verdades, pois alguns dizem que algumas coisas são verdadeiras, e outros que nada é verdadeiro. E não há como se resolver a querela, pois se você afirma que algumas coisas são verdadeiras, você não será convincente se o fizer sem a apresentação de provas. E se de fato você quiser apresentar uma prova, e admitir que a prova é falsa, você não será convincente. Por outro lado, se você afirmar que a prova é verdadeira, cairá no argumento circular e consequentemente será instado a provar sua veracidade e necessitará de uma nova prova para tal e assim sucessivamente *ad infinitum*. Mas é impossível apresentar provas sobre provas, infinitamente. Consequentemente é impossível saber se algo verdadeiro existe (Sexto Empírico, 2000, p.88, tradução nossa).¹⁹

Aires não aponta provas para suas hipóteses, e sabe que não poderia encontrá-las. Não dispõe de horas eternas, deixando de lado o abismo da controvérsia. Santos e Plácido também não possuem provas para as conclusões a que chegaram. Mas como se tratam das conclusões a que gostariam de chegar acatam-nas com o mínimo de evidências. Na série de volumes *Contra os matemáticos*, Sexto Empírico escreve centenas de páginas para refutar, mais do que a possibilidade de se chegar a algum conhecimento, a possibilidade de algo ser ensinado por alguém a um outro alguém. Sexto por vezes recorre a argumentos extremos e específicos, pois pretende refutar não apenas o ensinamento como um todo, mas o objeto ensinado por mestres de diversos ramos do conhecimento. Entretanto, já nas *Hipotiposes pirrônicas*, o médico grego explana a natureza do ensino e demonstra como é impossível haver algum tipo de ensinamento nos moldes como o entendemos, o modo como Santos o foi buscar da parte do doutor Plácido. Sexto divide os itens a serem ensinados em claros e obscuros e a partir desta oposição conclui que

se o item for claro não precisa ser ensinado, uma vez que o que é claro é claro para qualquer um de uma única forma. Mas se o item for obscuro, então, uma vez que coisas obscuras são inapreensíveis, em função da querela insolúvel sobre elas, [...] elas não poderão ser ensinadas (Sexto Empírico, 2000, p. 209, tradução nossa).²⁰

A natureza e a veracidade da briga intrauterina de Pedro e Paulo pertencem certamente à categoria dos itens obscuros. Aires se porta com cautela diante do desconhecido, enquanto a

¹⁹ O texto em língua estrangeira é: “There is a dispute about truths among the Dogmatists; for some say that some things are true, and some that nothing is true. And it is not possible to decide the dispute; for if you say that some things are true, you will not found convincing if you say it without proof, because of the dispute; and if you actually want to bring a proof, then if you confess that the proof is false you will be unconvincing, while if you say that the proof is true you fall into the reciprocal argument and in addition you will be asked for a proof of the fact that it is true – and another proof for that, and so *ad infinitum*; and it is impossible to prove indefinitely many things. Therefore it is impossible to know that some things are true.”

²⁰ O texto em língua estrangeira é: “If apparent [the item taught] it will not need teaching, since what is apparent appears to everyone in the same way. But if unclear, then, since unclear things are inapprehensible because of the undecidable dispute over them, [...] then it Will not be teachable.”

dupla Santos e Plácido pretende vestir de clareza o que jaz na mais completa obscuridade. Ambos acreditam ter chegado a uma conclusão e, por conseguinte, ao fim do mistério. Mas como pergunta o próprio Sexto, “Como poderia alguém ensinar ou aprender o que não lhe é apreensível?”. Este (ou outro) alguém poderia argumentar que coisas inapreensíveis foram feitas para serem desvendadas e que muitas coisas já são de fato de nosso conhecimento, portanto claras. E para que se tornassem conhecidas, necessitaram ser ensinadas algum dia por alguém. Sexto argumenta que para um item ser claro deve sê-lo a qualquer um e de um único modo. Esta condição me parece razoável e transparente, diferentemente do caminho precário e tendencioso percorrido por mestre e discípulo, rumo à decifração do grande futuro dos gêmeos.

Mas ainda que Santos tenha obtido seu “conhecimento” levado por sua vontade e por critérios particulares, continuamos com uma pergunta: se Sexto afirma ser impossível ensinar o que é obscuro e desnecessário ensinar o que é claro, como devemos lidar com o fato de que muitas coisas são do conhecimento de todos e que um dia, cada um de nós, enquanto indivíduos, não as conhecíamos? Devemos tomar as palavras de Sexto ao pé da letra? Devemos entendê-las apenas como um argumento exótico, usado para causar estranhamento e reflexão (ou antipatia)? Tomemos um exemplo, um corriqueiro fenômeno meteorológico, para ilustrar a questão: tomemos a formação de nuvens.

Cada um de nós (a partir de determinada idade) sabe que uma nuvem é formada por água. Se sabemos que é formada por água em estado líquido, sólido ou gasoso, não importa. Se sabemos ou não que são formadas por partículas minúsculas (e pleonásticas) de água; se sabemos ou não diferenciar seus vários tipos e nomeá-los; se compreendemos ou não seu processo de formação, nada disso anula o fato de sabermos que nuvens são formadas por água. Mas não nascemos sabendo disso e muitos poucos de nós já tiveram a oportunidade de transpassar uma nuvem e constatar empiricamente sua constituição aquosa, e reconhecê-la.

Questionar a constituição aquosa das nuvens pode ser feito em vários níveis. Podemos levar a dúvida ao extremo, talvez ao limite da implicância gratuita, apenas “para demonstrar a precipitação dos dogmáticos”, como de fato fizeram Pirro de Élis e Sexto Empírico. Podemos argumentar, por exemplo, que algumas nuvens podem ser resultado de partículas poluentes em suspensão ou produto de erupções vulcânicas. Mas devemos admitir que este tipo de questionamento, para o bem da reflexão, se faz mais adequado, e mesmo necessário, quando dirigido a questões ainda não atestadas empiricamente e/ou descritas cientificamente, como o foi algum dia a constituição das nuvens.

Bertrand Russell considera o ceticismo pirrônico um “ceticismo heroico”, propondo em substituição a este um “ceticismo intermediário”. Russell acredita que, por duvidar de tudo, Pirro não se sentaria a espera de um eclipse lunar previsto por astrônomos, uma vez que não haveria razão para acreditar que os astrônomos haveriam previsto o eclipse corretamente. Russell baseia sua dedução numa anedota que se conta de Pirro de que este, vendo seu professor de filosofia com a cabeça presa em um buraco sem poder se soltar, decide não ajudá-lo por não poder concluir se haveria algo de bom em intervir na terrível situação. Este destaque exagerado dispensado a anedotas do gênero sobre a vida de Pirro (pois um professor de filosofia com a cabeça entalada em um buraco me parece tão ou mais inverossímil do que a atitude atribuída a Pirro), muito contribui para a visão desqualificante que se tem dos filósofos céticos, antigos e modernos. E Russell pode ser considerado um dos maiores céticos do século 20. Quando recontadas como pura verdade por alguém que também se admite cético, abalam o ceticismo ainda de outro modo, pois atestam a seus inimigos que seus adeptos se sentem confusos ou constrangidos em sustentar a dúvida em um nível mais radical. Esta precaução me parece desnecessária, pois desde Sexto Empírico se pode verificar que a visão do cético como um crítico contumaz e pueril não corresponde à realidade:

Aqueles que dizem que os céticos rejeitam o que é aparente, me parecem não estar inteirados com o que dissemos. [...] Nós não invalidamos as impressões que nos levam, involuntariamente, a aceitar o que é aparente; e estas impressões são exatamente o que é aparente. Quando investigamos se os objetos existentes são como aparentam, nós os aceitamos como aparentam, e o que investigamos não é como aparentam, e sim o que é dito a partir de como aparentam – e isto é diferente de investigar a aparência em si (Sexto Empírico, 2000, p. 8, tradução nossa).²¹

Ou seja, não é exatamente necessário marcar diferença para com o ceticismo antigo quando se pretende manter a dúvida em níveis razoáveis. Sexto afirma também que os céticos não vivem com a cabeça nas nuvens, como se o mundo ao redor não existisse:

Vivemos de acordo com as normas cotidianas, de modo não-dogmático, pois não há como permanecer na inatividade completa. Observamos quatro normas cotidianas: orientação pela natureza; imposição dos sentidos; observação das leis e dos costumes; aprendizado de técnicas. Pela direção da natureza, somos naturalmente capazes de sentir e pensar; pela imposição dos sentidos, a fome nos leva à comida e a sede à bebida; pela observação das leis e dos costumes, aceitamos, pela ótica do cotidiano, que a piedade é boa e a impiedade ruim; com o aprendizado de técnicas, nos tornamos atuantes naquelas que adotamos. Mas tudo isto de modo não-dogmático (Sexto Empírico, 2000, p. 9).²²

²¹ O texto em língua estrangeira é: “Those who say that the Sceptics reject what is apparent have not, I think, listened to what we say. [...] [W]e do not overturn anything which leads us, without our willing it, to assent in accordance with a passive appearance – and these things are precisely what is apparent. When we investigate whether existing things are such as they appear, we grant that they appear, and what we investigate is not what is apparent but what is said about what is apparent – and this is different from investigating what is apparent itself.”

²² O texto em língua estrangeira é: “[W]e live in accordance with everyday observances, without holding opinions – for we are not able to be utterly inactive. These everyday observances seem to be fourfold, and to Consist in guidance by nature,

Bertrand Russell observa que “existem assuntos sobre os quais há concordância entre os pesquisadores”. Certamente eles são em maior número hoje do que nas épocas de Sexto ou Pirro. Mas as transcrições acima revelam que o pirronismo não deve ser confundido com uma dúvida irrestrita e irresponsável. Quando fala em técnica, Sexto se refere de modo inequívoco à especialização e ao aprimoramento. E partindo do pressuposto da concordância, Russell justifica seu “ceticismo intermediário” com as seguintes proposições:

“(1) quando os especialistas estão de acordo, a opinião contrária não pode ser tida como certa; (2) quando não estão de acordo, nenhuma opinião pode ser considerada correta por um não-especialista; e (3) quando todos afirmam que não existem bases suficientes para uma opinião positiva, o homem comum faria melhor se suspendesse seu julgamento” (2008, p. 16).

Russell, que viveu por quase um século, entre 1872 e 1970, certamente seria um ingênuo completo se acreditasse na infalibilidade dos especialistas. Neste mesmo trecho, ele ressalva que

mesmo quando todos os especialistas concordam, também podem estar enganados. Há vinte anos, a visão de Einstein da magnitude da deflexão da luz pela gravitação teria sido rejeitada por todos os especialistas, e ainda assim se provou estar certa. Mas a opinião dos especialistas, quando unânime, deve ser aceita pelos leigos como tendo maior probabilidade de estar certa do que a opinião contrária.

Voltando às nuvens, nós leigos não sabemos se elas de fato são compostas por água, mas acreditamos que elas o são principalmente devido ao nosso professor de ciências do ensino fundamental, mas também em função de uma tradição reiterada por nossos pais, avós, amigos etc., que vivem a repetir o senso comum de que nuvens são feitas de água. Mas de fato houve um momento em que cada um de nós, indivíduos, cogitamos a possibilidade de nuvens serem feitas de algodão, talvez. E hoje sabemos que são de água (quando não são de poluição ou de cinzas vulcânicas). Concluímos então que algo obscuro se tornou claro, invalidando a proposta de Sexto Empírico de que nada pode ser ensinado. Talvez sim, mas talvez o ponto seja outro. Sexto não afirma que o obscuro não pode se tornar claro e vimos que Russell concorda que a clareza pode ficar obscurecida em alguns casos. O problema do ensino não me parece ser a variação da nitidez do objeto, mas a maneira como algo obscuro se torna claro a alguém. Tomar conhecimento de algo não significa aprendizado em andamento. No fundo de

necessitation by feelings, handing down of laws and customs, and teaching of kinds of expertise. By nature's guidance we are naturally capable of perceiving and teaching. By the necessitation of feelings, hunger conducts us to food and thirst to drink. By handing down of customs and laws, we accept, from an everyday point of view, that piety is good and impiety bad. By teaching of kinds of expertise we are not inactive in those which we accept. And we say all this without holding any opinions.”

toda a implicância de Sexto para com os professores e o ensino, parece estar o ar de infalibilidade que cerca os que se encontram em qualquer posição de superioridade, na maioria dos casos, com seu próprio beneplácito. Infalibilidade que bem agradava a Plácido, que pagava os elogios de seus discípulos com um sorriso que já se tornara um sestro, dada a repetição dos encômios daqueles. Se mesmo em questões naturais os especialistas podem estar equivocados, como bem lembrou Bertrand Russell, o que dizer de questões eternas? Questões que pedem as horas que Aires não se dispunha a dedicar, se as possuísse. Questões tratadas com a presunção dogmática de infalibilidade que tanto irritou Sexto Empírico.

* * *

Antes de passarmos para o próximo capítulo, voltemos a Aires e Campos (e ao amigo deputado, do final de *Esau e Jacó*). Campos e o deputado enxergam o mundo pela ótica da mediania, do senso comum. Mas nem sempre o senso comum é a posição melhor ou correta. Há algum tempo, pensávamos que ver televisão demais faria mal à vista, mas hoje sabemos que a tevê pode fazer muito mais mal a mente. Aires tem uma segunda opinião a oferecer a Campos e ao amigo deputado, mas como ninguém parece entender o que fala, já percebeu ser bem mais lucrativo dar conselhos medianos.

4 A OPINIÃO DO CONSELHEIRO

Natividade é que não teve distrações de espécie alguma. Toda ela estava nos filhos, e agora especialmente na carta e no discurso. Começou por não dar resposta às efusões políticas de Paulo; foi um dos conselhos do conselheiro. Quando o filho tornou pelas férias tinha esquecido a carta que escrevera.

O discurso é que ele não esqueceu, mas quem é que esquece os discursos que faz? Se são bons, a memória os grava em bronze; se ruins, deixam tal ou qual amargor que dura muito. O melhor dos remédios, no segundo caso, é supô-los excelentes, e, se a razão não aceita esta imaginação, consultar pessoas que a aceitem, e crer nelas. A opinião é um velho óleo incorruptível.

Esau e Jacó, XLIII

A opinião é um dos temas centrais na obra de Sexto Empírico. Machado de Assis também reconhece sua importância decisiva para as interações humanas. Basta lembrar Bentinho, transformado em Casmurro por conta da opinião de que teria sido traído pela amada. Gosto de opor opinião a juízo, palavra ainda mais cara ao filósofo cético. Mas é preciso ser cauteloso; os dicionários frequentemente confundem os termos, e o falante por vezes os utiliza de modo indistinto. Entretanto, os dicionários também demarcam seus limites; uma opinião está ligada ao modo de ver de determinada pessoa, o que importa dizer, ligado ao que lhe aparenta; enquanto um juízo, para merecer o nome, deveria ser precedido de um exame criterioso do objeto em questão.

Sexto Empírico reconhece a dificuldade e a imprudência de se emitir juízos que deveriam ser reconhecidos como opiniões, preferindo e recomendando sua suspensão. A suspensão do juízo é fundamental para que o cético mantenha seus objetivos: “a tranquilidade nas questões de opinião e a moderação dos sentimentos nas questões que nos são impostas” (2000, p. 10). Moderação e tranquilidade são soluções distintas aplicadas a problemas de diferentes naturezas. Mas o caráter epistemológico das questões de opinião também está presente nas questões de ordem prática das quais não podemos nos esquivar. Questões relativas ao alcance de uma verdade desconhecida (qualquer que seja) tendem a se tornar insolúveis pelo lançamento de hipóteses mais ou menos razoáveis a seu respeito. Tais hipóteses, postas em confronto, tendem a enfraquecer umas às outras em virtude das forças

contradições que daí surgirão. Diante do insolúvel, o cético suspende o juízo. Mas, diante de uma necessidade imperiosa, precisamos adotar uma das hipóteses e atuar em sua conformidade. O problema não está na adoção de uma hipótese (em geral, adotamos aquela que formulamos, ou que nos parece mais simpática, ou a que é seguida pela maioria), e sim no esquecimento de que sua escolha não a transforma em fundamento.

Em questões epistemológicas dissociadas da vida cotidiana, podemos aplicar este método sem maiores consequências. A impossibilidade de saber se o total de estrelas existentes no universo é par ou ímpar, por exemplo, não torna nossas vidas miseráveis (nem mesmo a de astrônomos e astrólogos). Sexto Empírico utiliza o exemplo sobre as estrelas em outro contexto, ilustrando a impossibilidade de se decidir sobre a veracidade de coisas não-evidentes, pois ninguém poderá afirmar ser o total de estrelas ao mesmo tempo par e ímpar (2000, p. 90). O exemplo nos serve para demonstrar a equipolência entre hipóteses prováveis, mas não comprováveis, e que a decisão por uma delas só pode ser feita de forma arbitrária.

Mas quanto aos astrônomos, imaginemos que um deles proponha uma teoria acerca do equilíbrio do universo, e nesta teoria desenvolva um modelo onde a existência das estrelas em pares torna a teoria mais plausível do que em um eventual total ímpar de estrelas. Ele tornará, assim, a mera curiosidade do observador celeste em objeto de teses, artigos e debates. Provavelmente inspirará astrônomos rivais a desenvolverem modelos onde a totalidade ímpar das estrelas será muito mais recomendada, devido à natureza tridimensional do universo ou a outros argumentos tão supostamente sólidos quanto este. Assim, para nosso astrônomo, a questão epistemológica, que antes era apenas divertimento cósmico, passará a ser fonte de inesgotáveis preocupações, pois seu modelo de equilíbrio universal dependerá de algo impossível de ser atestado. Aos poucos, para evitar ser consumido pela dúvida (e pelos ataques dos inimigos de profissão), se propenso ao dogma, passará a encarar a quantidade par das estrelas como algo auto-evidente, atribuindo às vozes dissonantes a dor-de-cotovelo de quem não consegue enxergar algo tão óbvio por não ter sido o autor da descoberta.

O episódio das estrelas, visto pela ótica de meros admiradores do cosmos ou encarado como questão de honra acadêmica, está inserido na teoria do conhecimento, portanto passível de “cura” através da suspensão do juízo. E quanto à moderação dos sentimentos em relação às coisas que nos são impostas? Quando aquela fome de um dia inteiro aperta e o estômago clama por saciedade, podemos mandar a epistemologia às favas e atacar o primeiro salgado suspeito e hipercalórico com o qual nos deparamos. A sensação de fome é imediatamente associada a algo ruim, enquanto que a saciedade nos parece algo certamente bom. Mas se pensássemos por um segundo que não há como atestar que a saciedade e a fome sejam

respectivamente boa e má por natureza, talvez esperássemos um pouco mais até encontrar alguma coisa mais saudável ou nutritiva. Se ficarmos sem comer, será inevitável sentir fome, mas até onde esta fome é a justificativa para o desastre gastronômico é outra questão.

Ceder a impulsos do gênero pode levar a problemas de saúde bastante palpáveis. Pode levar também ao arrependimento e à dor na consciência. Escolhas alimentares podem ser uma fonte inesgotável de sofrimentos presentes e futuros. O cético sente fome como qualquer dogmático e também está sujeito a uma escorregadela aqui e ali. Ele é alcançado pelo incômodo da fome e pelo bem estar que a saciedade pode dar, mas há uma diferença essencial entre dogmáticos e céticos. Estes “podem ser perturbados pelas coisas inevitáveis. Eles sentem frio, sede e coisas do tipo. Mas em situações como essas, as pessoas comuns se afligem duplamente: pelas sensações em si e não menos por crerem que tais situações são ruins por natureza. Os céticos, por rejeitarem tais crenças, passam por tais situações com menor desconforto” (Sexto Empírico, 2000, p. 11, tradução nossa).²³

Fome, frio e sede são questões prementes, perfeitamente inseridas entre aquelas que Sexto classificou como “impostas a nós”. Mas tais questões poderiam ser vistas também como questões de opinião, como os exemplos das estrelas? Se considerarmos que o menor desconforto, alcançado pelo cético, decorre de uma suspensão de juízo prévia ao evento desconfortável, poderíamos dizer que sim, que diante da fome, do frio e da sede, estamos diante de questões de opinião. Essa suspensão seria relativa à natureza das coisas. Assim, voltamos ao disputado e intrincado campo da epistemologia. Já vimos que o cético não rejeita o que lhe é aparente, rejeita a aceitação da aparência como realidade. Atribuir uma natureza absolutamente boa ou ruim a coisas como fome e saciedade é pôr vestes de sólido juízo em meras opiniões, mesmo que a opinião seja a da maioria esmagadora, mesmo que seja a opinião corrente, pública, que é, em suma, a média das opiniões colhidas de um grupo de indivíduos, retirados, por amostragem, de um grupo bem maior.

Estamos cercados de opiniões por todos os lados, mesmo quando se apresentam camufladas pelo senso comum. Seja como for, não importa a natureza da questão, vivemos não de aparências, mas pelas aparências. Nosso acesso às coisas que nos cercam e às que desafiam nosso raciocínio e nossa imaginação é precário e limitado, ainda que, nas questões inevitáveis, possa vir uniformizado por conta da força de nossas necessidades mais

²³ O texto em língua estrangeira é: “[The Sceptics] are disturbed by things which are forced upon them; for we agree that at times they shiver and are thirsty and have other feelings of this kind. But in these cases ordinary people are afflicted by two sets of circumstances: by the feelings themselves, and no less by believing that these circumstances are bad by nature. Sceptics, who shed the additional opinion that each of these things is bad in its nature, come off more moderately even in these cases.”

elementares. Todo o nosso conhecimento está alicerçado sobre o terreno nada confiável da opinião, individual ou “coletiva”. Mas isto não a impede de se transformar em “óleo incorruptível”. As opiniões podem frequentemente se transformar em juízos, e em certos casos, em questão de honra. Que o diga o jovem republicano e idealista Paulo. Se a opinião alheia pode transformar discurso ruim em discurso bom, o que esperar quando o orador está convicto de suas próprias qualidades retóricas?

É inegável a ironia com que o trecho em epígrafe é tratado pelo narrador de *Esauí e Jacó*, e por extensão, por Machado de Assis. A ironia machadiana é uma velha conhecida, mas dois fatos costumam restringir sua percepção. Em primeiro lugar, ela é sempre associada às “rabugens de pessimismo” de Brás Cubas, sem dúvida o narrador machadiano mais exuberante e lembrado. Segundo, ela costuma ser ignorada quando se encontra na crônica e na crítica literária do escritor. Talvez porque reconhecê-la e valorizá-la complicaria em muito o acesso ao homem Machado de Assis. Ou seja, o conhecimento que dele formamos, intimamente associado a uma postura austera e a uma psique um tanto conturbada, precisaria ser revisto se admitíssemos que sua ironia não está restrita à sua ficção, mas aparece também, e com força, em seus textos “sérios”, ou “que tratam da realidade”.

Um dos momentos onde a ironia machadiana se mostra mais refinada é justamente em um texto “que trata da realidade”. Entretanto, devido à densidade da passagem e a habilidade que tem com a palavra, Machado acaba por confundir o leitor, que sai brandindo, aliviado, a interpretação mais fácil e apropriada. Deste modo, a ironia acaba sendo posta em segundo plano ou identificada de forma incompleta. Ser pessimista ou cético na época de Machado era visto quase que como um crime, ou uma negação da própria nacionalidade. Silvio Romero afirmava, por ocasião do final do século 19, que “nós os brasileiros não somos em grau algum um povo de pessimistas. Em nossa alma nacional, em nossa *psychologia ethnica* não se encontram as tremendas tendências de desalento morbido e de resignação consciente diante da miséria, da mesquinhez, do nada incurável da existencia humana” (1936, p. 104). Como os dois conceitos (ceticismo e pessimismo) eram tidos com parentes em primeiro grau àquela época, não é exagero afirmar que as palavras de Romero caberiam também como alerta aos céticos. Junte-se à questão da índole nacional os avanços (o que é diferente de evolução) políticos, sociais e, sobretudo, científicos, que prometiam um futuro (não muito distante) de glórias para a humanidade, e o deslocamento de tais sentimentos em relação à realidade das coisas estava mais do que claro.

Curiosamente, Silvio Romero, em seu livro de 1897 (a edição utilizada é de 1936) dedicado à análise, sem “influencia da moda”, da obra e do homem Machado de Assis,

portanto anterior ao conselheiro Aires, não faz coro com a ideia generalizada de que Machado seria pessimista porque o deixava transparecer em personagens como Brás Cubas. Após tecer uma série de comentários restritivos a respeito da obra machadiana, tais como: “O tão apregoadado cultivo do *humour* no autor de *Yayá Garcia* não é natural e espontâneo: é antes um resultado de uma aposta que o escriptor pegou consigo mesmo: é um capricho, uma affectação, uma cousa feita segundo certas receitas e manipulações” (1936, p. 78), Romero contrapõe o pessimismo com frequência identificado na ficção machadiana à personalidade do homem Machado de Assis. Ele ressalta que a companhia de Machado era

sempre agradável. Seu espírito é velado, discreto, tranquillo; mas é doce e comunicativo. Tem saúde, não anda carregado de sombras; usa de *bons mots*, de trocadilhos, de *calemburs*; ri facilmente, posto que com certa reserva; sente-se que não se entrega de todo, não abre largamente todas as portas d’alma á curiosidade estranha (1936, p. 106).

Como o pessimismo de Machado não transborda para o trato social, Romero conclui, após confrontá-lo com os de diversos pessimistas, “haver duas especies de pessimismos: um profundo, irreductivel, que é tanto da cabeça como do coração (...); outro só de cabeça, sem grandes raíses, meramente especulativo e sem chegar às tremendas crises que envolvem o coração” (1936, p. 108). À primeira espécie estariam ligados Schopenhauer, Baudelaire, Leopardi, Flaubert e Byron. Machado de Assis, Voltaire e Tobias Barreto seriam pessimistas apenas de cabeça. Machado é um pessimista do tipo sofredor, que levou uma vida sofrida, cujo pessimismo é uma “especie de protesto para uma mais perfeita organização das cousas” (p. 109). Assim, a sugestão que Silvio Romero lhe dá é que deixe de lado esta história de criar personagens pessimistas, tanto como deva deixar de lado a aposta humorística. Que aposte na análise psicológica, pois “essa virtude sua de estilista psychologo é que lhe permite e permittirá fazer obras muito mais perfectas do que as que lhe inspiram os arrebiques do humour e o artificioso de seu pessimismo” (p. 127).

Sílvio Romero acaba por defender Machado da fama injusta de pessimista de forma inusitada. Mais inusitada ainda é a forma com que o próprio escritor, em crônica do mesmo ano de 1897 (28 de fevereiro), publicada na *Gazeta de Notícias*, rechaçaria de um só golpe as acusações de pessimismo e assumiria seu ceticismo. Entretanto, Machado o faz de modo tão sofisticado, com a ajuda de seu característico *humour* (que tanto irritou Sílvio Romero), que sua argumentação é muitas vezes utilizada como base para os que defendem que Machado não era cético de forma alguma:

Não achareis linha cética nestas minhas conversações dominicais. Se destes com alguma que se possa dizer pessimista, adverte que nada há mais oposto ao ceticismo. Achar que uma coisa é ruim, não é duvidar dela, mas afirmá-la. O verdadeiro cético não crê, como o Dr. Pangloss, que os narizes se fizeram para os óculos, nem, como eu, que os óculos é que se fizeram para os narizes; o cético verdadeiro descrê de uns e de outros. Que economia de vidros e de defluxos, se eu pudesse ter esta opinião! (ASSIS, 2011b).

É interessante notar que Machado se coloca como o oposto de Pangloss e não como o oposto de uma personagem histórica. Além disso, Pangloss não é uma figura fictícia qualquer, é o supra-sumo do otimismo, construído por Voltaire para expor o despropósito que seria a filosofia de Gottfried Leibniz. No *Cândido*, Pangloss é preceptor de Cândido e adepto convicto da filosofia de Leibniz. Filosofia que responde, candidamente, à questão da disseminação do mal pela humanidade. Para Leibniz, Deus, sendo bom, perfeito, onisciente e onipotente, criou este mundo dentre todos os mundos possíveis, o que faz deste o melhor de todos os mundos possíveis. Os homens, porém, sendo criaturas, são imperfeitos, estando sujeitos, pelo uso inapropriado do livre arbítrio, ao pecado (mal moral) e ao sofrimento (mal físico). Entretanto, todo o mal contribui para o bem geral da humanidade, e para despertar e aperfeiçoar no homem as suas melhores virtudes. Se há alguém passando privações, tal fato acontece para que outro alguém exerça a caridade (e o adultério, como diriam Brás Cubas, Virgília e D. Plácida); se há guerras, é para que possamos mostrar nossa coragem, e assim por diante. Pangloss leva às últimas consequências o pensamento de Leibniz e chega a acreditar que sua sífilis (doença originária das Américas, segundo uma corrente investigativa) seja um mal menor, diante da delícia do chocolate e os benefícios do carimim, corante obtido com o esmagamento da cochonilha (originários também da América).

Pangloss é um filósofo fictício, criado por Voltaire para expor a excentricidade que via na filosofia de Leibniz. Mas é curioso que o otimismo do filósofo alemão tenha passado a ser conhecido pela alcunha de planglossianismo. Colocando-se na posição oposta à de Pangloss, Machado estaria situado no pessimismo extremo, posição difícil de ser defendida mesmo por quem o considera pessimista de fato, (como bem demonstrou Silvio Romero). Não creio ser adequado tomar literal e inocentemente as palavras de Machado, transcritas acima. Pangloss também é citado na ficção machadiana, o que diminui ainda mais a possibilidade de nosso escritor ter recorrido a Voltaire por acaso. No *Quincas Borba*, ele é posto na boca do protagonista homônimo do romance, filósofo criador do humanitismo; por ocasião de sua morte, para refutar a situação vexatória que Voltaire lhe impunha. Em um dos jornais da Corte, assim estava publicado o falecimento de Quincas (Assis, 1975, p. 23):

Faleceu ontem o Senhor Joaquim Borba dos Santos, tendo suportado a moléstia com singular filosofia. Era homem de muito saber, e cansava-se em batalhar contra esse pessimismo amarelo e enfezado que ainda nos há de chegar aqui um dia: é a moléstia do século. A última palavra dele foi que a dor era uma ilusão, e que Pangloss não era tão tolo como o inculcou Voltaire... Já então delirava. Deixa muitos bens. O testamento está em Barbacena.

Quincas morrera louco. Poucas semanas antes da morte, enviara carta a seu amigo, cuidador e futuro herdeiro, Rubião, onde afirmava com todas as letras ser “Santo Agostinho. Sei que há de sorrir, porque você é um ignaro, Rubião; a nossa intimidade permitia-me dizer palavra mais crua, mas faço lhe esta concessão, que é a última. Ignaro!” (Assis, 1975, p 21). É de se notar que, à semelhança de Quincas, Machado faz referências a Santo Agostinho, e críticas ao século em que vive, na mesma crônica em que suspira pelo ceticismo. Reclamando cansaço, Machado pensa em se permitir um descanso, observando o exemplo deixado por Deus, já no início do Gênesis. Mas

antes de cochilar, podia fazer um exame de consciência e uma confissão pública, à maneira de Sarah Bernhardt ou de Santo Agostinho. Oh! perdoa-me, santo da minha devoção, perdoa esta união do teu nome com o da ilustre trágica; mas este século acabou por deitar todos os nomes no mesmo cesto, misturá-los, tirá-los sem ordem e cosê-los sem escolha. É um século fatigado. As Forças que despendeu, desde princípio, em aplaudir e odiar, foram enormes. Junta a isso as revoluções, as anexações, as dissoluções e as invenções de toda casta, políticas e filosóficas, artísticas e literárias, até as acrobáticas e farmacêuticas, e compreenderás que é um século esfalfado. Vive unicamente para não desmentir os almanaques. Todos os séculos têm cem anos; este não quer sair da velha regra, nem ser menos constante que o nosso robusto Barbacena, seu grande rival (ASSIS, 2011b).

Trata-se do Visconde de Barbacena, “jovem nonagenário” que, pelas impressões de saúde que passava, deveria arrumar “as malas para aquele outro continente” apenas lá pelos anos de 1940 ou 1950, conforme Machado aposta logo adiante na crônica. Mas a coincidência com a cidade de Quincas Borba não deixa de ser irônica, ou intencional. Por outro lado, a união de Santo Agostinho à atriz de teatro Sarah Bernhardt (cuja carreira começou a se encerrar a partir de uma queda sofrida em um palco no Rio de Janeiro em 1905!) é justificada pelo comportamento do próprio século, semelhante ao de uma voragem ensandecida. Um século cujo verniz progressista não pode esconder de Machado sua confusão interior. Século da aparência solene, mas de discursos e ideias que mais pareciam ter saído da receita dadaísta de se fazer poema. Perceber tal delírio não é estado dos mais confortáveis e se Machado se entregasse ao mais amargo dos pessimismos não poderíamos tê-lo condenado. Entretanto, não foi o que ocorreu, Machado valeu-se da ironia, do *humour* (e do ceticismo) para suportar o estilo de vida medalhão de seu tempo.

Ironia, ceticismo e *humour* estão presentes assim na crônica como na ficção machadianas. Nos dois últimos romances, Machado nos apresenta José da Costa Marcondes

Aires que, a julgar pela quantidade de nomes, sobrenomes, preposições e iniciais coincidentes com os do autor, Joaquim Maria Machado de Assis, deveria merecer considerações mais detidas por parte da crítica. Lúcia Miguel Pereira nos lembra que Machado se correspondia “com a viscondessa de Cavalcanti, D. Constança Alvim Correia, que o chamava ‘Meu caro Conselheiro’” (1988, p. 147). Nos romances onde figura o conselheiro Aires, Machado sensivelmente diminui o tom da narrativa, em relação à média dos romances anteriores. Entretanto, esta fala mais suave que encontramos no *Esau e Jacó* e no *Memorial de Aires* não enfraquece em nada estas obras. Nestes volumes, Machado continua levando sua arte literária a novos limites. No *Esau e Jacó*, apresenta uma narrativa em terceira pessoa que se confunde com a voz do protagonista, tornando impossível saber quem está de posse da palavra em cada momento e quantos são de fato os narradores, como sugere Gustavo Bernardo. No *Memorial de Aires*, disfarça uma perfeita peça de ficção em restritas entradas de um diário pessoal.

À desenvoltura com que lida com as possibilidades formais da narrativa, Machado contrapõe um despojamento quanto à argumentação. Seguindo sua investigação sobre o século esfalfado que o envolve, Machado já não precisa se valer de auxiliares como a condição de defunto de Brás Cubas, a loucura filosófica de Quincas Borba ou a exasperação absoluta de Bentinho. O escritor parece ir se livrando pouco a pouco dos vidros e defluxos que encontrara para deixar que sua ficção escapulisse melhor às poéticas apresentadas pelo século como indispensáveis à boa literatura. Com Aires, Machado, para brincarmos com as qualificações que ainda dispensam às suas supostas fases, parece estar enfim de posse não da maturidade, mas de sua maioridade criativa, emancipado definitivamente das filiações artísticas e filosóficas que então se apresentavam.

Em um dos episódios mais conhecidos do *Esau e Jacó*, o escritor mistura opinião, conselho, juízo, ceticismo, ironia, pessimismo e *humour*, em doses muito bem balanceadas, como um verdadeiro boticário da ficção. O episódio relata a perturbação em que se encontra o confeitiro Custódio por conta da reforma da tabuleta de sua “Confeitaria do Império”. Por uma dessas coincidências pilhéricas às quais nos submete o destino vez por outra, Custódio, que tivera de encomendar uma nova tabuleta, devido às condições precárias da antiga, se encontra em profundo estado de turbação. A reforma da tabuleta se dá nos dias que precedem a proclamação da República, e a conseqüente deposição do Império. Em meio ao espanto que a movimentação em certa manhã lhe causara, Custódio se esquece a princípio da tabuleta, que fora entregue ao pintor para a execução do serviço. Logo após, se lembra que a vira com a pintura pela metade no dia anterior. O pintor parara justamente no “d” da contração entre preposição e artigo.

Ao perceber a inexorabilidade dos fatos políticos, Custódio manda que se suspenda a pintura das letras na tabuleta. Que “Pare no D.”, dizia o bilhete que, no entanto, chega atrasado. Todo o “Confeitaria do Império” já está pintado e reluzente, pronto para ser suspenso junto com a tabuleta, é a notícia que traz de volta o portador do bilhete. Custódio, então, voa até o pintor, que se mostra muito mais preocupado em promover sua pontualidade na entrega do serviço do que em observar o desenrolar da História. Após breve discussão,

Custódio quis repudiar a obra, mas o pintor ameaçou de pôr o número da confeitaria e o nome do dono na tabuleta, e expô-la assim, para que os revolucionários lhe fossem quebrar as vidraças do Catete. Não teve remédio senão capitular. Que esperasse; ia pensar na substituição; em todo caso, pedia algum abate no preço. Alcançou a promessa do abate e voltou a casa. Em caminho, pensou no que perdia mudando de título, — uma casa tão conhecida, desde anos e anos! Diabos levassem a revolução! Que nome lhe poria agora? Nisso lembrou-lhe o vizinho Aires e correu a ouvi-lo (ASSIS, 2005, p. 148).

No capítulo seguinte, diante do abismo em que se encontra Custódio (motivado pelo terror, mas também pela avareza), Aires procura opções para a substituição do nome condenado. Alternativas se sucedem, e também as recusas do confeito. “Confeitaria da República” é arriscada porque no caso “de nova reviravolta, fico no ponto em que estou hoje, e perco outra vez o dinheiro”; “Confeitaria do Governo”, apesar de servir a qualquer regime, “nenhum governo deixa de ter oposição. As oposições, quando descerem à rua, podem implicar comigo, imaginar que as desafio, e quebrarem-me a tabuleta; entretanto, o que eu procuro é o respeito de todos”. Aires então apresenta duas sugestões a serem apostas abaixo de “Confeitaria do Império”: “Fundada em 1860” e “das Leis”. Ambas não parecem ruins, mas, como complementos, teriam que ser pintados em letras menores, e corriam o risco de não serem observados, o que poderia suscitar inimizades do mesmo modo. Aires não desiste e propõe “Confeitaria do Catete”, mas Custódio apresenta duas objeções: uma honrosa, pois como havia outra confeitaria na mesma rua, seria atribuir exclusividade à sua. A outra, nem tanto, pois a tabuleta poderia promover a ambas, sem que a despesa fosse dividida entre as duas.

Aires não admirou menos a sagacidade de um homem que em meio de tantas tribulações, contava os maus frutos de um equívoco. Disse-lhe então que o melhor seria pagar a despesa feita e não pôr nada, a não ser que preferisse o seu próprio nome: “*Confeitaria do Custódio*”. Muita gente certamente lhe não conhecia a casa por outra designação. Um nome, o próprio nome do dono, não tinha significação política ou figuração histórica, ódio nem amor, nada que chamasse a atenção dos dois regimes.

Quando nos lembramos vagamente deste episódio, após lê-lo já há algum tempo, parece-nos que, ao propor a “Confeitaria do Custódio”, Aires encerra a questão, com Custódio acatando a “grande inteligência” que Deus dera ao vizinho, para nos valermos de palavras do próprio confeito em relação ao ministro aposentado. Mas de fato não é isso o que se pode afirmar que acontecera. Machado de Assis deixa em suspenso a adoção ou não da tabuleta “do Custódio” por parte do penalizado vizinho de Aires, não apresentando desfecho para o caso em nenhum momento do romance. Afinal, qual seria o nome a figurar na nova tabuleta da *Confeitaria do Império*? Deixemos a pergunta muito bem sem resposta e passemos a outra questão.

O desfecho do capítulo LXIII apresenta outro ponto não muito observado pelos comentadores: um Aires um tanto condoído após a partida do confeito. Custódio agradece a atenção do conselheiro e retira-se.

Aires foi à janela para vê-lo atravessar a rua. Imaginou que ele levaria da casa do ministro aposentado um ilustre particular que faria esquecer por instantes a crise da tabuleta. Nem tudo são despesas na vida, e a glória das relações podia amaciar as agruras deste mundo. Não acertou desta vez. Custódio atravessou a rua, sem parar nem olhar para trás, e enfiou pela confeitaria dentro com todo o seu desespero (ASSIS, 2005, p. 153).

Custódio busca refúgio no lar e na sabedoria do vizinho. Ele precisa de uma luz e ela obviamente deve vir de quem “é sempre tão bom comigo, fala-me com tanta amizade” (ASSIS, 2005, p. 120). Custódio quer a orientação de Aires, sugestões para que possa sair do dilema em que se encontra; quer sua opinião. Aires nutre simpatia por Custódio. Nesta ocasião abre mão do sossego do charuto pós-refeição para atendê-lo. Mas simpatia e amizade não parecem ser suficientes para que Custódio aceite uma das diversas opções apresentadas por Aires, ao menos no momento em que as recebe. O descontentamento de Aires não me parece vir daí. Mais do que com a recusa do vizinho em acatar uma das alternativas apresentadas, Aires se mostra aborrecido por não conseguir retirá-lo de sua aflição, por alguns momentos que fossem. Como no episódio com Flora, Aires infelizmente não pode tanto como a menina inocentemente acreditara.

Creio que podemos colher alguns ensinamentos com o evento da tabuleta do Custódio. Em primeiro lugar, nos deparamos com uma questão que é ao mesmo tempo de opinião e impositiva. O confeito parte em direção ao ministro a procura de alívio. Quer um conselho; o conselheiro lhe oferece alternativas para o “do Império”. Ao identificar que a questão aflige Custódio mais profundamente do que a princípio percebera, Aires deixa de lado a apresentação de alternativas sucessivas e parte para a definição possível do assunto:

“Confeitaria do Custódio” é simples, autêntico e funcional. Aires suspende o juízo, mas não ignora a necessidade imposta a Custódio, propondo-lhe a solução mais simples, como que aplicando a navalha de Ockham a uma questão de marketing comercial. Notemos que Aires, assim como no caso de Flora, busca uma solução verdadeira para um problema verdadeiro.

Em segundo lugar, o contraste entre confeitiro e conselheiro nos remete ao contraste apontado por Sexto Empírico entre o homem comum e o filósofo cético. Custódio está tão ligado à tabuleta velha e ao nome de sua confeitaria que a mudança não pode lhe parecer nada além de uma terrível realidade. Custódio nem mesmo pode se dar conta de que houve um tempo em que não havia nem confeitaria, nem tabuleta: apenas Custódio. Por outro lado, Aires, do alto de sua vasta experiência como diplomata, já aprendeu a enxergar as revoluções humanas sem o assombro que imprimem ao ser humano comum. No fim das contas, a diferença entre Império e República está mais nos atores que no drama (ou farsa) encenado.

A consternação do diplomata é localizada. Não se preocupa com a virada política, pois impérios e repúblicas vêm e vão. Não se preocupa com a inutilização do nome criado há menos de trinta anos, uma eternidade para Custódio. Preocupa-se com a tristeza pessoal do confeitiro, que entende ter a vida e a felicidade profissionais atropeladas pela carruagem da História. Por sinal, há pouco mais de um ano, Aires presenciara outro marcante incidente político, comportando-se de modo nada convencional diante da euforia popular:

Enfim, lei. Nunca fui, nem o cargo me consentia ser propagandista da abolição, mas confesso que senti grande prazer quando soube da votação final do Senado e da sanção da Regente. Estava na Rua do Ouvidor, onde a agitação era grande e a alegria geral. Um conhecido meu, homem de imprensa, achando-me ali, ofereceu-me lugar no seu carro, que estava na Rua Nova, e ia enfileirar no cortejo organizado para rodear o paço da cidade, e fazer ovação à Regente. Estive quase, quase a aceitar, tal era o meu atordoamento, mas os meus hábitos quietos, os costumes diplomáticos, a própria índole e a idade me retiveram melhor que as rédeas do cocheiro aos cavalos do carro, e recusei. Recusei com pena. Deixei-os ir, a ele e aos outros, que se juntaram e partiram da Rua Primeiro de Março. Disseram-me depois que os manifestantes erguiam-se nos carros, que iam abertos, e faziam grandes aclamações, em frente ao paço, onde estavam também todos os ministros. Se eu lá fosse, provavelmente faria o mesmo e ainda agora não me teria entendido... Não, não faria nada; meteria a cara entre os joelhos (ASSIS, 1988, p. 47).

A postura indiferente de Aires (e de Machado) com relação às “questões de sua época” tem causado ao escritor uma série de recriminações e acusações de desvio de caráter, de cooptação com as classes dominantes nas quais acabara por se inserir ao se tornar funcionário público e escritor reconhecido ainda quando jovem. Este ponto é também espinhoso para os admiradores do Bruxo, que buscam justificar o desinteresse machadiano pelas grandes causas a partir de sua doença, de sua origem humilde, diante da falta de aparentes justificativas menos nobres e convincentes para o distanciamento. Dentre os temas mais envolventes, a

escravidão é certamente aquele que mais rendeu censuras a Machado, por motivos óbvios. Apenas para ficarmos em um exemplo, vejamos o que escreveu Octávio Brandão, farmacêutico de formação e revolucionário por vocação, sobre o escritor, para quem o acontecimento da Abolição revelaria de modo incontestado “sua indiferença política, sua apatia social, submissão e capitulação” (1957, p. 91):

No meio das lutas épicas da época, Machado de Assis, como o Camargo de seu medíocre romance *Helena*, conservou-se “indiferente e neutral”. O conselheiro Aires, verdadeiro reflexo do autor, sentiu “grande prazer” com a Abolição. Nada mais. No melhor dos casos, Aires e o próprio escritor, em lugar da ação social intensa, não foram além da contemplação “pura”, estéril, impotente (1957, p. 92).

Para Brandão, o motivo para esta (e tantas outras) abstinência pública de Machado era simplesmente o medo de perder o conforto pessoal e profissional que conquistara. “Machado de Assis foi amigo de abolicionistas, mas não se tornou partidário do Abolicionismo. Não lutou realmente pela Abolição. [...] Limitou-se a frases frouxas e atitudes obscuras. Não queria perder o emprêgo na burocracia. Não queria desagradar à classe dominante” (1957, p. 92). As reclamações de Brandão podem até possuir seu fundamento, mas a motivação que encontra no absentismo de Machado trai o teor maniqueísta de seu raciocínio. Acreditar que atuar em frente abolicionista implicaria “desagradar à classe dominante” é, no mínimo, desconhecer os caminhos de nossa Abolição, o que certamente não é o caso de Brandão.

Lúcia Miguel Pereira encontra motivação bem diversa para o distanciamento de Machado frente aos acontecimentos públicos. Ela acredita que o menino e jovem Machado, sedento de conhecimento e realizações, já adulto e “fatigado das perguntas sem respostas, desgostoso do raciocínio impecável” (1988, p. 248), vai se contentando aos poucos em desfrutar a existência. Machado passa a valorizar a vida cotidiana, esquecendo-se (ou ao menos dando menos importância às) das grandes questões da Humanidade. “O particular venceu o universal, o tempo venceu a eternidade. Sendo impossível desvendar todos os mistérios, o melhor seria fazer como se não existissem, e disreterear mansamente com Aires sobre a bela Natividade, os gêmeos, a moça Flora e o baile da Ilha Fiscal” (1988, p. 249). “Que importa o Homem? Queria saber dos homens, de cada homem em particular, das peripécias de sua vida. A tabuleta do Custódio é mais importante que a proclamação da República” (1988, p. 248). Machado, Aires (e pirrônicos em geral) compreendem que nem todas as respostas são necessárias. Talvez nenhuma seja. Sabem também que “não há alegria pública que valha uma boa alegria particular” (ASSIS, 1988, p. 48). E como bem nos mostrou

o episódio do Custódio, não há grande alegria pública que possa remover um desesperador incômodo pessoal.

5 A VISÃO DO CONSELHEIRO

"Quando um não quer, dois não brigam" tal é o velho provérbio que ouvi em rapaz, a melhor idade para ouvir provérbios. Na idade madura eles devem já fazer parte da bagagem da vida, frutos da experiência antiga e comum. Eu cria neste; mas não foi ele que me deu a resolução de não brigar nunca. Foi por achá-lo em mim que lhe dei crédito. Ainda que não existisse, era a mesma coisa. Quanto ao modo de não querer, não respondo, não sei. Ninguém me constrangia. Todos os temperamentos iam comigo; poucas divergências tive, e perdi só uma ou duas amizades, tão pacificamente aliás, que os amigos perdidos não deixaram de me tirar o chapéu. Um deles pediu-me perdão no testamento.

Esaú e Jacó, CXI

Todos nós conhecemos um conjunto virtualmente infinito de provérbios populares. Mas nem todos nós temos o costume de pensar a respeito deles. Provérbios são ouvidos e repetidos com tanta espontaneidade, que acreditamos que o conhecemos desde o nascimento. Da mesma forma que os recebemos, os passamos adiante, como pílulas irretocáveis de sabedoria popular. Como bem nos mostra a passagem em epígrafe, eles possuem, quando não a força de dar forma a um pensamento, a capacidade de atestar o pensamento que já existe em nós. Conseguem falar a cada um em particular e ainda assim falar a todos. Um ditado tem o poder de ser inquestionável, apenas com o aval de sua própria tradição. Que o diga o conselheiro Aires, utilizando-se de um provérbio para ilustrar um de seus traços mais conhecidos: a completa falta de disposição para o embate.

Mas já vimos que Aires é capaz de ir perfeitamente contra o senso comum. Assim, mesmo avesso ao debate e ao confronto, nosso conselheiro pode discordar frontalmente da opinião geral, e de seus ditados. Aires não briga, não desperta a animosidade alheia, não entra em polêmica; mas se não concorda com algo, sinaliza a discordância; e se não é acatado ou compreendido, contenta-se em escrever o que lhe parece ser o correto. Basta que não lhe faça sentido. Chegamos a verificar dois ambientes diversos para a expressão de Aires: a interação social, onde predomina a fala polida e ajustada; e a solidão da escrita, onde se destaca uma voz bem mais despreocupada e aguda. Já verificamos neste trabalho diversos momentos onde Aires confirma sim, seu “tédio à controvérsia”, mas já compreendemos a peculiaridade de suas lições. Vimos também que Aires se posiciona de modo diverso, se a preocupação alheia é

baseada em futilidades ou em problemas reais. Com tamanha capacidade de adequação às situações que se apresentam, não será de se estranhar se, diante de um provérbio que lhe parece incorreto, Aires pense em retificá-lo.

O ditado “a ocasião faz o ladrão” é um de nossos velhos conhecidos. Tão velho que à época de Aires já era utilizado da forma automática, como devem ser os ditados consagrados. Mas Aires não concorda com o seu uso. Não concorda com o provérbio, afinal: “Não é a ocasião que faz o ladrão; o provérbio está errado. A forma exata deve ser esta: ‘A ocasião faz o furto; o ladrão nasce feito’” (ASSIS, 2005, p. 175). Aires reescreve e refina o provérbio, e o narrador (que não é Aires, mas bem poderia sê-lo) toma essa reescritura e seu refinamento em seu auxílio, em virtude de um capítulo lido, pelo narrador, confidencialmente a um amigo. Diante dos fatos narrados em tal capítulo, o amigo do narrador arrematara as suas impressões com o ditado “a ocasião faz o ladrão”. Lembremos, pois, os fatos ocorridos.

Naquele Rio de Janeiro do Segundo Reinado, Natividade, mãe zelosa do futuro dos gêmeos Pedro e Paulo, visita, às escondidas, a cabocla Bárbara, notória adivinha do Morro do Castelo. Natividade vai acompanhada da irmã Perpétua, um pouco menos crédula e zelosa, da cabocla e dos sobrinhos, respectivamente. O resultado da consulta, entretanto, não poderia ser melhor. Bárbara revela à ansiosa mãe que o futuro reserva aos gêmeos “coisas futuras!”. “Coisas bonitas, coisas futuras”. Instada a dar mais detalhes, Bárbara acrescenta apenas que “Serão grandes, oh! grandes! Deus há de dar-lhes muitos benefícios. Eles hão de subir, subir... [...] Seus filhos serão gloriosos. É só o que lhe digo. Quanto à qualidade da glória, coisas futuras!” (ASSIS, 2005, p. 24).

Afinal, que importa a qualidade da glória? Importa que Natividade ouvira o que gostaria de ouvir. E o mistério, tirado das sombras e posto na penumbra, parece deliciá-la ainda mais. Coisas futuras, grandes e bonitas abarcam toda e qualquer possibilidade. Importa também, e principalmente para o bem da cabocla, que a boa predição abre a boa mão da consulente, levando-a a pagar cinquenta mil-réis pela consulta, o quántuplo do preço estabelecido. A predição da cabocla favorece também a esta reflexão, pois, já próxima ao coupé que as aguardava, deixado ao longe para impedir que o laçao soubesse o destino das senhoras, Natividade, andando nas nuvens, encontra mais um alvo a destinar sua efusividade em forma de generosidade: um irmão das almas. “Natividade estava tão fora de si que, ao ouvir-lhe pedir: ‘Para a missa das almas!’, tirou da bolsa uma nota de dois mil-réis, nova em folha, e deitou-a à bacia” (ASSIS, 2005, p. 25). Os atos de liberalidade da irmã chamam a atenção de Perpétua, que chega a pensar que Natividade se enganara de oferta. E a repreende

pelo pagamento exagerado à cabocla: “bastavam vinte”. Natividade não se enganara, nem parece arrependida: “Não faz mal. Coisas futuras!”

Deixemos para o futuro as “coisas futuras” reservadas aos gêmeos. Voltemos nossas atenções para o irmão das almas e verifiquemos quais se tornariam as *suas* coisas futuras. Ainda sob o impacto da esmola extravagante, o irmão das almas, “sem rodeios, supôs que as duas senhoras vinham de alguma aventura amorosa, e deduziu isto de três fatos”, que o narrador, cuidadoso, se sente na obrigação de enfileirá-los, para que o homem não seja visto como um mero caluniador: a alegria das senhoras, o valor da esmola e o carro que as esperava a um canto, “como se elas quisessem esconder do cocheiro o ponto dos namorados” (ASSIS, 2005, p. 26). Namoradeiras ou não, importava que a nota, tão límpida que parecia de vinte, não era falsa nem fruto de sua imaginação, apesar de destoar dos vinténs sujos e tristes que frequentavam a bacia das almas.

O irmão resolve acabar com o desafino monetário em um ermo corredor de sobrado, onde fora pedir uma esmola a mais, já incomodado pela nota sedutora a encará-lo na bacia. “De repente, ouviu abrir a cancela em cima, e uns passos rápidos. Ele, mais rápido, amarrotou a nota e meteu-a na algibeira das calças”. Já na igreja, após entregar o fruto do trabalho de pedinte ao sacristão, ouviu “uma voz débil como de almas remotas que lhe perguntavam se os dois mil-réis...”. “Os dois mil-réis, dizia outra voz menos débil, eram naturalmente dele, que, em primeiro lugar, também tinha alma, e, em segundo lugar, não recebera nunca tão grande esmola”. Duas razões suficientes para o irmão se decidir de vez por ficar com a pepita improvável, garimpada no mesquinho varejo da caridade. Decide-se pela alma viva e sua, de existência mais facilmente comprovável e necessidades mais imperiosas, encorajado pelo ato desmedido da exultante senhora. Afinal de contas “quem quer dar tanto vai à igreja ou compra uma vela, não põe assim uma nota na bacia das esmolos pequenas”. Pequena esmola é o que ele dará, por conta de sua própria exultação, ao mendigo que se encontra à porta da sacristia.

Aquela nota posta às almas levaria longe o irmão. Lá no capítulo LXXIV ele reaparece, agora com nome; melhor, com sobrenome. Nóbrega, que “outrora não se chamava nada”, deixara as almas à própria sorte alguns meses depois da esmola que direcionou à sua própria. Deixara também a cidade, retornando com “alguns pares de contos de reis que a fortuna dobrou, redobrou e tresdobrou”. A “famosa quadra do ‘encilhamento’” completou o serviço. “Esta foi a grande opa, a grande bacia, a grande esmola, o grande purgatório. Quem já sabia do andador das almas? A antiga roda perdera-se na obscuridade e na morte. Ele era outro; as feições não eram as mesmas, senão as que o tempo lhe veio compondo e melhorando” (ASSIS, 2005, p.171).

Em certo momento, a vontade de rever o antigo bairro, de ressentir a antiga ocupação, de se reencontrar com o penoso passado, obriga Nóbrega a se esquecer do receio de ser reconhecido pelos conhecidos de outrora. Suas visitas se repetem, não há quem reconhecer. As jovens de então podem ser as velhas de agora. As crianças de outrora podem estar amamentando outras crianças neste momento.

Só as casas, que eram as mesmas, pareciam reconhecê-lo, e algumas quase que lhe falavam. Não é poesia. O ex-andador sentia necessidade de ser conhecido das pedras, ouvir-se admirar delas, contar-lhes a vida, obrigá-las a comparar o modesto de outrora com o garrido de hoje, e escutar-lhes as palavras mudas: 'Vejam, manas, é ele mesmo'. Passava por elas, fitava-as, interrogava-as, quase ria, quase as tocava para sacudi-las com força: 'Falem, diabos, falem!' (ASSIS, 2005, p. 172).

As expedições de Nóbrega ao passado o levam inclusive a reencontrar o corredor onde se operara a apropriação.

Sorriu do acaso, reviu por um instante aquela manhã, viu no ar a nota de dois mil-réis. Outras lhe teriam vindo às mãos por maneiras assim fáceis, mas nunca lhe esqueceu aquela graciosa folha gravada com tantos símbolos, números, datas e promessas, entregue por uma senhora desconhecida, sabe Deus se a própria Santa Rita de Cássia. Era a sua particular devoção. Sem dúvida, trocou a nota e gastou-a, mas as partes dispersas não foram senão levar a outras notas um convite para a algibeira do dono, e todas acudiram a mancheias, obedientes e caladas, para que não as ouvissem crescer (ASSIS, 2005, p. 174).

O resto é história.

Sabendo do que acontecera ao irmão e à sua alma após a apropriação da esmola, vejamos com mais calma as considerações do narrador, de seu amigo correspondente e a reformulação do ditado, proposta pelo conselheiro. O narrador participa ao correspondente a volta por cima de Nóbrega, tudo a partir dos dois mil-réis ofertados por Natividade, multiplicados com o auxílio da febre das ações que então acometia a sociedade fluminense. O amigo conclui que "a causa de tudo foi a cabocla do Castelo. Sem as suas predições grandiosas, a esmola de Natividade seria mínima ou nenhuma, e o gesto do corredor não se daria por falta de nota. 'A ocasião faz o ladrão'" (ASSIS, 2005, p. 175). E já que o roubo levou o ladrão a vãos tão altos, menos reprovável parece sua ação. Não encontramos reprovação direta por parte do narrador ou de seu amigo.

O narrador concorda com a conclusão do correspondente; mas não completamente:

Não conclui mal. Há ainda alguma injustiça ou esquecimento, porque as razões do gesto do corredor foram todas pias. Além disso, o provérbio pode estar errado. Uma das afirmações de Aires, que também gostava de estudar adágios, é que esse não estava certo. – Não é a ocasião que faz o ladrão, dizia ele a alguém; o provérbio está errado. A forma exata deve ser esta: "A ocasião faz o furto; o ladrão nasce feito" (ASSIS, 2005, p. 175).

O capítulo LXXV, quase transcrito na totalidade aí acima, é pequeno, porém valioso. Talvez seja desnecessário chamá-lo rico, sob pena de cairmos no lugar-comum. O que faz Machado de Assis além de capítulos ricos? Fiquemos com sua importância intrínseca. O correspondente do narrador pode bem representar, aqui, o senso comum e direto. Aquele que se põe à mesa, determinado, assertivo, como não deveria quando expomos nossas meras opiniões. Com lógica impecável, o amigo do narrador encontra a causa, que gera o efeito, que é também uma nova causa, que gera um outro efeito, como numa sequência de peças de dominó, em queda iniciada pelas mãos da cabocla; até que o último dominó, a riqueza, caia no colo de Nóbrega. Para dar fecho de ouro a um “claro” exemplo da lei da causa e do efeito, o correspondente se vale da sabedoria popular: “a ocasião faz o ladrão”.

Preservando as boas maneiras do conselheiro, o narrador não discorda frontalmente de seu correspondente: “Não conclui mal”, diz ele; mas lhe destina alguns piparotes de ironia, que atingem e enfraquecem sua argumentação. Repitamos: “Há todavia alguma injustiça ou esquecimento porque as razões do gesto do corredor foram todas pias. Além disso, o provérbio pode estar errado”. O amigo não parece questionar a atitude de Nóbrega, mas mesmo assim o narrador se sente na obrigação de lembrar que as razões para o roubo foram todas pias! E se o provérbio está errado, sem valia está a conclusão de seu correspondente. Ou seja, há uma discordância frontal por parte do narrador, disfarçada com um inicial “não conclui mal”, que serve para desarmar o amigo e apresentá-lo a uma visão fora do comum, fora dos padrões a que se prestam as conclusões proverbiais.

Se há “esquecimento ou injustiça”, pior para a conclusão do correspondente, que se torna ainda mais inapropriada. Há, na verdade, um escarnecimento, direcionado não apenas ao ato do irmão das almas, mas também à forma como concluíra seu enriquecimento. Vejamos como Machado de Assis retrata o encilhamento em crônica de 18 de dezembro de 1892. Ao perceber uma multidão em balbúrdia entre as ruas da Alfândega e do Sabão, Machado indaga a si mesmo se se tratava de briga, de procissão, de algum macaco artista, de vendedor de drogas, de seita religiosa ou de um *meeting*, onde ainda se esperava pelo orador. Um “digno ancião” é quem lhe esclarece o que está acontecendo:

- Que orador? que *meeting*? Ouça calado. O senhor parece ter o mau costume de vir apanhar as palavras dentro da boca dos outros. Sossegue e escute.
- Sou todo ouvidos.
- Este é o célebre encilhamento.
- Ah!
- Vê? Há mais tempo teria tido o gosto dessa admiração, se me ouvisse calado. Este é o encilhamento.
- Não sabia que era assim.
- Assim como?

— Na rua. Cuidei que era uma vasta sala ou um terreno fechado, particular ou público, não este pedaço de rua estreita e aborrecida. E olhe que nem há meio de passar; eu quis romper, pedi licença... Entretanto, creio que temos a liberdade de circulação.

— Não.

— Como não?

— Leia a Constituição, meu senhor, leia a Constituição. O art. 72 é o que compendia os direitos dos nacionais e estrangeiros; são trinta e um parágrafos; nenhum deles assegura o direito de circulação... O direito de reunião, porém é positivo. Está no § 8º: “A todos é lícito reunirem-se livremente e sem armas, não podendo intervir a polícia, senão para manter a ordem pública”. Estes homens que aqui estão trazem armas?

— Não as vejo.

— Estão desarmados, não perturbam a ordem pública, exercem um direito, e, enquanto não infringirem as duas cláusulas constitucionais, só a violência os poderá tirar daqui (ASSIS, 2011a).

O encilhamento era mais ou menos como uma bolsa de valores da atualidade, só que sem regulamentação que pudesse se impor e acontecendo em qualquer lugar, inclusive a céu aberto. Uma oportunidade única de se fazer dinheiro, proporcionada pela política econômica amadora do marechal Deodoro da Fonseca. Uma das explicações para o termo deriva do ditado popular que diz: “cavalo encilhado não passa duas vezes”. A cilha é justamente a cinta usada para prender a sela ao cavalo e deixá-lo pronto para o páreo. A política econômica de nosso primeiro presidente “buscava contornar o problema da falta de dinheiro para pagar os trabalhadores assalariados – cujo número havia aumentado sensivelmente com o fim da escravidão e a imigração de mão-de-obra livre – e viabilizar o processo de industrialização nacional” (ANGELO, 2011). Entretanto, a falta de critérios na emissão de moeda e nas concessões de créditos, além da falta de controle sobre empresas e pessoas que buscavam se aproveitar do processo apenas para fazer dinheiro o mais rápido possível, levou o país a uma crise especulativa cujos efeitos se estenderiam por toda a década de 1890. Muitas empresas-fantasma, e outras já fechadas, continuavam a emitir ações que eram negociadas livremente. A condução da política era feita por pessoas sem nenhuma experiência financeira e a população abraçou o processo na esperança de enriquecer da noite para o dia.

Nóbrega conseguira. Por conta da cabocla, por conta do encilhamento, por conta de sua disposição para o sucesso, por conta, sobretudo, da esmola, que se transformara em apropriação indébita num corredor deserto, e fora sua mola-mestra. Nóbrega, que pela ousadia talvez mereça o eufemismo de empreendedor, ao invés de ser tachado simplesmente de ladrão, está agora tão exultante com sua volta por cima ao passado de pobreza, que suas razões pias, aventadas pelo narrador, se materializam em uma nova esmola. Nóbrega está a ponto de sair do corredor, onde enfiara instintivamente a nota na algibeira, muitos anos atrás. À época, cogitara ter recebido a esmola em virtude de amores deleitosos e às escondidas de sua doadora. Agora, já estava convencido de que se tratara de uma benção, provavelmente

entregue pela própria Santa Rita de Cássia. “Um dia, ousando mais, chamou-lhe presente de Nosso Senhor” (ASSIS, 2005, p. 174).

Após saborear seu reencontro com o passado, “Nóbrega saiu enfim do corredor, mas foi obrigado a deter-se, porque uma mulher lhe estendia a mão”. A mulher pede para sua alma e não para outras. Nóbrega, reflexo automático, “meteu a mão no bolso do colete e pegou um níquel”. Mas quando ia entregá-lo à mulher, vislumbrou a ocasião. “Disse à velha que esperasse, e entrou mais fundo no corredor”. Ao abrigo dos olhos da pedinte, procurou uma nota de dois mil-réis no maço que o guarnecia, “não nova, antes velha, tão velha como a mendiga que a recebeu espantada, mas tu sabes que o dinheiro não perde com a velhice”. A esmola inusitada causa previsível espanto, que prolonga o enlevo do ex-pedinte e renova a proteção espiritual de que passara a usufruir desde o encontro com Natividade: “desceu a rua, com as bênçãos da mulher atrás de si” (ASSIS, 2005, p. 175-6). Sentado à cadeira de um engraxate italiano cogitava se a nota não seria a mesma que o arrancara às almas e à obscuridade.

Talvez seja necessário fazer uma correção: o lado piedoso de Nóbrega já se tornara nosso conhecido naquele mesmo dia, quando recebera a nota de Natividade e, após sair da sacristia, dera uma moedinha de cobre a um pobre mendigo. Este pequeno pedaço de piedade, entretanto, seria de grande serventia ao próprio Nóbrega. Com ele, o então irmão das almas se convenceria de vez de que os dois mil-réis foram dados a ele, em vista da desproporção entre a nota e os vinténs que normalmente se ofereciam às almas e aos mendigos regulares. Assim, tudo estava justificado, inclusive o ato instintivo de colocar a nota na algibeira, dentro do corredor. E se o ato fora instintivo, bem diria o Conselheiro: “A ocasião faz o furto; o ladrão nasce feito”.

Nascemos feitos. Aires modifica um ditado cristalizado com uma naturalidade desconcertante para alguém conhecido por seu tédio à controvérsia. Mas podemos admitir que Nóbrega seja o exemplo perfeito do ladrão nascido pronto? Como um maestro que busca sempre o melhor andamento para cada peça executada por sua orquestra, Aires concertara o provérbio, mas não em função do irmão das almas. O narrador se valera da alteração já proposta pelo conselheiro justamente para discordar de seu correspondente. O narrador não menciona a ocasião em que Aires chegou à conclusão de que o ditado estava errado. Pobre Nóbrega; talvez estejamos focados demais no roubo e no ladrão. Um provérbio carrega em si não apenas seu sentido literal. Sua força está justamente em poder, contando com pouquíssimas (e imutáveis) palavras, ser empregado em infindáveis situações.

Podemos tomar o encilhamento, e o provérbio de onde o nome fora retirado, para exemplificarmos esta dinâmica inerente aos ditos populares. “Cavalo encilhado não passa duas vezes” pode ser empregado a respeito de qualquer oportunidade aparentemente única que se apresente. Do mesmo modo, Nóbrega, em pouquíssimos momentos de sua vida, fora tornado ladrão, ou negociante, ou piedoso, pela ótica do ditado consagrado. Como propõe Aires, o roubo, o negócio e a piedade revelam um ladrão, um negociante e um piedoso nascidos todos prontos. Prontos para aparecer, conforme as circunstâncias. Curiosamente, os dois ditados fazem menção a situações muito similares: aproveitar as oportunidades que se apresentam.

Vendo desta maneira, a alteração proposta pelo conselheiro parece fazer todo o sentido. Aires está se valendo de uma metonímia: tomando o homem por uma de suas qualidades, a de ser ladrão, exemplo de todas as possíveis. Nascemos, senão para o que quer que seja, com potencial para as mais variadas ousadias. Nascemos com a possibilidade do roubo, do negócio e da caridade. Basta que a ocasião se apresente. É preciso que queiramos também, de fato. Nascemos capacitados, mas nem sempre abocanhar a oportunidade é a decisão correta a se tomar. Nóbrega roubara. Por mais que a nota o seduzisse dentro da bacia repleta de ninharias, Nóbrega buscara em seu rol de qualidades aquela própria para as apropriações; e efetuara o roubo. Provavelmente não dariam uso melhor e mais rentável à nota, se ela chegasse às mãos do sacristão, mas a atitude do irmão das almas lançará para sempre uma sombra de desonestidade sobre o futuro (e atual) negociante.

Abocanhar a oportunidade pode não ser a atitude correta a se tomar. Também pode não ser a mais fácil. No próximo capítulo, veremos como o próprio Aires, não aproveitando uma oportunidade, será perseguido pelo acontecimento por toda a vida. Dizer que o diplomata deixou passar o cavalo encilhado talvez seja simplificar demais o ocorrido. Como o bom cético que aprendeu a ser com o transcorrer da vida, Aires talvez tenha simplesmente preferido não montar o cavalo. Mas esperemos o próximo capítulo, que por sinal já está próximo.

Aires não se importa com o senso comum. Com a correção do ditado, ele expressa como vê o homem: ao mesmo tempo múltiplo e precário. Múltiplo, pela capacidade de interpretar os mais diversos papéis. Precário, porque nasce apenas com o instinto e uma noção desses papéis. Se quiser executá-los com desenvoltura, terá que se aprimorar. Mas aí, já não lhe caberá o ditado (nem o popular, nem o de Aires). Mas acima de tudo, o homem nasce livre para ser responsável por suas decisões.

6 CAPÍTULO DO AMOR (OU DOS AMORES)

— *Tudo é possível debaixo do sol e da lua. A nossa felicidade, barão, é que morreremos antes.*

— *Não fale em morte, conselheiro.*

— *A morte é uma hipótese, redargüiu Aires, talvez uma lenda. Ninguém morre de uma boa digestão, e os seus charutos são deliciosos.*

— *Estes são novos. Parecem-lhe bons?*

— *Deliciosos.*

Santos estimou ouvir este louvor; achava-lhe uma intenção direta à sua pessoa, aos seus méritos, ao seu nome, à posição que tinha na sociedade, à casa, à chácara, ao Banco, aos coletes. É talvez muito; seria um modo enfático de explicar a força da ligação dele aos charutos. Valiam pela tabuleta e pelo tinteiro, com a diferença que estes significavam só afeição e veneração, e aqueles, valendo pelo sabor e pelo preço, tinham a superioridade do milagre, pela reprodução de todos os dias.

Tais eram as suspeitas que vagavam no cérebro de Aires, enquanto ele olhava mansamente para o anfitrião. Aires não podia negar a si mesmo a aversão que este lhe inspirava. Não lhe queria mal, decerto; podia até querer-lhe bem, se houvesse um muro entre ambos. Era a pessoa, eram as sensações, os dizeres, os gestos, o riso, a alma toda que lhe fazia mal.

Esau e Jacó, L

6.1 De Natividade...

A sucessão de alternativas proposta pelo diplomata para a “Confeitaria do Império”, no quinto capítulo, e a sucessão de hipóteses por ele apresentada como possíveis motivos para a briga intrauterina entre Pedro e Paulo, no quarto capítulo, são semelhantes. Após a despedida de um acabrunhado Custódio, Aires demonstra pesar; e ao sair da presença de Santos e de Plácido, o conselheiro se sente aliviado, indiferente à inquietação de discípulo e mestre. Esta diferença entre as atitudes de Aires frente à preocupação do confeito e à da dupla de investigadores notáveis tem um motivo. Aires, diferentemente da ideia de distanciamento que quer nos passar, ideia comprada por grande parte de seus leitores e

investigadores, não se comporta de modo indiferente em relação a toda e qualquer situação. Problemas reais o mobilizam, problemas imaginados lhe rendem o gracejo das opiniões que não opinam, dos conselhos sem recomendações.

Junto à irrelevância do problema da briga dos gêmeos, há outro motivo para que Aires queira manter distância de Santos: Aires não possui nenhuma admiração pelo banqueiro; ao contrário, tem-no na mais baixa conta. Para Aires, o futuro barão não era apenas um “homem simpático”, que “quieto, não ficava mal” (ASSIS, 2005, p. 43), como o narrador a ele se refere com sarcasmo. Vimos na epígrafe até onde a simples presença do banqueiro incomodava a Aires. Esmiuçar os motivos da aversão do conselheiro em relação ao marido de Natividade certamente é um ponto interessante. Acredito que há dois motivos para o aborrecimento que este homem lhe causa. Deve haver outros mais. Mas creio que aqueles que identifiquei já estão em número suficiente. Mais interessante é saber por que o conselheiro tolera sua companhia.

Vejamos primeiro esta frase do memorial, mas que se encontra no *Esau e Jacó* (ASSIS, 2005, p. 82): “Na mulher, o sexo corrige a banalidade; no homem, agrava”. Esta frase é uma das pistas que nos levam ao primeiro motivo da aversão do conselheiro. Como a frase é dita logo após comentário de Santos que beira o ridículo, em meio ao esforço do conselheiro em esclarecer a natureza inexplicável de Flora, não nos resta dúvida a quem a acusação de banalidade está endereçada. Santos, que quieto não ficava mal, e que quieto não permanecia, talvez fosse bem pior de ser suportado do que os insípidos que inspiraram a epígrafe do próprio romance, “*Dico, che quando l’anima mal nata...*”.

Há, porém, um ponto falho nesta atitude de Aires em relação a Santos. Se o barão desagrada tanto o conselheiro, por que este simplesmente não se afasta de sua convivência? Opções sociais não lhe deveriam faltar. No *Memorial de Aires*, que se limita aos anos de 1888 e 1889, vimos o envolvimento de Aires com a família Aguiar, de forma tão intensa quando a sua participação nas rodas promovidas pelos Santos. Se levarmos em conta que os cadernos do conselheiro eram sete e que os seis primeiros compunham o seu memorial, devemos imaginar por quantos lugares andou o diplomata, no Brasil e no exterior. Por que, então, passou grande parte da vida convivendo com o esposo de Natividade?

Como mencionei logo acima, esmiuçar os motivos da aversão de Aires em relação ao marido de Natividade certamente é um ponto interessante. E não qualifiquei o banqueiro por sua condição de marido de Natividade por acaso. Acredito que este seja o segundo motivo da antipatia de Aires em relação a Santos; e também o razão pela qual o conselheiro, ainda assim, continua em sua proximidade. Estamos diante de um caso de paixão não resolvida. Ou

de interesse mal resolvido, já que Aires insiste em nos passar uma imagem de solteirão convicto e vocacionado. Mas, insista ou não o conselheiro, voltemos ao sempre útil capítulo XII do *Esau e Jacó*:

Tempo houve em que também ele (Aires) gostou de Natividade. Não foi propriamente paixão; não era homem disso. Gostou dela, como de outras jóias e raridades, mas tão depressa viu que não era aceito, trocou de conversação. Não era frouxidão ou frieza. Gostava assaz de mulheres e ainda mais se eram bonitas. A questão para ele é que nem as queria à força, nem curava de as persuadir. Não era general para escala à vista, nem para assédios demorados; contentava-se de simples passeios militares, — longos ou breves, conforme o tempo fosse claro ou turvo. Em suma, extremamente cordato (ASSIS, 2005, p. 48).

Aires pode ser ajuizado ao extremo, cordato; mas e acerca de sua insistência em permanecer próximo à Natividade, quando tem oportunidade, o que dizer? Poderia ser indicação de que continua sentindo pela “mais bela mulher daquele tempo” algo além de um afeto fraternal? Aires trocara de conversação, ao ver que não era aceito, e não de sentimentos. Mas vejamos o que este fantástico capítulo tem ainda a nos dizer:

Coincidência interessante: foi por esse tempo que Santos pensou em casá-lo com a cunhada, recentemente viúva. Esta parece que queria. Natividade opôs-se, nunca se soube por quê. Não eram ciúmes; invejas não creio que fossem. O simples desejo de o não ver entrar na família pela porta lateral é apenas uma figura, que vale qualquer das primeiras hipóteses negadas. O desgosto de cedê-lo a outra, ou tê-los felizes ao pé de si, não podia ser, posto que o coração seja o abismo dos abismos. Suponhamos que era com o fim de o punir por havê-la amado (ASSIS, 2005, p. 48).

Este parágrafo nos revela que o tempo que “houve” era o tempo em que Natividade e Santos já estavam casados. Perpétua ficara viúva durante a Guerra do Paraguai (onde seu marido morrerá), portanto entre 1865 e 1870. Santos e Natividade já estavam casados desde 1859. Machado de Assis não entra em detalhes quanto às possíveis conversações entre Aires e Natividade, mas aquele “viu que não era aceito” sugere que Aires não se limitou ao platonismo. “Entrar pela família pela porta lateral” também demonstra que Natividade seria uma possível “porta da frente”, já utilizada àquela ocasião. Aires teria chegado tarde demais. Sua afeição encontraria eco na esposa do rival, mas não o suficiente para que esta chutasse a segurança e o comprometimento de um santo sacramento. Por outro lado, Aires cordato demais, bom moço demais. Nada feito. Fosse Aires um típico herói realista, talvez Pedro e Paulo nunca houvessem nascido, Santos seria levado à bancarrota financeira e pessoal, e Natividade estaria com a vida destruída após alguns anos (ou meses) de paixão eterna. Mas, como diz um perverso ditado americano: “bons rapazes terminam em último” (“nice guys finish last”).

Que Aires se importaria com o ditado ou não (acredito que não), não importa. À sua época, ele nem existia, foi cunhado a partir do desabafo maldoso de um técnico de beisebol a respeito de uma equipe adversária, em 1939. O que devemos ter em mente é que Aires não gosta de Santos, mas ainda assim, comporta-se como um satélite ao redor de Natividade, e reserva a ela adjetivos que não dirige a nenhuma outra mulher. Ou a quase nenhuma outra... Isto garante que Aires fora um bom rapaz que chegou atrasado, um ser hipócrita, um homem inseguro, um cético pirrônico, um invejoso ou um ajuizado? Não me arrisco a cravar “positivo” (e nem “negativo”) em nenhuma das hipóteses acima. Arrisco-me a afirmar que Aires é um ser humano, imperfeito, com virtudes e defeitos como cada um de nós. Talvez haja virtudes e virtudes, defeitos e defeitos, mas este é um assunto para o próximo capítulo.

Eunice Piazza Gai, como já vimos, desenvolve um extenso estudo sobre o ceticismo em Machado de Assis. À professora gaúcha não fugiu a condição contraditória do endinheirado Santos, capitalista cuja alma “corresponde inversamente ao papel social e econômico que sua pessoa exterior representa. É medíocre, pequena, empedernida, escrava das convenções, perfeitamente limitada pelas aspirações e valores do mundo a que pertence” (GAI, 1997, p. 197). Verificando que “Aires, apesar de ser um espírito conciliador, não esconde a aversão que essa figura (Santos) lhe inspira” (p. 198), Eunice acrescenta à insipidez do banqueiro, um motivo pessoal que também moveria o conselheiro: “ele teria razões de ordem íntima para justificar tal sentimento, o casamento do outro com Natividade” (p. 198). Eunice não desenvolve a questão da atração de Aires pela esposa do banqueiro, mas faz questão de frisar o antagonismo entre os dois cavalheiros, um representando a visão cética do mundo e outro o mundo capitalista.

Esta oposição se torna fundamental quando lembramos que Santos não tem o mínimo tino para lidar com os destemperos dos filhos rivais, enquanto Aires, apesar de não ter sido pai, reúne todas as características necessárias para um aio ideal, ao menos na visão de Natividade. O próprio Santos, junto com a esposa, recorre ao conselheiro vez ou outra, pedindo-lhe que auxilie na criação dos gêmeos. Cilene Margarete Pereira, em estudo sobre a dimensão social (e seus mascaramentos) na ficção de Machado de Assis, e no *Memorial*, sobretudo, lembra que as características de um bom diplomata seriam características de um bom preceptor. Nas palavras de Natividade (e na concordância do conselheiro):

- um homem moderado, um homem de sociedade, hábil, fino, cauteloso, inteligente, instruído...
- Eu, em suma?
- Adivinhou.
- Não adivinhei; é o meu retrato em pessoa (ASSIS, 2005, p.96).

Cilene reconhece os méritos do diplomata voltando-os, entretanto, apenas para o plano social, que é o foco de seu estudo:

as características acima são a imagem clara e reforçada do homem de sociedade: cauteloso com o quê e para quem fala; moderado para não exaltar os ânimos e destemperar o ameno clima de convivência harmoniosa; habilidoso para saber-se comportar mediante a necessidade; fino, inteligente e instruído para perceber tudo (descobrir) e nada dizer (encobrir) (2007, p. 81).

A ensaísta não compartilha da visão cética, conhecida de Eunice Piazza, e seu estudo é voltado para as relações da alta sociedade, cujos artificialismos são denunciados por Machado de Assis, através de crítica que se estende à figura do próprio conselheiro, cuja “função social é, antes de tudo, decorativa e inventiva” (PEREIRA, 2007, p. 82). O *Esau e Jacó* é lido frequentemente como uma alegoria da sociedade brasileira da segunda metade do século 19. Esta leitura não é imprópria, apesar do cuidado que requer. A situação dos gêmeos Pedro e Paulo, um monarquista e outro republicano, seria apenas a alegoria mais à vista, de todas as apresentadas por Machado. Mas a supervalorização da alegoria pode redundar em afirmações perigosas como: “No seu penúltimo romance, Machado de Assis (...) apresenta uma alegoria das disputas políticas brasileiras do seu tempo por meio da história de dois gêmeos irreconciliáveis” (s/d, p. 255). Esta afirmação, de responsabilidade de Frederico Barbosa e Mônica Tarantino, encontra-se no posfácio de uma edição popular do *Esau e Jacó*. Estivesse no meio do texto, já mereceria alguns parágrafos esclarecedores. Como é a única ideia apresentada no subtítulo do posfácio, se mostra ainda mais perigosa para o leitor desavisado. E também para a ficção que, como tal, não se deixa encerrar em uma única via interpretativa.

Voltemos, pois à Natividade. Não à dona de casa esposa de marido rico, mas à pessoa. Antes de pertencer a uma classe social ou exercer uma profissão, personagens são pessoas fictícias. Lembremo-nos de que as características que Natividade destacou no diplomata são características indispensáveis ao trato social, mas sua intenção era torná-lo uma espécie de preceptor, atividade que combina os lugares de professor e também de pai, funções para as quais Santos demonstrara não ter o mínimo de aptidão. Natividade sabe da deficiência do marido. Santos não dá valor a esta deficiência. E Aires não pode recusar o pedido de Natividade. Mas Santos chegara primeiro.

Gilberto Pinheiro Passos afirma com todas as letras que o pedido de Natividade confere ao conselheiro, “ainda que por momentos, tangencial e vicariamente o papel de marido” (2008, p. 73). Para chegar a esta conclusão, Gilberto se baseia nas divagações do diplomata, provocadas pelo pedido de Natividade e pela lembrança de uma amante sevilhana,

antagônica de Natividade, a começar pelo nome. Enquanto esta nos remete diretamente à Nossa Senhora da Natividade, Cármen, cujos encontros com o conselheiro se dera em Caracas, é uma atriz, volúvel e despreocupada, descendente direta de *Carmen*, de Prosper Mérimée, “cuja personagem-título se tornou símbolo de certo amoralismo zombeteiro” (PASSOS, 2008, p. 69). Diante da infundável divergência entre os gêmeos, Aires formula uma hipótese, “espécie de andorinha que avoaça entre árvores” (ASSIS, 2005, p. 102), que misturará a um só tempo a amante, a possibilidade da paternidade e a “‘antiga’ e não correspondida paixão por Natividade” (PASSOS, 2008, p. 72):

Tal foi a hipótese vaga e colorida, a saber, que se os gêmeos tivessem nascido dele talvez não divergissem tanto nem nada, graças ao equilíbrio do seu espírito. A alma do velho entrou a ramalhar não sei que desejos retrospectivos, e a rever essa hipótese, outra Caracas, outra Cármen, ele pai, estes meninos seus, toda a andorinha que se dispersava num farfalhar calado de gestos (ASSIS, 2005, p. 102).

Como já ficou demonstrado parágrafos acima, creio que Aires não tenha desistido de Natividade. Nem se esquecera da desenvolta Cármen. Nem mesma da pobre Capponi, como vimos no capítulo três. E há ainda mais um amor a ser destacado. Mas para continuarmos a dar voz ao coração do conselheiro, voltemos ainda outra vez à questão da interação social.

6.2 Um Parêntesis Imprescindível

Inspirando a simpatia de Aires, ou não, casos de Custódio e Santos respectivamente, o conselheiro parece bastante capacitado para a interação social. E parece gostar dela. Entretanto, quando regressou ao Rio de Janeiro “para aqui viver o resto dos seus dias”, Aires planejara exilar-se dos homens, manter contato apenas com a irmã, o criado e com as pessoas inevitáveis. “A princípio, Aires cumpriu a solidão, separou-se da sociedade, meteu-se em casa, não aparecia a ninguém ou a raros e de longe em longe. Em verdade estava cansado de homens e de mulheres, de festas e de vigílias” (ASSIS, 2005, p. 85). Mas, como tudo na vida, “a solidão também cansa”. E este é o título do capítulo XXXIII do *Esau e Jacó*:

Aires entrou a sentir uma ponta de aborrecimento; bocejava, cochilava, tinha sede de gente viva, estranha, qualquer que fosse, alegre ou triste. Metia-se por bairros excêntricos, trepava aos morros, ia às igrejas velhas, às ruas novas, à Copacabana e à Tijuca. [...] Tudo isso escrevia, às noites, para se fortalecer no propósito da vida solitária. Mas não há propósito contra a necessidade (ASSIS, 2005, p. 86).

Assim foi que Aires passa de programado ermitão ao retorno ao convívio social em pouco tempo.

Compreendo Aires como um ser social, apesar de solteirão e viúvo. Esta espécie de contradição em seu comportamento pode nos dar algumas pistas de sua condição de ser humano e de cético. O professor José Raimundo Maia Neto, autor da análise mais abrangente sobre a relação entre a obra machadiana e o ceticismo filosófico, demonstra a importância do amor e da vida social no interior da ficção de Machado de Assis como um todo. Maia Neto acredita que Machado reelabora alguns tipos durante toda a sua obra, e um desses tipos acabará por desembocar no conselheiro Aires. O filósofo aborda a ficção machadiana de modo panorâmico, identificando períodos que se sucedem, sempre em direção ao ceticismo do conselheiro avesso às controvérsias. Tendo culminado no diplomata, a trajetória da ficção machadiana seria marcada pelo contato que Machado mantivera, ainda bem jovem, com o ensaio “De l’amour des femmes per les sots”, de Victor Henaux. Este ensaio teria impressionado o escritor carioca profundamente. Machado deu o título “Queda que as mulheres têm para os tolos” para a tradução que dele fez, e utilizou sua estrutura “na caracterização dos seus personagens da primeira fase” (MAIA NETO, 2007, p. 37).

A objeção à divisão da obra machadiana em duas fases, uma romântica e outra realista, já foi aqui apresentada. De fato, quando José Raimundo fala em fases, ele pretende indicar que são fases “primeiro de uma gestação, depois de uma evolução, de uma dimensão reflexiva cética” (2007, p. 22). Ou seja, a divisão proposta por Maia Neto se baseia no aperfeiçoamento que percebe com o decorrer da obra machadiana e não em questões de filiação estética. Com isto esclarecido, vejamos: a primeira fase, de gestação, teria sido motivada pela observação dos elementos contidos no ensaio de Henaux. O ensaio identifica a existência de três tipos humanos básicos que compõem o jogo social: a “mulher”, o “tolo” e o “homem de espírito”. Enquanto “o homem de espírito vê no amor um grande e sério negócio, ocupa-se dele como do mais grave interesse de sua vida”, “nos tolos tudo é superficial e exterior, não é o amor um acontecimento que lhes mude a vida” (ASSIS, 2011c). Deste modo, um possível triângulo amoroso invariavelmente termina com a vitória do tolo, homem intrépido, autoconfiante e inescrupuloso, em oposição ao vacilante e angustiado homem de espírito, sempre preocupado em agradar a amada e ter certeza de estar sendo amado. Essa oposição não nos lembra o ditado americano, citado logo acima? E se o bom rapaz termina em último, quem, senão o *bad boy*, o cafajeste, o mau-caráter (na falta de tradução melhor), chegaria à frente?

Para chegar ao seu objetivo, a conquista amorosa, o homem tolo é marcado por uma perspectiva “estratégica”, movimentando-se com desenvoltura pelos ambientes sociais e pelos

desvãos do coração feminino. Aos homens de espírito resta uma perspectiva “ingênua”, que os leva em muitos casos à destruição, por conta da decepção amorosa. Esta perspectiva ingênua acarretará a condição “problemática”; condição que começa a ser solucionada, na ficção machadiana, com as *Memórias póstumas de Brás Cubas* e diversos contos publicados em torno deste romance. À ingenuidade começa a se contrapor uma solução com duas facetas: uma “prática” e outra “reflexiva”. Na prática, o homem de espírito deixa de lado suas aspirações afetivas, adotando a condição de “observador”; na reflexiva, ele adota a perspectiva “cética” como antídoto ao desespero que antes poderia levá-lo à aniquilação. Vejamos brevemente como se desenrola o ceticismo na obra machadiana, segundo Maia Neto, desde seus primeiros contos até a figura do conselheiro Aires.

Em primeiro lugar, o professor segmenta a ficção de Machado de Assis em pequenos períodos, verificando no período subsequente o aperfeiçoamento do período anterior. Machado retornaria sempre ao mesmo tema, o triângulo amoroso indicado em “Queda que as mulheres têm para os tolos”, reelaborando-o constantemente. Inicialmente, o escritor carioca procura uma opção para a futilidade do homem tolo, que possa resgatar o homem de espírito. Acreditando que a vida social possui um conteúdo de volubilidade que facilita em muito a atuação do tolo, Machado apresenta o casamento como a alternativa às ilusões da vida social. Esta situação creditada ao matrimônio é definida por José Raimundo como “paz doméstica”, exemplificada de modo exemplar pelo conto “Fernando e Fernanda”.

Criados juntos, como irmãos, no interior, em uma fazenda com o sintomático nome de “Soledade”, tudo parece caminhar para um casamento feliz e duradouro entre os dois. Entretanto, em dado momento, a família precisa partir para a capital e Fernando, após encerrar seus estudos em medicina, avança até a Europa para se aprimorar no ofício e contrair núpcias com Fernanda na condição de “homem completo e apto a alcançar os mais honrosos cargos” (ASSIS, 2011d), como queria Madalena, mãe natural de Fernanda e adotiva de Fernando. A julgar pelos primeiros dias, a ausência de dois anos parece ser das mais dolorosas para Fernanda. Madalena, com a boa intenção de distrair o espírito da filha, resolve “levá-la às reuniões e introduzi-la entre as moças da mesma idade”. A ideia da mãe se mostra, entretanto, desastrosa: Fernanda começa a reagir bem à falta de Fernando. Bem demais, a ponto de arrumar namorado e, logo depois, um marido.

Soares era filho de “um rico capitalista, que era o seu primeiro mérito, sendo o segundo a mais bem merecida fama de néscio que ainda coroou uma criatura humana”. Fernanda, entretanto, se deixa seduzir pelo néscio, pela novidade. “Fernando amava com toda a sinceridade e singeleza do seu coração; Soares amava de modo diverso; sabia entremear

uma declaração com três perífrases e dois tropos, destes que já cheiram mal, por andarem em tantas bocas, mas que Fernanda ouvia com encanto porque era uma linguagem nova para ela”. Ao tomar conhecimento da situação, o abatimento de Fernando foi tamanho. Mas com o passar do tempo, o jovem médico começa a recobrar a vida, até que conhece Teresa, “moça de 22 anos, alta, pálida, de olhos e cabelos pretos”, “donzela desprezada no amor que votara a um homem”.

A força inabalável com que Fernando dedica sua indiferença à antiga noiva, junto com o novo amor encontrado pelo moço, fazem de Fernanda, e de seu casamento com Soares, a imagem da infelicidade. Fernanda busca desesperadamente recuperar o amor de Fernando, mas o narrador nos garante: “agora era um amor egoísta, calculado, talvez misturado de remorso, um amor com que ela pretendia, resgatando a culpa, quebrar de uma vez a justa indignação do seu primeiro amante”. Nada pode deter o casamento e a felicidade entre Fernando e Teresa, entretanto. E com o passar do tempo, Fernanda também voltaria à felicidade com Soares, revivendo os “dias saudosos de pieguice e puerilidade”.

Nesta fase que, pela divisão de Maia Neto, compreende os contos escritos por Machado entre 1862 e 1871, o refúgio pelo casamento é uma alternativa viável à corruptora vida social. Para tanto, Machado divide as mulheres entre volúveis, como é o caso de Fernanda, e mulheres de espírito, como Teresa, não faltando a homens como Fernando mulheres que os livrem das desilusões amorosas.

Em um segundo período, que compreende os contos e romances escritos entre 1872 e 1878, a quantidade de mulheres de espírito diminui drasticamente, e casamentos aparentemente bem resolvidos são destruídos ou invadidos pelo homem tolo, que se insinua nos domínios ora seguros da paz doméstica. Por outro lado, a vida social permanece como no período anterior, fonte de superficialidades e joguetes amorosos. Deste período é o conto “Ernesto de tal”, que apresenta Rosina, cujos olhos “não enganam ninguém... exceto os namorados. Os olhos dela são espertinhos e caçadores, e com um certo movimento que ela lhes dá, ficam ainda mais caçadores e espertinhos” (ASSIS, 2001e). Por outro lado, Ernesto, pretendente de Rosina, é incapaz de trair ou de desistir da moça, por maiores que sejam as suas desconfianças e as acusações que recaem sobre ela. Isto porque, como bem o define Rosina, Ernesto é “um palerma”, um homem de espírito, um bom rapaz.

Rosina se interessará por um outro rapaz, “de nariz comprido” que, ao contrário de Ernesto, cujo emprego inferior no Arsenal o levará a lugar nenhum, detém um bom lugar numa casa comercial. O jogo duplo de Rosina, que, acima de tudo, pretende se casar, e por isso não tinha o costume de desanimar seus pretendentes, é descoberto por Ernesto, e também

pelo rapaz de nariz comprido. Ambos acabam por aplicar descompostura simultânea na mocinha e tornam-se amigos. Mas Rosina não se entrega facilmente, procura Ernesto outra vez e o convence de que seu flerte com o outro rapaz fora motivado Por ele mesmo, que acredita em sua amada, com ela se casa, e se torna sócio do outro rapaz, o de nariz comprido. Nos negócios e também na alcova.

José Raimundo Maia Neto acredita que os contos dessa fase carregam um elemento de perturbação dentro das relações matrimoniais

que aponta para a necessidade da *ataraxia*. As oscilações de Ernesto são desenvolvidas na direção da situação cética e aprofundadas nas oscilações de Brás Cubas e ainda mais intensificadas nas de Bentinho. Em ambos os casos também se verifica o perfeito domínio das situações por, respectivamente, Virgília e Capitu. A condições de autores que ambos assumem no final de suas vidas – a adoção da perspectiva cética – é a solução para esta perturbação. Essa solução se fixa com o Conselheiro Aires que já é cético e autor desde o início (2007, p. 56).

Do mesmo período de “Ernesto de tal” é o conto “O machete”. Aqui, a oposição entre tolo e homem de espírito é reforçada pelos instrumentos escolhidos por ambos. Enquanto Inácio Ramos “nascera para o violoncelo”, Barbosa vivia seu machete,

todo ele acompanhava a gradação e variações das notas; inclinava-se sobre o instrumento, retesava o corpo, pendia a cabeça ora a um lado, ora a outro, alçava a perna, sorria, derretia os olhos ou fechava-os nos lugares que lhe pareciam patéticos. Ouvi-lo tocar era o menos; vê-lo era o mais. Quem somente o ouvisse não poderia compreendê-lo (ASSIS, 2011f).

Ocorre que Inácio era casado com Carlotinha, e com ela teria um filho. Ocorre também que Carlotinha abandona Inácio e foge com Barbosa. Nem mesmo o filho poderá detê-la. A Inácio resta a loucura e a ideia fixa de que o machete é um instrumento superior ao violoncelo.

Como já foi dito, Machado de Assis reelabora um de seus temas recorrentes, as relações amorosas, por toda a sua obra. Desde a leitura do desconcertante “De l’amour des femmes per les sots” até os concertos do conselheiro Aires, a relação conjugal parece estar envolta em incertezas e ameaçada por homens e mulheres nada confiáveis. Aos homens de espírito resta identificar mulheres de espírito ou, na ausência delas, caminhar em direção à tranquilidade pirrônica. Na economia machadiana, pela interpretação de Maia Neto, a *ataraxia* se confundirá com o celibato. Os contos e romances deste segundo período serão revistos e ampliados em romances como *Dom Casmurro* e *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

A princípio, talvez seja difícil entender Brás Cubas ou Bentinho/Dom Casmurro como homens de espírito. Mas entendê-los como tolos também não é a melhor opção. Brás Cubas-personagem é, na verdade, um aprendiz de tolo que cometeu o terrível erro de amar:

Na juventude, Brás Cubas ameaça trilhar a trajetória de personagens libertinos de vários contos de Machado. A mulher desvia-o desta condição estratégica, empurrando-o para a ingênua. Apaixonado, Brás Cubas acredita nas juras de amor de Marcela, dá-lhe presentes caros, estabelecendo uma relação em que é manipulado. (MAIA NETO, 2007, p. 106).

Brás Cubas só irá refletir sobre sua condição ingênua após a morte. Em vida, ocupa todo o tempo em busca de um sucesso que nunca encontrará. *Memórias póstumas* é publicado alguns anos após o período em que os contos de Machado de Assis deixam de apresentar o casamento como lugar da paz doméstica, e aparecem sob a mira de tolos e de mulheres que por estes têm queda. Os homens problemáticos que, nesta fase, encontram fins catastróficos (ou não são problemáticos porque vivem na ignorância), passam a refletir acerca de sua condição. A evolução é mostrada também em contos, caso de “Papéis velhos”, cujo apurado conteúdo cético serve perfeitamente como sugestão de leitura. Mas a análise do professor mineiro prioriza os romances deste período, primeiro porque nos romances há a possibilidade de discutir, em pormenores, o caminho dos homens de espírito, desde sua juventude e suas aspirações, até o momento em que se encontram na condição de narradores, já desenganados e distanciados da vida triunfante que perseguiram e não conseguiram alcançar. Em segundo lugar, o próprio desenrolar da ficção machadiana, e o aprofundamento dos personagens de espírito, implicaria na adoção, por Machado, da primeira pessoa na narrativa. “A presença da perspectiva cética requer a narração em primeira pessoa pelo personagem afastado do mundo (da mulher)” (MAIA NETO, 2007, p. 26). E, inversamente, o professor assume que “uma das principais teses deste (do seu) estudo é que o surgimento da narração em primeira pessoa torna possível a expressão da perspectiva cética” (p. 27). Isto porque, diferentemente dos narradores oniscientes da fase anterior, “os narradores restritos da segunda exibem perspectivas condicionadas e limitadas por suas posições nas tramas”.

A narrativa em terceira pessoa é o motivo pelo qual o *Esau e Jacó* não foi incluído no estudo de Maia Neto, apesar da maturidade de Aires (e do cético) já demonstrada neste romance. O mesmo ocorre com *Quincas Borba*. Entendo o critério adotado pelo professor, mas como já vimos no capítulo três, a perspectiva cética pode ser alcançada com a terceira pessoa. Por outro lado, se apostarmos que o narrador do *Esau e Jacó* é apenas um desdobramento da figura do próprio Aires, posição para a qual tendo a me inclinar, constatamos que a adoção da primeira pessoa facilita em muito a postura cética do

protagonista, ao menos em narrativas mais longas e complexas. A comparação com a terceira pessoa bem mais ortodoxa do *Quincas Borba* favorece a constatação. Como o critério adotado por Maia Neto foi estritamente formal, sua seleção é perfeitamente compreensível. Adotar, também, o *Esau e Jacó* certamente o levaria às mesmas conclusões a que chegou valendo-se apenas do *Memorial*.

Em *Dom Casmurro*, a dimensão cética, que só chegara a Brás Cubas quando defunto, aparece em vida. Podemos entender Bentinho como um Ernesto que começa a duvidar definitivamente da fidelidade da esposa, a partir de um filho que se parecesse com o rapaz de nariz comprido. Ambos são ingênuos, enquanto suas respectivas pretendentes “apresentam(m) um distanciamento de emoções que lhe(s) faculta(m) o controle e manipulação das situações” (MAIA NETO, 2007, p. 144). A diferença entre a confirmação do narrador onisciente de “Ernesto de tal”, de que Rosina de fato traía o namorado (e posteriormente o marido), em contraste com a dúvida do nada ciente Dom Casmurro, quanto à fidelidade de sua esposa, confirma o confronto entre os tipos de narradores, verificados por Maia Neto e mencionado no penúltimo parágrafo.

Neste novo momento, diferentemente da desgraça conhecida (caso de “O machete”) ou ignorada (caso de “Ernesto de tal”) pelos ingênuos, os homens de espírito evoluem e adotam uma perspectiva cética. Mas esta perspectiva está em conflito com a vida, pois exige um distanciamento do convívio conjugal e social. Com a chegada do conselheiro Aires, o homem de espírito passa a recobrar o convívio social, ainda que não tenha voltado ao matrimônio. Acaso Machado tivesse vivido uma década a mais, provavelmente encontraria uma forma de aprimorar ainda mais o triângulo sobre o qual passou a vida toda debruçado. Mas como isso é um mero devaneio, e afirmar que o Bruxo reconciliaria o homem de espírito com o casamento (sob as bênçãos do ceticismo) seria tendencioso, contentemo-nos com o conselheiro Aires, o que de modo algum é menos interessante.

O estudo de Maia Neto contribui de forma inestimável para a compreensão da ficção de Machado de Assis. E como esta ficção corre em direção ao conselheiro Aires, seu estudo esclarece em muito este último notável protagonista. O conselheiro é crucial na ficção de machadiana, porque com ele

Machado soluciona questões básicas que vimos acompanhando desde o início de sua prosa. Destacamos duas: a definição final do lugar para o *homem de espírito*, divorciado da personagem feminina e da *vida exterior*; e a veiculação do conhecimento possível em sequência à completa suspensão do juízo a que se chegou *Dom Casmurro* (MAIA NETO, 2007, p. 163).

Com essa segunda solução, Maia Neto nos lembra que o conselheiro (e Machado de Assis) apresenta uma boa resposta a um dos questionamentos mais recorrentes lançado sobre o homem cético: a questão da viabilidade de se viver o próprio ceticismo. Apesar de esta questão já ter sido elucidada ainda com Sexto Empírico, os críticos do pirronismo (antigos, modernos e contemporâneos) tendem a fazer troça da suspensão do juízo, como se ela fosse impossível de ser posta em prática, pois não seria diferente de uma imobilidade total. Maia Neto refuta esta interpretação superficial do ceticismo com a demonstração de que o diplomata aposentado, apesar de cético, interage socialmente, diferentemente de Brás Cubas e Dom Casmurro. Neste ponto, concordo com o professor, mas há, ainda, algumas questões que merecem observação mais detida.

Segundo Maia Neto, o conselheiro, apesar de interagir socialmente, assume uma posição de esteta, de observador. Uma atitude contemplativa, em que evita fontes de preocupações tais como “o casamento e a política” (2007, p. 165). Não sei se este procedimento acaba por depor contra ou a favor da possibilidade de uma vida cética. No momento em que se definem seus escritos, Aires já está aposentado, e a aposentadoria facilitaria em muito a atitude do esteta, pois implica em si mesma uma diminuição de atividades. Esta não é uma característica necessariamente de um aposentado cético, pode ser uma característica de um aposentado qualquer. Aires só se aposentara em 1887. Mas cerca de duas décadas antes, quando se viu interessado por Natividade pela primeira vez, ele já demonstra que não lhe interessa a atividade que se transformará em fonte de perturbações. Ele se contém e passa a desfrutar da companhia de Natividade apenas como amigo.

Por outro lado, em 1888, o conselheiro se vê às voltas com a viuvinha Fidélia. O sentimento é muito semelhante àquele em direção à Natividade, mas os movimentos do diplomata são diversos. Não creio que a diferença se dê por conta de uma transformação do conselheiro, mas por conta das circunstâncias. Fidélia é livre e desimpedida, o oposto de Natividade, mas há algumas ponderações a serem feitas pelo conselheiro. A meu ver, tais ponderações não são sinais de uma condição cética em vias de ser alcançada, pois a condição cética de Aires já se apresentara muito antes de se aposentar. Disse, há algumas páginas, que Aires reserva a Natividade alguns adjetivos que não dirige a (quase) nenhuma outra mulher. Com Fidélia, talvez estejamos diante de uma boa concorrente. Na atração, mas também na dificuldade.

6.3 ... À Fidélia

Sempre adotando a perspectiva evolutiva em direção ao ceticismo para a obra de Machado de Assis, desde “Queda” até o conselheiro (ou a perspectiva da reelaboração de caracteres), Maia Neto propõe a vida de Aires como um encadeamento de períodos das vidas de Brás Cubas, de Bento Santiago e da sua própria, sinônimo de um momento cético e contemplativo.

Primeiro, antes de se aposentar, leva a vida agitada como a de Brás Cubas personagem. [...] O segundo momento ocorre imediatamente após a aposentadoria. Neste período em que permanece retirado, recluso, numa atitude recordativa, compondo e relendo o seu Memorial, lembra Bento Santiago após a separação de Capitu. Podemos então dizer que o personagem observador se constitui na segunda fase da ficção machadiana (de Brás Cubas a Aires), percorrendo estes três momentos (MAIA NETO, 2007, p. 166).

Na última fase da vida de Aires (e da ficção machadiana), o diplomata adota uma atitude “estético-cognitiva”, fruindo da vida de forma distanciada, sem ser incomodado pelas perturbações inerentes ao envolvimento direto, e sendo capaz de refletir sobre o meio social em que se insere. “O personagem não retorna à *vida exterior*, nem como ingênuo, pois não há a identificação característica deste último, com valores, crenças e projetos, nem como *homem de espírito* fracassado e problemático, ou como personagem reconciliado na paz doméstica, com a atitude reflexiva, que esboçava, abortada” (2007, p. 167). No Memorial, “o objeto da cognição estética” (p. 169) será naturalmente uma mulher, símbolo do mundo social, será a jovem viúva Noronha, será Fidélia.

Como apontou Maia Neto, as mulheres sempre se apresentaram de modo problemático para o homem de espírito dentro da ficção machadiana. Ligadas ao mundo exterior, ao convívio social, inviabilizando a paz doméstica. Com Fidélia não ocorrerá algo muito diverso. Esta constatação do professor se respalda principalmente na aposta entre Aires e sua irmã Rita, sobre a manutenção da viuvez por parte da jovem viúva. Rita, também viúva (e fiel ao marido morto), confia plenamente na continuação da viúva Noronha, enquanto Aires assegura que, apesar da dor que a moça sentira com a morte do marido, “para casar basta estar viúva” (ASSIS, 1988, p. 20). Para Maia Neto, a aposta, vencida afinal por Aires, reforça a tese da vocação da mulher para a vida social. Como já vimos no capítulo quatro, Fidélia e o novo marido, Tristão, partem para uma vida agitada em Portugal, decorrência do envolvimento de Tristão com a política local.

Mas como o próprio Maia Neto percebe, no decorrer da obra machadiana os papéis apontados por “Queda”, e recriados nos contos e romances da primeira fase de sua ficção, fase de gestação da perspectiva cética, são significativamente complexificados na fase posterior. Assim, vemos que a escolha de Fidélia pelo casamento, e por Tristão, já não pode ser encarada como a confirmação de um modelo que foi sendo revisto por Machado em toda a sua ficção. Tristão não é exatamente um homem de espírito, mas certos traços de seu comportamento não permitem que se encaixe no extremo oposto. O novo casamento de Fidélia não significa necessariamente que tenha vocação para a futilidade, como é o caso de Fernanda, do conto “Fernando e Fernanda”. Devemos nos lembrar de que o primeiro casamento, apesar de lhe render a satisfação conjugal, rendeu-lhe também o corte de relações com o pai, inimigo político do então sogro. Diante de elementos que embaralham os papéis apresentados no triângulo de Henaux, e do enriquecimento paulatino das personagens machadianas, creio ser possível apresentar uma solução alternativa para a questão da escolha de Fidélia pelo novo casamento, e da atitude contemplativa de Aires em relação à viúva Noronha, sem diminuir a condição de cético do conselheiro e, ainda, reforçando a assertiva de que o cético pode viver seu ceticismo.

Começamos pelo novo casamento de Fidélia. No capítulo três, vimos que uma das situações que mais tirava a tranquilidade de Aires era a condição de Flora, incapacitada de se inclinar a um ou outro gêmeo. Para que a menina saia da situação, Aires, se pudesse, nomearia ele mesmo o pai da mocinha presidente de província; em uma bem afastada, de preferência. Esta atitude não é comum em Aires, despreocupado que se mostra com as questões dos que o circundam. Entretanto, já vimos também, no capítulo cinco, que Aires fica condoído com o desespero de Custódio. Aires não é assim tão despreocupado quando entende que a aflição alheia é legítima. Mas em relação à Custódio não lhe resta mais o que fazer, após enfileirar uma série de alternativas para o “Confeitaria do Império”. Quanto à Flora, há algo o que fazer, e ele faz. Aconselha Batista a aceitar a presidência, sem meias palavras. “Aceite, aceite”, repete e enfatiza. Ora, por que Aires procede deste modo? Porque assim “um decreto ajudará a natureza”. Ou seja, Aires conhece (e reconhece) que a natureza possui o seu curso. Quer ver tanto Flora, quanto Pedro e Paulo, seguindo sua vida; os três libertos de uma peça pregada pelo destino: a colocação de uma dupla atração diante de uma menina que não consegue se decidir.

Do mesmo modo, Aires aposta (e vence a aposta) com sua irmã, de que Fidélia se casará novamente. Aires chega a ficar preocupado com a afeição de D. Carmo por Fidélia,

“tão meticulosa e tão serviçal” (ASSIS, 1988, p. 89), que poderá selar de forma infeliz o destino da jovem viúva. Aires entende que

a carreira desta, apesar de viúva, é o casamento; está na idade de casar, e pode aparecer alguém que realmente a queira por esposa. [...] Ela, entregue a si mesma, poderia acabar de receber o noivo, e iriam ambos para o altar; mas entregue a D. Carmo, amigas uma da outra, não dará pelo pretendente, e lá se vai embora um destino. Em vez de mãe de família, ficará viúva solitária, porque a amiga velha há de morrer, e a amiga moça acabará de morrer um dia, depois de muitos dias... (1988, p. 89).

Aires está visivelmente sobressaltado com a constatação. Vislumbra o desperdício que será a viúva envelhecendo, sozinha. Aires já imaginava a viúva se casando novamente, mas os mimos exagerados de D. Carmo podem fazer com que Fidélia seja sobrepujada pela viúva Noronha, impedindo que Aires ganhe uma aposta calcada numa observação da natureza. Mais uma vez Aires se mostra impotente para corrigir o que julga o caminho usual das coisas, mas a roda da fortuna se incumbirá de recolocar a jovem de volta ao bom caminho. Maior que os mimos de D. Carmo por Fidélia são os mimos de D. Carmo por Fidélia e por Tristão em conjunto. E se D. Carmo, junto com Aguiar, pretendem manter a filha postiça perto de si, uma ideia maravilhosa seria que ela pudesse ficar juntamente com o filho postiço Tristão. Casados, de preferência. E por que não? Ambos são jovens, desimpedidos e “irmãos”. Assim, a proteção exagerada de D. Carmo, passa a se tornar uma torcida pelo casamento, o que exclui a possibilidade de perder a filha para um estranho. Como já vimos, com o casamento ocorrerá exatamente o inverso, a perda dos dois filhos a um só tempo. Mas aqui importa não o casamento em si, mas a torcida de Aires para que aconteça, através da constatação de que o casamento de Fidélia seria a retomada da ordem natural das coisas.

E por que não poderia o próprio Aires ser um fator determinante para a retomada desta ordem? Aires, sempre que se pega mais empolgado com a “graça apetitosa da mocidade de Fidélia”, não se esquece de assegurar, ao papel e ao leitor, que tem interesses na viúva, mas não em tomá-la por esposa. Já vimos um desses momentos no capítulo três. Situação semelhante acontece no próprio dia quatro de setembro, transcrito em parte logo acima. Em meio às lamentações pela possível viuvez eterna de Fidélia, Aires precisa reafirmar, para si, para o papel e para o leitor que, ao se referir a um pretendente, “não falo de mim, Deus meu, que apenas tive veleidades sexagenárias; digo alguém de verdade, pessoa que possa e deva amar como a dona merece.”

As veleidades sexagenárias de Aires são autocensuradas através de evocação e da reiteração de um verso de Shelley, “I can give not what men call love” (eu não posso dar o que os homens chamam amor). Percy B. Shelley foi um poeta romântico que (assim como

Aires procurou viver seu ceticismo) procurou viver seu romantismo. No *site* www.machadodeassis.net, de responsabilidade da pesquisadora Marta de Senna, ficamos sabendo que o poema é dirigido a uma mulher proibida, provavelmente Jane Williams, mulher do amigo Edward Williams. Daí seu título “To ---”. Fidélia parece uma mulher proibida ao diplomata, uma vez que Aires se vê recorrendo ao verso em seis ocasiões durante o romance.

A primeira vez em que Aires recorre ao verso é em 25 de janeiro de 1888, por ocasião de reunião em casa dos Aguiares, onde Fidélia se mostra tão “vistosa” e “saborosa” quanto nas ocasiões em que Aires a vira furtivamente. Aliás, o conselheiro, como que dando conselhos a si mesmo, se vale do verso em duas ocasiões na mesma noite, acrescentando que não pode e “é pena!”. Para José Raimundo Maia Neto, o verso de Shelley passa a ser adotado por Aires “como uma espécie de lema, pois lhe recorda sua condição distanciada” (2007, p. 172). Ainda segundo Maia Neto, o conflito que se dá no interior de Aires com a aparição de Fidélia, entre uma “atitude contemplativa” e uma “atividade impulsionada pelo desejo” (p. 173), se resolve em agosto, situação consignada em anotação do dia 17, quando Aires confia ao papel estar “reconciliado com as minhas cãs. Os olhos que pus na viúva Noronha foram de admiração pura, sem a mínima intenção de outra espécie, como nos primeiros dias deste ano. Verdade é que já então citava eu o verso de Shelley, mas uma coisa é citar versos, outra é crer neles” (ASSIS, 1988, p. 80).

A interpretação de Cilene Margarete Pereira para a frequência com que Aires recorre ao verso de Shelley é diversa. Utilizando-se de passagem de 24 de maio, ao meio-dia, de 1888, Cilene conclui que há “um interesse maior que o puramente documental ou analítico em relação à viúva” (2007, p. 95). Vamos ao 24 de maio, com Fidélia em casa do diplomata:

Conselheiro, disse ela entre graciosa e séria, que acha que faça? Que case ou fique viúva?
 — Nem uma coisa nem outra.
 — Não zombe, conselheiro.
 — Não zombo, minha senhora. Viúva não lhe convém, assim tão verde; casada, sim, mas com quem, a não ser comigo?
 — Tinha justamente pensado no senhor.
 Peguei-lhe nas mãos, e enfiamos os olhos um no outro, os meus a tal ponto que lhe rasgaram a testa, a nuca, o dorso do canapé, a parede e foram pousar no rosto do meu criado, única pessoa existente no quarto, onde eu estava na cama. Na rua apregoava a voz de quase todas as manhãs: “Vai... vassouras! vai espanadores!” (ASSIS, 1988, p. 53).

Os espanadores acabam com o sonho do conselheiro, mas seus desejos não irão embora assim tão facilmente. A passagem citada por Cilene é anterior a 17 de agosto, portanto antes de Aires ter chegado à conclusão de que deseja apenas observar a viúva. Mas antes de 17 de agosto (e antes de 24 de maio), em oito de abril, o conselheiro já confessara ao “amigo papel” que o que o atraía em Fidélia era certa “feição de espírito”. Mais do que saber se Aires

desiste ou não da viúva, antes ou depois de 17 de agosto, o conselheiro me parece confuso com a atração que a bela viúva lhe desperta. Talvez se sentisse diante de alguém que pudesse liberá-lo do eterno retorno à Natividade; e de outras reminiscências femininas, nas quais a consumação carnal é evocada como uma espécie de compensação pelo caminho da pura amizade para o qual se dirigiu sua relação com a mulher do banqueiro, caso de Cármen. Ao final do romance, Aires ainda recorrerá a Shelley em duas oportunidades, demonstrando que, mesmo que já tenha decidido pela via estética, a decisão não pudera amenizar a perturbação na qual a bela figura o pusera.

Continuando com sua reflexão, Cilene Pereira relembra os pontos de vista de dois críticos. Primeiro Barreto Filho, cuja visão lembra, não em termos conceituais, mas na interpretação da atitude do conselheiro, a fruição proposta por Maia Neto: “o conselheiro olha as coisas com uma perfeita isenção, que não é de modo algum indiferença, mas ausência de emoção. Retira delas para o seu uso o puro interesse de um humanista, mas conserva a alma igual” (BARRETO FILHO 1969, p. 152). Cilene, no entanto, não concorda com Barreto Filho, porque acredita que “apesar da pretensa isenção, o conselheiro se envolve sim com os fatos narrados, quanto mais perto destes está a viúva Noronha” (PEREIRA, 2007, p. 95). Em seguida, a ensaísta busca o auxílio de Juracy Saraiva para concluir que Aires disfarça em “acomodação emocional” suas intenções mais positivas: “Juracy Saraiva observa que justificativas como a acima em relação ao interesse do velho conselheiro por Fidélia vem do temor de se expor ao ridículo”.

A hipótese poderia fazer sentido tanto em sociedade como na alcova, uma vez que Aires relembra sua condição de sexagenário para se justificar frente à irmã e a si mesmo. Por ocasião da aposta, Rita insinua a possibilidade de o próprio Aires retirar o luto à Fidélia, acreditando que a idade não seria um real impedimento, pois o irmão teria “a verdura dos trinta”. (ASSIS, 1988, p. 20). Já com Fidélia casada, indo em direção à Europa com o novo Tristão, Aires volta a sonhar, desta vez acordado: “Não acabarei esta página sem dizer que me passou agora pela frente a figura de Fidélia, tal como a deixei a bordo, mas sem lágrimas. Sentou-se no canapé e ficamos a olhar um para o outro, ela desfeita em graça, eu desmentindo Shelley com todas as forças sexagenárias restantes. Ah! basta! Cuidemos de ir logo aos velhos” (ASSIS, 1988, p. 171).

Enfim, basta. Fidélia está partindo rumo às novidades do Velho Mundo. Aires enfim terá a paz reformada. Mas antes de chegar a alguma conclusão, gostaria de verificar ainda uma outra leitura. Gilberto Pinheiro Passos acredita que a atração de Aires por Fidélia “provoca a melancólica expressão estribada em Shelley, mas ao mesmo tempo suscita o tema

de Fausto, na tentativa da superposição do vigor da juventude rediviva ao desencanto irônico de sua velhice” (PASSOS, 2008, p. 26). E é justamente o prólogo do *Fausto* que Aires apresenta à irmã naquele 10 de janeiro. Aires já está gostando da ideia, mas também está prevendo as complicações que terá pela frente.

Como Cilene Pereira, acredito que o conselheiro tenha outros interesses em Fidélia, além de tomá-la por puro objeto de fruição estética e estudo cognitivo. Creio também que Aires pensou e continua pensando que Fidélia, tanto como fora Natividade, poderia ser uma escolha acertada para o casamento. Ou, no mínimo, um motivo para uma tentativa a mais. O narrador de *Esau e Jacó*, em seu célebre capítulo XII (ASSIS, 2005, pp. 47-50), afirma que Aires não tinha vocação para o casamento. Mas em momento algum afirma que lhe tinha aversão. O que afirma é que “casou por necessidade do ofício; cuidou que era melhor ser diplomata casado que solteiro, e pediu a primeira moça que lhe pareceu adequada ao seu destino.” Ou seja, Aires, ainda jovem, fora afoito e, logicamente, “enganou-se”. O que não deve nos surpreender. Em tudo na vida, não é fácil acertar de primeira. E aqui está o motivo que fez Aires não se importar tanto com a viuvez: “a diferença de temperamento e de espírito era tal que ele, ainda vivendo com a mulher, era como se vivesse só”. Talvez seja uma hipótese pensar que a experiência conjugal negativa tenha sido um dos fatores que afastaram o conselheiro da ideia de um novo matrimônio. Como Natividade (uma das mulheres que talvez o fizesse mudar de ideia) já estava comprometida, Aires foi exercitando seu gosto por mulheres bonitas com aquelas menos preocupadas com a formalidade do casamento, caso de Cármen. Com Fidélia, a possibilidade de mudança de cenário. Mas é a ironia lembrada por Gilberto Passos que prevalecerá. Fidélia não poderia aparecer em hora menos imprópria. Está livre, atrai as atenções do conselheiro e está “na idade de casar”. Mas a Aires resta apenas o desabafo. A reflexão que dirige a Campos a respeito do casal Aguiar, no final do romance, “a mocidade tem o direito de viver e amar, e separar-se alegremente do extinto e do caduco” (ASSIS, 1988, p. 173), também se encaixa plenamente nele próprio. E é pena.

7 A HUMANIDADE DO CÉTICO

Aires é o que, em vez de optar, paira sobre os partidos.

Luiz Costa Lima

7.1 O Observador

Apesar de não estar fundamentada em termos pirrônicos, a constatação de Luiz Costa Lima salienta e sintetiza o modo cético de proceder do conselheiro Aires como poucas vezes pude ver. Talvez porque justamente não esteja buscando a validação de uma perspectiva qualquer, no caso a cética. Costa Lima está se referindo a uma atitude localizada, de Aires em relação a partidos, mas também está tomando a questão política como uma metonímia de todo o comportamento do conselheiro. Sua vocação para o distanciamento aparecera cedo. O professor nos lembra que a primeira renúncia de Aires se dera na vida afetiva. Aires nunca buscaria sair de seu estado de viuvez, por ter “o feitio do solteirão”. A profissão escolhida por Aires acabaria por ir aperfeiçoando a capacidade do conselheiro de olhar de cima, sem precisar se envolver com aquilo que vê. Entretanto, a prática diplomática e a capacidade de distanciamento não fazem do conselheiro um oportunista ou um

santo, a detestar embustes e enganos, a evitar as racionalizações ditadas pelo interesse. Aires renuncia apenas a levar a sério tal carreira, deixando que a esgrima miúda dos miúdos interesses o envolvam e o entreteçam, como se na vida não houvesse coisas melhor a fazer senão se instalar em seu meio, com o menor dispêndio possível de dor e energia (LIMA, 1981, p. 107).

Aires não se torna um embusteiro, nem condena de forma categórica o embuste. Não combateu o “combate do amor”, para usar a expressão de Costa Lima, mas se exaspera ante as vidas possivelmente desperdiçadas de Flora e Fidélia. Aires paira sobre os partidos e, sou obrigado a dizer, tenta pairar sobre a condição humana. Durante este estudo verificamos que Aires não se comporta do mesmo modo diante de todas as situações que se lhe apresentam. Podemos identificar uma gradação: Aires é indiferente em relação à movimentação política, pública; é neutro em relação aos eventos sociais; mantém contato com uma série de pessoas; mas só se mostra atuante quando detecta um problema ou um interesse real. Ou seja, Aires

mantém uma disposição para a vida pública e outra para as relações pessoais. Utiliza-se do meio social para chegar ao contato pessoal, que lhe agrada. Os eventos que frequenta são um meio e não um fim em si mesmo. E, dentre os tipos que acaba por observar, alguns se destacam e prendem sua atenção; outros nunca vão deixar de ser meros coadjuvantes.

Ao iniciar esta investigação, tinha em mente uma pergunta que, de tão recorrente, acabou por se tornar o título deste trabalho. Ao chegar a este ponto, a pergunta continua sem resposta. Apesar de não ser meu objetivo esgotar o assunto, creio que será interessante ensaiar uma hipótese, a partir do Aires que encontramos pelos meandros do *Esau e Jacó* e do *Memorial*. Para alcançar a hipótese, acredito que compreender que Aires se coloca de modo diverso frente aos eventos sociais/públicos/políticos e os acontecimentos pessoais/particulares é um bom começo. Mas, apesar do comportamento diverso ante o público e o privado, devemos ter em mente que a fonte que guiou ambos os comportamentos é basicamente a mesma: a vivência e a consequente observação dos fatos.

O distanciamento político do conselheiro pode ter sido facilitado pela atuação dos nossos homens públicos oitocentistas. O próprio Batista “lembrava-se do Visconde de Albuquerque ou de outro senador que dizia em discurso não haver nada mais parecido com um conservador que um liberal, e vice-versa” (ASSIS, 2005, p. 111). Os partidos políticos são como Pedro e Paulo, só que pelo avesso. Ao contrário dos gêmeos, idênticos na aparência, mas contrários no pensamento, os partidos se mostram publicamente como se compusessem a própria essência do antagonismo, mas são como gêmeos em sua essência. Assim, posicionar-se de um lado ou de outro seria indiferente. E Aires tinha experiência internacional suficiente para saber que os comportamentos “antagônicos” conhecidos por aqui não eram exclusividade brasileira. A indiferença de Aires diante dos altos e baixos das instituições públicas (ou das cores que nelas se sucediam) é adquirida por meio da prática diplomática, mas também por intermédio de lições como a que a valiosa Cármen lhe repassa em Caracas (ASSIS, 2005, p. 99):

- Que rumor é este, Cármen? perguntou ele entre duas carícias.
- Não se assuste, amigo meu; é o governo que cai.
- Mas eu ouço aclamações...
- Então é o governo que sobe. Não se assuste. Amanhã é tempo de ir cumprimentá-lo.

Quanto aos concursos sociais, creio que nos basta lembrar das observações do conselheiro sobre os insípidos que eram a maioria em certa reunião em casa de Natividade (ASSIS, 2005, pp. 47-50). No *Memorial*, Aires mais uma vez reclama de tais tipos: “Campos é homem interessante, posto que sem variedade de espírito; não importa, uma vez que sabe

despender o que tem. Verdade é que tal regra levaria a gente a aceitar toda a casta de insípidos. Ele não é destes” (ASSIS, 1988, p. 36). Esta parece ser a tônica das reuniões sociais: em meio a uma multidão de insípidos, alguns poucos tipos interessantes. Tipos como Flora, Fidélia, talvez Tristão, Pedro, Paulo, D. Carmo. Estes merecerão do conselheiro o status de objeto de estudo.

Em alguns momentos, alguns dos objetos de estudo acabarão por sair do papel que Aires lhes tinha reservado, forçando a interação do observador. Aqui, não considero como interação o simples diálogo, as visitas de cortesia e os jantares e reuniões a que Aires acaba por frequentar. Estas são atividades inerentes à sua condição de estudioso, pois se ele se colocasse acima de qualquer interação, seu disfarce de observador estaria comprometido. Para observar com liberdade, Aires precisa ser reconhecido como um igual por aqueles que são observados. O conselheiro se diferencia por conta de sua “grande inteligência”, pelo talento para os conselhos e pela aversão à contenda. Se pairasse sobre as pessoas como paira sobre os partidos, se tornaria um misantropo esquisitão, espantando os objetos de seu estudo.

Se o estudioso consegue se camuflar entre seus objetos, estes lhe pregam certas surpresas que o forçam a interagir com o meio, como disse. Acontecerá algo mais ou menos parecido com um observador da vida selvagem que decidiu intervir na batalha pela vida entre uma zebra e uma leoa. Mas, diferentemente do zoorepórter consternado, as intervenções do diplomata o deixam ainda mais camuflado dentro do ambiente que observa; e são perfeitamente desculpáveis: Aires não é um profissional, está aposentado e não está a procura de uma nova carreira. Sua preocupação se resume a “matar o tempo, o imortal tempo” (ASSIS, 2005, p. 87). Exerce sua atividade com a despreocupação de um diletante e não se sente culpado por se aproximar um pouco mais ou um pouco menos de seu objeto.

Tivemos a oportunidade de verificar a interferência de Aires no objeto estudado por ocasião da tabuleta do Custódio e da incapacidade de decisão por parte de Flora. Vimos que no caso de Fidélia, Aires analisou as alternativas e acabou por decidir pela não atuação. Ou por não decidir, deixando que as coisas se decidissem naturalmente (o que se deu com o advento de Tristão). No caso de Natividade, vimos que sua decisão por não atuar lhe custou uma melancolia leve e contínua, que se estendeu por toda a existência da esposa de Santos. Tais episódios, juntamente com a indiferença do diplomata em relação às grandes questões de sua época, nos trazem importantes pistas sobre a forma como o conselheiro leva a sua vida. Juntemos a esta dualidade de Aires, seu comportamento diverso no falar e no escrever.

7.2 Céticos

Vimos no capítulo dois que Comte-Sponville lança uma pergunta que poderia bastar para “definir a própria filosofia”: “como viver?” E como vive Aires? Seu modo de vida é cético, é pirrônico? Para responder a esta pergunta, precisamos entender como vive, ou procura viver o cético pirrônico. Mas antes disso, vamos repassar as outras formas de ceticismo que vimos no mesmo capítulo dois, em confronto com a existência do conselheiro.

Começemos com o ceticismo apropriado pelo senso comum, como sinônimo de “descrença”, associado pelo cidadão comum àqueles que duvidam de tudo. Ou melhor, duvidam de tudo que não possa ser provado em termos materialistas. Quanto às questões metafísicas, este tipo de cético é geralmente um ateu convicto; no âmbito político, um pessimista incorrigível; nas relações sociais, uma companhia desagradável. Paul Kurtz, com a clareza de linguagem que só um filósofo cético e, ainda assim, partidário da evolução pela ciência pode ter, define o modo de pensar do descrente, no campo religioso (e no paranormal):

Pensadores descrentes acham o discurso transcendente basicamente ininteligível, e mesmo sem sentido. Por conta disso, eles se consideram céticos. Ou, de modo mais específico, tendo examinado os argumentos historicamente apresentados para provar a existência de Deus, eles concluíram que tais argumentos são inválidos, e por conta disso, não convincentes.²⁴

(...)

No campo paranormal, os descrentes negam de modo similar a existência de tais fenômenos. (...) Alguns céticos rejeitam os fenômenos paranormais de forma apriorística, ou seja, eles devem ser refutados porque violam as leis estabelecidas da física (KURTZ, 2010, p. 18, tradução nossa).

Não temos argumentos suficientes para afirmar que Aires seja um incrédulo, ou o contrário, que ele tenha uma crença legítima em Deus, que seja um teísta. Nas vezes em que Aires se refere ao transcendente, ele o faz de modo vago, sem afirmações peremptórias, com leveza imprópria aos dogmáticos:

Camões afirmou que de certo pai só se podia esperar tal filho, e a ciência confirma esta regra poética. Pela minha parte creio na ciência como na poesia, mas há exceções, amigo. Sucede, às vezes, que a natureza faz outra coisa, e nem por isso as plantas deixam de crescer e as estrelas de luzir. O que se deve crer sem erro é que Deus é Deus; e, se alguma rapariga árabe me estiver lendo, ponha-lhe Alá. Todas as línguas vão dar ao Céu (ASSIS, 2005, p. 77).

²⁴ O texto em língua estrangeira é: “Reflective unbelievers find the language of transcendence basically unintelligible, even meaningless, and that is why they say they are skeptics. Or, more pointedly, if they have examined the arguments adduced historically to prove the existence of God, they find them invalid, hence unconvincing.

[...]

In the paranormal field, unbelievers similarly deny the reality of psi phenomena. [...] Some skeptics deny paranormal phenomena on a priori grounds, that is, they are to be rejected because they violate well-established physical laws.”

Aires não nos deixa clara suas convicções metafísicas, mas seja como for, percebemos que ele não se enquadra no aspecto mais importante da composição de um descrente, sua rejeição ao transcendente ou ao paranormal porque tais eventos iriam de encontro às leis da física conhecida. Como conclui Paul Kurtz, esse tipo de cético não pode ser reconhecido como tal, pois não são investigadores, como se define a palavra grega original. “Eles estão convencidos de que estão de posse da Não-Verdade, a que se apegam de forma resoluta. Fazendo assim, podem bater a porta ruidosamente a novas descobertas”²⁵ (KURTZ, 2010, p. 19, tradução nossa).

Quanto às características políticas e sociais do cético descrente, acredito que já temos informação suficiente para que Aires não seja cogitado como tal. A indiferença política de Aires, além de decorrer de décadas de experiência no meio, não se confunde com pessimismo. Aires não vive a criticar os poderes públicos, apenas não lhe interessa a ciranda do poder. Aires já vira o suficiente; sua experiência pública, e a de seu criador, somam mais de setenta anos. Tempo suficiente para saber que as coisas não mudaram nem mudariam. Aires se volta para “as peripécias da vida”, para a “esgrima miúda”. E nela, já sabemos que é um conviva requisitado.

Vejamos agora o “ceticismo acadêmico”, que parece ser de onde derivou a acepção popular do ceticismo como descrença. Sexto Empírico (2000, p. 3, tradução nossa) assim começa as *Hipotiposes pirrônicas*:

Quando as pessoas se põem a investigar algo, os resultados prováveis da investigação são: uma descoberta; a negativa da descoberta ou a admissão de que a descoberta é inapreensível; a continuação da investigação. Do mesmo modo, no que diz respeito às investigações filosóficas, alguns têm dito que descobriram a verdade, outros afirmam que ela não pode ser apreendida e outros continuam a investigar.

Aqueles que pensam ter encontrado a verdade, são chamados dogmáticos, no sentido específico (Aristóteles, Epicuro e os estoicos, por exemplo). Cleitômacos, Carneades e outros acadêmicos têm assegurado que as coisas não podem ser apreendidas. Os céticos continuam investigando. Assim, parece razoável afirmar que os três tipos principais de filosofia são a dogmática, a acadêmica e a cética.²⁶

²⁵ O texto em língua estrangeira é: “They are convinced that they have the Non-Truth, which they affirm resolutely, and in doing so they may slam shut the door to further discoveries”.

²⁶ O texto em língua estrangeira é: “When people are investigating any subject, the likely result is either a discovery, or a denial of discovery and a confession of inapprehensibility, or else a continuation of the investigation. This, no doubt, is why in the case of philosophical investigations, too, some have said that they have discovered the truth, some have asserted that it cannot be apprehended, and others are still investigating.

Those who are called Dogmatists in the proper sense of the word think that they have discovered the truth – for example, the schools of Aristotle and Epicurus and the Stoics, and some others. The schools of Clitomachus and Carneades, and others Academics, have asserted that things cannot be apprehended. And the Sceptics are still investigating. Hence the most fundamental kinds of philosophy are reasonably thought to be three: the Dogmatic, the Academic, and the Sceptical.”

Quando Aires foi interpelado por Santos e Dr. Plácido, para que ficasse no clube espírita e tomasse ciência das verdades eternas, respondeu com presença de espírito que “verdades eternas pedem horas eternas” (ASSIS, 2005, p. 51). Quando a conversa derivou para a briga dos gêmeos antes de nascer, Aires formulou uma série de hipóteses, mais ou menos descompromissadas, de improviso, mas nem por isso estava usando de má fé para com os interlocutores. Aires quer saber, mas se a resposta cabal não lhe aparece, continua na busca até onde ela se apresenta possível ou necessária.

A procura pela explicação da inexplicável Flora, as sugestões para a tabuleta do Custódio, o contato permanente com Natividade sinalizam a vontade de Aires em permanecer na busca e não em aceitar que as coisas não são apreensíveis. Esta disposição para a busca, observada em Aires, o manterá aberto até para a possibilidade de um novo casamento, mesmo após os sessenta anos, que não será realizado pelos motivos já discutidos no capítulo sete. Creio que já vimos o suficiente para não entendermos Aires como um acadêmico.

Passemos ao “ceticismo mitigado”. David Hume, seu propositor, parte da constatação de que o homem precisa tomar decisões em sua vida prática, apesar de toda a argumentação racional se mostrar inconclusiva ou defeituosa. Hume não retira do ceticismo pirrônico o seu mérito, acreditando que uma boa dose de ceticismo faria bem tanto ao sábio quanto ao ignorante:

Os ignorantes devem refletir acêrca da situação dos sábios que, embora usufruindo de tôdas as vantagens advindas do estudo e da reflexão, se mostram geralmente desconfiados de suas afirmações. E, se algum sábio tende, por seu temperamento natural, à altivez e à obstinação, uma leve tintura de pirronismo poderia abater seu orgulho e mostrar-lhe que as poucas vantagens que obteve sôbre seus semelhantes são insignificantes se comparadas à confusão e à perplexidade universais inerentes à natureza humana (HUME, 1972, p. 145).

Entretanto, a dose moderada (ou mitigada) “de dúvida, de prudência e de modéstia que, nas investigações e nas decisões de todo gênero, deve sempre acompanhar o homem que raciocina corretamente” (p. 146) não deve se generalizar a toda e qualquer decisão imposta ao homem em seu dia-a-dia. Aliás, não deve justamente porque não lograria sucesso na vida cotidiana. “A ação, o trabalho e as ocupações da vida são os principais destruidores do pirronismo, isto é, dos excessivos princípios céticos” (p. 143). Por outro lado, os princípios céticos “podem florescer e triunfar nas escolas, nas quais é certamente difícil, senão impossível, refutá-los”.

Hume reconhece a vitória do argumento pirrônico, pois reconhece que nossos sentidos, nossa memória e nosso raciocínio não podem garantir a certeza dos postulados filosóficos, mas reconhece na natureza uma força maior e invencível. Ele ataca o pirronismo

mais uma vez ao afirmar que “nenhum bem durável pode jamais resultar dêle”. E lança as seguintes questões: “*Qual é a sua intenção? Qual é o propósito de tôdas estas curiosas pesquisas?* Êle fica imediatamente perplexo e não sabe o que contestar” (p. 144). Já vimos no capítulo dois que Hume detestava a argumentação excêntrica, como no caso da infinita divisibilidade do tempo e do espaço. Não sabemos a qual, ou a quais pirrônicos em especial Hume estava se dirigindo quando mencionou uma perplexidade deste(s) cético(s). Mas sabemos que esta resposta já havia sido dada por Sexto Empírico nas velhas *Hipotiposes*.

Céticos se valem de argumentos, por vezes exóticos, para combater a falta de cautela dos dogmáticos. No *Outlines of Scepticism*, seus editores encontram a palavra “rashness”, em conexão com os dogmáticos, nada menos que em 16 ocasiões:

- contra a precipitação dos dogmáticos são “propostos argumentos diretamente contra o que é aparente, não porque queiramos rejeitar o que seja aparente” (Sexto Empírico, 2000, p. 8, tradução nossa)²⁷;

- para refutar de maneiras mais variadas a precipitação dos dogmáticos, os cinco modos de suspensão de juízo propostos pelos “mais recentes céticos” são arrolados com os dez modos propostos pelos “céticos antigos” (Sexto Empírico, 2000, pp. 40-3);

- contra a precipitação dos dogmáticos são apresentados oito modos de suspensão de juízo para as explicações etiológicas dos fenômenos (Sexto Empírico, 2000, p. I, xvii);

- contra a precipitação dos dogmáticos, a cada argumento estabelecido de modo dogmático investigado pelos céticos, eles apresentarão um argumento oposto, estabelecido propositadamente de modo dogmático (Sexto Empírico, 2000, p. 51-2);

- contra a precipitação dos dogmáticos que dizem “ter encontrado o critério da verdade” os céticos contra-argumentarão com a impossibilidade de estabelecer uma verdade absoluta pelos padrões humanos (Sexto Empírico, 2000, pp. 70-92);

- de modo diverso à precipitação dos dogmáticos, os céticos não tomam por absurda uma proposição que aparenta ser absurda, “até que a proposição seja apresentada por completo” (Sexto Empírico, 2000, pp. 130-9);

- contra a precipitação dos dogmáticos acerca da ideia de Deus, os céticos esmiuçarão cada aspecto da ideia (Sexto Empírico, 2000, pp. 143-6);

²⁷ O texto em língua estrangeira é: “[We do] propound arguments directly against what is apparent, it is not because we want to reject what is apparent that we set them out, but rather to display the rashness of the Dogmatists”.

– de modo diverso à precipitação dos dogmáticos, os cétricos não tomarão o que quer que seja como naturalmente bom ou mau, pois, por exemplo, os egípcios acha(va)m bom se casar com irmãs (Sexto Empírico, 2000, pp.191-205);

E, para finalizar, aqui vai, em separado, uma resposta definitiva para as “curiosas pesquisas” questionadas por Hume (Sexto Empírico, 2000, p. 216, tradução nossa):

Céticos são filantropos e desejam curar pela argumentação, da forma mais apropriada possível, a presunção e a precipitação dos dogmáticos. Assim como os médicos que curam os padecimentos do corpo possuem medicamentos com diversos níveis de potência, e aplicam remédios severos aos acometidos por sofrimentos severos e remédios suaves aos acometidos por sofrimentos suaves, também os cétricos propõem argumentos de potências diversas – eles aplicam argumentos expressivos, capazes de rechaçar vigorosamente os dogmáticos acometidos pela presunção, contra os que padecem de severa precipitação, e aplicam argumentos mais suaves contra aqueles que padecem de uma presunção mais superficial e facilmente curável, que podem ser recuperados por meio de uma persuasão mais branda. Eis porque os adeptos dos princípios cétricos não hesitam, em certas ocasiões, em propor argumentos de expressiva persuasão, e em outras ocasiões argumentos que aparentam fraqueza. Eles o fazem de modo deliberado, uma vez que, com frequência um argumento mais fraco é suficiente para que eles alcancem seu objetivo.²⁸

O ceticismo mitigado de Hume preceitua que o pirronismo, por ele chamado ceticismo extremo, deva ser evitado nas questões do dia-a-dia para que se possa seguir a vida adiante. Ele também afirma que o pirronismo é facilmente vencido pela urgência da natureza. O pirronismo é recomendado, no entanto, para o bem da prudência e da humildade de filósofos e homens comuns.

Como já vimos no capítulo quatro deste trabalho, o cético pirrônico não estende sua dúvida indiscriminadamente a todo e qualquer evento trivial de sua vida ou da sociedade em que está inserido. E muito menos refuta a prevalência da natureza sobre toda e qualquer argumentação, incluindo a sua. Como vimos também, pelas palavras de Hume, neste capítulo, e pelas de Bertrand Russell, também no capítulo quatro, que propunha um “ceticismo intermediário” em substituição ao “ceticismo heroico” de Pirro, o pirrônico parece ser alguém tão assustador que ainda continua a despertar refutações contra aquilo que o próprio Sexto já havia esclarecido.

²⁸ O texto em língua estrangeira é: “Sceptics are philanthropic and wish to cure by argument, as far as they can, the conceit and rashness of the Dogmatists. Just as doctors for bodily afflictions have remedies which differ in potency, and apply severe remedies to patients who are severely afflicted and milder remedies to those mildly afflicted, so Sceptics propound arguments which differ in strength – they employ weighty arguments, capable of vigorously rebutting the dogmatic affliction of conceit, against those who are distressed by a severe rashness, and they employ milder arguments against those who are afflicted by a conceit which is superficial and easily cured and which can be rebuffed by a milder degree of plausibility. “This is why those with a Sceptical impulse do not hesitate sometimes to propound arguments which are sometimes weighty in their plausibility, and sometimes apparently rather weak. They do this deliberately, since often a weaker argument is sufficient for them to achieve their purpose.”

Esse assombro diante do pirronismo, que leva filósofos de renome a reconhecê-lo fazendo questão de demarcar certa diferença, parece ter algum fundamento, mas não deveria intimidar o verdadeiro e destemido filósofo. Ao que parece, o problema de se abrir espaço ao pirronismo *tout court* à mesa da filosofia é que ele seria uma grande ameaça em potencial. O pirrônico quer demonstrar que qualquer um *pode* estar errado, mas é compreendido pelo filósofo vaidoso como aquele que quer *provar* que todos estão errados, o que significaria desmerecer a própria atividade filosófica.

As acusações dos propositores tanto do ceticismo mitigado quanto do ceticismo intermediário parecem não ter fundamento quando nos damos ao trabalho de ler de modo mais abrangente os escritos do médico grego. Com isso, podemos ensaiar uma inversão: ao invés de questionarmos se o ceticismo pirrônico é nada mais que uma brincadeira extravagante, e mesmo de mau gosto, ou seja, ao invés de questionarmos se é possível um cético pirrônico viver seu pirronismo, poderíamos questionar se distinções como o ceticismo mitigado ou o intermediário são de fato necessárias. Sendo assim, uma vez que as objeções de Hume (e de Russell) podem ser respondidas (e absorvidas) pelo próprio pirronismo, não vejo sentido em verificar se Aires se enquadraria no ceticismo mitigado (ou no intermediário), pois o ceticismo pirrônico pode ser tanto intermediário, quanto mitigado, basta ampliarmos seu entendimento.

Resta-nos verificar a alternativa cética defendida por Paul Kurtz. A princípio, a começar pelo nome, poderíamos entender que o “ceticismo investigativo” guardaria forte relação com o pirronismo, pois, como vimos logo acima, o cético é aquele que se mantém investigando. Entretanto, a investigação pirrônica e a do “novo ceticismo”, outra definição para o ceticismo de Kurtz, são distintas. O cético pirrônico investiga basicamente uma hipótese precipitada de um homem dogmático. Sua investigação faz com que encontre uma outra hipótese que tenha a mesma força da apresentada, mas com o sentido inverso. Isto faz com que suspenda o juízo, em virtude da equipolência das hipóteses. Assim, ele consegue preservar seus maiores objetivos: a tranquilidade da alma e a moderação dos sentimentos. A investigação proposta pelo novo ceticismo, no entanto, toma para si a função de procurar as hipóteses verdadeiras. O ceticismo investigativo se utiliza da dúvida apenas “no limitado contexto da investigação” (KURTZ, 2010, p. 19, tradução nossa).²⁹

Até aí poderíamos contra-argumentar, em favor da similaridade entre ambos, que o pirronismo também seleciona os momentos em que põe a dúvida em prática, queiram ou não

²⁹ O texto em língua estrangeira é: “in the limited context of investigation.”

os seus opositores; entre eles, o próprio Paul Kurtz, que considera o pirronismo uma das vertentes do ceticismo niilista, que por sua vez se confundiria com o ceticismo acadêmico. Entretanto, quando percebemos os objetivos do ceticismo investigativo, compreendemos que ele não guarda com o ceticismo pirrônico nenhuma semelhança além de ambos serem reconhecidos como formas de ceticismo. O novo ceticismo tem como último objetivo um mundo perfeito, onde se alcançará algo semelhante à ataraxia do pirrônico. Mas ele alcançará esta tranquilidade quando conseguir responder a todas as perguntas imagináveis, e não a partir da suspensão do juízo acerca das questões não decididas. E o cético investigativo acredita sinceramente que encontrará todas as respostas através da razão e do método científico. Kurtz cita avanços na medicina e na astronomia, dentre muitos outros, para dar suporte às suas crenças. Como sustenta que a dúvida deve ser empregada de modo o mais seletivo possível, o lema do novo ceticismo poderia ser aquele velho conhecido dos bons estrategistas militares (e políticos): *dividir e conquistar*. Divide-se o objeto investigado para se conquistar um pedaço a mais de certeza.

Uma boa dose de ceticismo é inerente à atividade científica. Mais ainda nos dias de hoje, quando a tecnologia torna obsoleto agora o que era a última palavra alguns instantes atrás. Kurtz parece sincero quanto ao reconhecimento do papel fundamental da dúvida dentro da atividade científica. É sincero também ao se preocupar em não trazer a níveis dogmáticos uma mera suposição. Mas o que me parece ao mesmo tempo pueril e perigoso é a ideia de que um dia debelaremos todas as questões por intermédio do método científico. Este é o dogmatismo de Kurtz e dos céticos investigativos. E este me parece um caminho muito mais longo e pedregoso (além de utópico) para se alcançar a tranquilidade, do que a suspensão de juízo proposta por Sexto Empírico. E não me parece o caminho trilhado pelo conselheiro Aires, tão desinteressado em descobrir as “verdades eternas”.

7.3 Pirrônico?

Após verificarmos a impossibilidade de enquadramento de nosso diplomata nos ceticismos descrente, acadêmico e investigativo; e entendermos que o ceticismo mitigado pode ser absorvido pelo ceticismo pirrônico, resta-nos verificar a conexão entre Aires e Pirro. Durante este trabalho, foi dado amplo destaque ao ceticismo pirrônico frente aos demais tipos de ceticismo. Isto decorre do fato de que os estudiosos de Machado de Assis, que reconhecem

em sua obra uma condição cética, o relacionam ao ceticismo estabelecido por Sexto Empírico. Sabemos que Machado também é relacionado ao ceticismo descrente, mas neste caso, seus comentaristas se valem dos termos “ceticismo” e “pessimismo” quase que de modo indistinto. Já pudemos avaliar aqui algumas respostas contrárias à identificação de Machado com o pessimismo. Antes de passarmos ao pirronismo, poderíamos acrescentar a essas respostas a lembrança de que Machado dedicou-se de forma extrema à vida, a ponto de ter, “já abeirando dos setenta anos, começado a aprender grego” (PEREIRA, 1988, p. 271), numa clara demonstração de disposição para sempre recomeçar. A mesma dedicação devotou Machado à sua ficção, terreno onde pode reelaborar quase que infinitamente (só a morte o deteria) as questões existenciais que sempre o intrigaram. Machado é como um Francisco Sanches da ficção: reconhece a limitação de seus instrumentos, mas não se furta a continuar o exame de seus objetos, ainda que suas constatações sejam fadadas à precariedade.

Este indício de “falta de pessimismo”, tanto do filósofo português, quanto do poeta brasileiro, por conta de suas insistências em continuar na busca, não pode ser entendido como uma propensão ao otimismo. Nem Machado, nem Sanches se deixaram levar pela euforia de suas épocas. Colocando-se no caminho do meio, reconhecendo a limitada condição humana, mas ainda assim buscando, eles se aproximam do ceticismo pirrônico, apesar da ideia de letargia que parece perseguir o pirronismo, e que o inviabilizaria. Tal ideia já foi rebatida em algumas ocasiões aqui neste trabalho, abrindo espaço para a afirmação de que pode haver uma vida segundo os preceitos do pirronismo. Para o filósofo brasileiro Plínio Junqueira Smith (2000, p. 17):

Parece uma questão superada aquela que discute se o pirrônico pode ou não viver conforme aos princípios pirrônicos; ainda que implícito, parece haver um acordo entre os comentadores de que é possível para o pirrônico viver seu pirronismo [...]. A questão, hoje, parece ser somente a de saber *como* vive o pirrônico, a de determinar se seu estilo de vida é satisfatório e atraente ou se é uma vida que não nos agrada.

Quando Sexto Empírico aponta que o pirrônico vive “pelos regulamentos cotidianos, de modo não-dogmático, já que não pode permanecer completamente inativo” (Sexto Empírico, 2000, p. 9, tradução nossa)³⁰, me parece que os críticos do pirronismo se apegam por demais à expressão “já que não pode permanecer completamente inativo”, sobrevalorizando-a. Parece-me que a tendência é apresentar uma interpretação voltada para o fato de que, caso pudesse, o pirrônico não sairia da cama; não sairia nem do útero materno, se

³⁰ O texto em língua estrangeira é: “with everyday observances, without holding opinions – for we are not able to be utterly inactive.”

pudesse escolher. E ele, obrigado a viver contra a vontade, faz de sua pobre vida um mar de insignificância, restando-lhe como único divertimento a prática nociva de tentar arrasar as ações e os raciocínios daqueles que, de modo contrário à sua prática destrutiva, procuram transformar o mundo em um lugar melhor pra se viver, através do trabalho árduo e de uma mente em constante elucubração.

Entretanto, acredito que possa haver uma outra forma de compreender a expressão. O pirrônico admite sua posição de inferioridade como indivíduo frente às imposições da natureza, seja com relação à percepção que tem de si e do mundo que o cerca, seja com relação às suas necessidades fisiológicas, seja com relação às suas necessidades sociais. Isto é, a vida, desde os tempos da cicuta (ou seja, desde sempre), não precisa ser necessariamente vivida, mas em se decidindo por viver, o cético buscará vivê-la em um máximo de conformidade com as imposições naturais, e não com prescrições tolas e infundadas de dogmáticos. Esta compreensão (da expressão) não me ocorre por conta de uma impressão pessoal, e sim da continuação da leitura do texto de Sexto.

Segundo o médico grego, os regulamentos cotidianos são quatro, vejamos os três primeiros: “Pela direção da natureza, somos naturalmente capazes de sentir e de pensar; pela imposição dos sentidos, a fome nos leva à comida e a sede à bebida; pela observação das leis e dos costumes, aceitamos, pela ótica do cotidiano, que a piedade é boa e a impiedade ruim” (2000, p. 9, tradução nossa).³¹ Sexto usa o termo “natureza” em uma acepção mais restrita que a por mim utilizada, mas creio estar evidente que os três regulamentos são de origem natural, humanamente natural. Mesmo a cultura, mesmo os costumes decorrem da natureza gregária do homem.

Ao escolher a vida, o pirrônico viverá pela natureza, e o fará com o mínimo de esforço possível, pois gastará a maior parte de seu tempo atormentando os seres que possuem uma atitude positiva. Não necessariamente. O quarto regulamento, que é o “aprendizado de técnicas” diz que o pirrônico se torna “atuante naquelas que adota”. Como uma das técnicas preferidas pelo pirrônico é a arte da refutação aos dogmáticos (e esta não é uma das técnicas que mais recebe a dedicação dos homens em geral), ele é reconhecido basicamente por ela. Mas o pirrônico também pode escolher a técnica da medicina, ou do serviço público, ou da diplomacia.

³¹ O texto em língua estrangeira é: “By nature’s guidance we are naturally capable of perceiving and thinking. By the necessitation of feelings, hunger conducts us to food and thirst to drink. By the handing down of customs and laws, we accept, from na everyday point of view, that piety is good and impiety bad.”

Sexto Empírico, Machado de Assis e o conselheiro Aires são exemplos de que a vida pode ser vivida e ser vivida de modo pirrônico. Que Sexto é pirrônico já sabemos. Desconfio que Machado e Aires também o sejam, e com este enfoque trazido por Sexto sobre a atuação no mundo, podemos aproximar os dois ainda mais da visão pirrônica. Machado dedicou-se a vida até aos derradeiros dias, como já sabemos. E Aires, se já não atua “tecnicamente” no mundo em que vive, talvez seja por conta de sua aposentadoria. Além de não ser apaixonado pela diplomacia, ele está consciente de que a vida é curta. Aposenta-se e vai curtir a vida de aposentado saudável entre passeios e reuniões sociais, onde poderá exercitar, agora em tempo integral, o hobby de observador de tipos humanos. Outra técnica, por sinal.

Mas e quanto à combatividade pirrônica? Nem Machado nem Aires parecem ter a ânsia de refutar uma proposição dogmática como Sexto o fizera. Antes de mais nada, é preciso saber o que motivara Sexto a se debater contra as doses cavalares de dogmatismo que seu mundo produzia. Certo que a tranquilidade da alma e a moderação dos sentimentos são os objetivos do cético. Mas “pairar sobre os partidos” talvez seja uma estratégia mais inteligente, ou menos dispendiosa, para se alcançar a tranquilidade e a moderação, que ficar se esforçando na busca de argumentos que contrariem uma assertiva dogmática. Mas o pirrônico é um “filantropo”, antes de tudo. Na acepção original do termo, ele tem amor pelos da sua espécie, amor pelo homem. Vejamos o que Sexto tem a dizer contra os astrólogos, por exemplo (Sexto Empírico, 1949, p. 323, tradução nossa):

A empreitada que temos diante de nós é inquirir acerca da astrologia ou da “Arte Matemática” – não a Arte completa, composta pela aritmética e pela geometria (pois já refutamos os professores destas disciplinas); nem a da previsão, praticada por Êudoxos e Híparcos, e outros como eles, que costumam ser chamados ‘astrônomos’ (pois essa, como a Agricultura e a Navegação, consiste na observação dos fenômenos, pelos quais é possível prever enchentes e tempestades e pragas e terremotos e outras mudanças no firmamento, com características similares); trata-se na verdade do elenco de horóscopos que os caldeus adornam com os mais sonoros títulos, apresentando-se como ‘matemáticos’ e ‘astrólogos’, tratando as pessoas comuns com vários tipos de insolência, construindo um grande baluarte de superstição contra nós, e permitindo que façamos tudo de maneira contrária às causas corretas.³²

Notamos que a preocupação de Sexto Empírico não é generalizada. Ele faz questão de distinguir a astrologia de saberes semelhantes, que também usam as previsões, mas com base

³² O texto em língua estrangeira é: The task before us is to inquire concerning astrology or the “Mathematical Art” – not the complete Art as composed of arithmetic and geometry (for we yet that of prediction practised by Eudoxus and Hipparchus and men of their kind, which some also call “astronomy” (for this, like Agriculture and Navigation, consists in the observation of phenomena, from which it is possible to forecast droughts and changes in the surrounding vault of a similar character); it is rather the casting of nativities, which the Chaldeans adorn with more high-sounding titles, describing themselves as “mathematicians” and “astrologers”, treating ordinary folk with insolence in various ways, building a great bulwark of superstition against us, and allowing us to do nothing according to right reason.

nos fenômenos naturais. A astrologia, ao contrário, é uma ameaça, pois espalha todo o tipo de comportamento baseado na superstição, e não nas “causas corretas”.

Machado de Assis parece ter vivido um bom período de sua vida com este mesmo espírito combativo, mas como bem apontou Lúcia Miguel Pereira, foi deixando de lado as grandes questões para dedicar-se às particulares, principalmente através da ficção. Não podemos negar que o tom dos protagonistas machadianos vai se abrandando com o decorrer de sua obra. Com o tardio conselheiro Aires, encontramos alguém já despojado de perseguir e decifrar as grandes questões, alguém cuja atividade poderia tê-lo colocado diante de grandes acontecimentos, mas “a diplomacia que exerci em minha vida era antes função decorativa que outra coisa; não fiz tratados de comércio nem de limites, não celebrei alianças de guerra;...” (ASSIS, 1988, p. 85), diz o conselheiro. Certamente os teria feito ou celebrado, caso o destino o encaminhasse para tal. Mas Aires não fora agraciado com as grandes reviravoltas que vez por outra acometem os de sua profissão. Não se queixou do papel secundário que tivera, nem da sorte de que agora desfruta: “...podia acomodar-me às melodias de sala ou de gabinete. Agora vivo do que ouço aos outros”.

Aires parece viver um nível adiante do pirronismo descrito por Sexto Empírico. Não opõe uma proposição a uma outra proposição, ao menos não de modo frontal, como afronta ao dogmático precipitado; resguarda seus argumentos e não hesita em corrigir o senso comum; procura defender a tranquilidade da alma e a moderação dos sentimentos, que são os objetivos pirrônicos. Aires parece já ter alcançado tais objetivos, mas eles precisam ser preservados. Ele defende sua condição porque alcançar tais objetivos não é tarefa fácil. Mas também não quer eliminar toda a graça da vida, não quer ser como os novos cétricos, que buscam um mundo completamente dominado, previsível, e chato. Aires não parece se contentar com o papel de mero expectador.

Sexto Empírico relata que os “cétricos esperavam alcançar a tranquilidade por meio de uma decisão acerca da disparidade entre as percepções dos objetos pelos sentidos e pelo pensamento. Sendo incapazes disso, eles suspenderam o juízo. E quando assim o fizeram, a tranquilidade, como que ao acaso, seguiu a suspensão, como uma sombra segue seu corpo” (Sexto Empírico, 2000, p. 12)³³. Sexto não explica como a suspensão de juízo leva à tranquilidade, mas Gustavo Bernardo (2004, p. 30) propõe o seguinte esboço para o trajeto pirrônico (grifos meus):

³³ O texto em língua estrangeira é: [T]he Sceptics were hoping to acquire tranquility by deciding the anomalies in what appears and is thought of, and being unable to do this they suspended judgement. But when they suspended judgement, tranquility followed as it were fortuitously, as a shadow follows a body”

Zétesis é a busca pela verdade, que não termina. Essa busca leva o cético a encontrar não a verdade mas sim a *diafonia*, isto é, o conflito insolúvel entre as diferentes teorias e os diferentes buscadores da verdade. O conflito leva o cético a concluir pela *isostenia*, ou seja, pela equípólencia das teorias (...). Em consequência, o cético precisa acautelar-se, suspendendo seu juízo sobre os acontecimentos e as idéias: a suspensão do juízo é precisamente a *epoché*, que funciona como a chave desse trajeto. Se, por cautela, suspende o juízo, o cético também se recusa a se pronunciar, essa recusa constituindo a *afasia*. Nesse momento, ele se aproxima da *ataraxia*, isto é, da tranqüilidade intelectual garantida pela indiferença, isto é, pela *adiaforia*.

A despeito do que diz Sexto Empírico, que às vezes escreve de forma suavemente provocativa, Plínio Junqueira Smith acredita que o cético percorre um caminho árduo até se ver confiante o suficiente para alcançar a tranqüilidade da alma. Para Smith, alcançar uma tranqüilidade momentânea e efêmera, que se daria após a análise de cada questão investigada, “traria somente mais preocupações, porque uma tal tranqüilidade exigiria sucessivas e constantes suspensões do juízo para ser mantida ao longo do tempo” (2000, p. 25). Imprópria para ser “convertida em objetivo último do pirronismo”, esse tipo de tranqüilidade “exigiria um esforço contínuo e constante de opor teses e argumentos, esforço esse semelhante ao causado pelas crenças morais dos dogmáticos, ao nos fazerem buscar incessantemente um bem por natureza ou fugir de um mal por natureza”. Ou seja, justamente aquilo de que o pirrônico deseja fugir. Para Plínio a tranqüilidade só valeria a pena se fosse algo constante e bem estabelecido na mente do filósofo. E uma tranqüilidade de longo termo exigiria um investimento de longo termo:

O pirrônico, após investigar longa e cuidadosamente diversos ramos da filosofia e das ciências e suspender o juízo acerca de cada tópico, adquiriu uma ampla habilidade de argumentar de ambos os lados. Essa habilidade e, sobretudo, a confiança nessa habilidade são paulatinamente conquistadas, à medida que a experiência pirrônica vai se repetindo com sucesso. No início [...] a tranqüilidade é [...] mais pontual e menos segura, mas, como um rio que se avoluma com a afluência de águas de outros rios, a tranqüilidade precária inicial se avoluma com outras tranqüilidades provenientes de outras questões. E como as águas de um rio se misturam e formam um só grande rio, assim também as tranqüilidades parciais se somam em uma única grande tranqüilidade.

A suspensão do juízo é pontual, mas a tranqüilidade deve ser perene. Aires está experimentado a ponto de colocar sua tranqüilidade em risco, com o flerte perigoso com Fidélia. Apesar de afirmar, naquele marcante 17 de agosto, que já tinha se decidido pela “admiração pura”, o diplomata aposentado é perturbado pela imagem da bela viúva mesmo depois de sua partida para a Europa. E luta contra o verso de Shelley, “com todas as forças sexagenárias restantes”. Mais está seguro de si, já possui lastro pirrônico suficiente para agir assim. Aires também tem condição de aquietar-se diante da recusa de Natividade, e de se manter junto a ela, sem se comportar como um “ingênuo” apaixonado e incômodo, para

usarmos a terminologia de Maia Neto. Talvez Aires nutrisse uma esperança inconfessável (até mesmo ao papel) de que Natividade pudesse partir depois, e não antes de Santos, e o destino seria, quem sabe, escrito de outra maneira.

Mas Aires é humano. Ele se engana. Ele pode pouco ou quase nada diante das forças da natureza, como todo bom pirrônico deve saber, e ao contrário do que Flora pensara. Aires comete indiscrições, por vezes beira à maldade. Os pequenos motivos dados pelo criado José são suficientes para que ele desconfie de que se encontra diante de um grande larápio:

Vou ocupar o tempo em reler uns papéis velhos que o meu criado José achou dentro de uma velha mala e me trouxe agora. A cara dele tinha a expressão de prazer que dá o serviço inesperado [...].

Eram cartas, apontamentos, minutas, contas, um inferno de lembranças que era melhor não se terem achado. Que perdia eu sem elas? [...]. Agora estou entre estes dois extremos, ou lê-las primeiro, ou queimá-las já. Inclino-me ao segundo. Ante mim continuava o meu José com a mesma expressão de gosto que lhe deu o achado. [...] Talvez a idéia que o levou à mala fosse a esperança de algum valor extraviado, uma jóia, por exemplo, ou ainda menos, uma camisa, um colete, um lenço, e sendo assim o silêncio era muito possível. Achou papéis velhos, veio fielmente entregar-mos.

Não lhe quero mal por isso. Não lho quis no dia em que descobri que ele me levava dos coletes, ao escová-los, dois ou três tostões por dia. Foi há dois meses, e possivelmente já o faria antes, desde que entrou cá em casa. Não me zanguei com ele; tratei de acautelar os níqueis, isso sim; mas, para que não se creia descoberto, lá deixo alguns, uma vez ou outra, que ele pontualmente diminui; não me vendo zangar é provável que me chame nomes feios, descuidado, tonto, papalvo que seja... Não lhe quero mal do furto nem dos nomes. Ele serve bem e gosta de mim; podia levar mais e chamar-me pior (ASSIS, 1988, p. 112).

José. Como ele, José. Somos todos josés neste mundo indecifrável. Se estamos na condição de servo ou de senhor é apenas por um simples capricho do destino; “melhor é deixar que (ele) pegue pelos cabelos e nos arraste até onde queira alçar-nos ou despenhar-nos”. Se estamos na condição de ladrão ou de roubado, de tonto ou de esperto, talvez seja uma questão de necessidade, ou de ocasião. Afinal, todos nascemos feitos.

Mas e quanto à falta de leitura de Sexto Empírico por parte de Machado e, conseqüentemente, por parte de Aires? Ora, o desconhecimento de Machado só pode ser sinal de uma coisa: de que não é preciso manual para se tornar um pirrônico. Aqueles que, por obra do destino, puseram as mãos nos escritos de Sexto, puderam pegar um atalho rumo à tranquilidade. Mas o manual apenas não basta, é necessário desprendimento para aceitar a terrível e admirável condição humana. Plínio Junqueira Smith (2000, p. 24) nos lembra que homens com total conhecimento de Sexto Empírico, como Hume, Pascal e Descartes, se desesperaram ao se defrontar com a epoché. E para fugir do desespero precisaram estabelecer pontos de partida arbitrários para suas reflexões, ainda que naturalmente impossíveis de serem demonstrados.

Machado de Assis, ao tomar conhecimento da suspensão do juízo lateralmente, através de homens como Pascal, por exemplo, não se desesperou. Nem buscou uma base sólida no metafísico; uma contradição terminológica, por sinal. Ao contrário, “refugiava-se cada vez mais na pessoa do conselheiro Aires” (PEREIRA, 1988, P. 270), “hipérbole de si mesmo” (LIMA, 1981, p. 107). E deixara, ainda em 1897, portanto sete anos antes do lançamento do *Esau e Jacó*, a seguinte mensagem (BERNARDO, 2011): “quem me dera” ser cético, “que economia de vidros e de defluxos, se eu pudesse ter esta opinião!” (ASSIS, 2011b). Conhecendo a ironia, o *humour* e a sofisticação da escrita machadiana, poderíamos especular: “quem me dera ser cético como será o conselheiro Aires, desde moço ou quase ainda moço; que economia de vidros e de defluxos, se eu pudesse ter tido a mesma iluminação!” Machado de Assis encontrara o atalho deixado por Sexto Empírico através de homens que, em muitos dos casos, preferiram interdita-lo. Mas filantropo como todo bom pirrônico deve ser, e sagaz como deveria ser todo filósofo, não se deteve pelas restrições que se apresentaram em suas leituras; nem privaria o conselheiro Aires de toda a experiência que acumulara, possibilitando ao diplomata o alcance da perene ataraxia por uma via mais rápida e menos dolorosa que a sua.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, H. Porter. *Diary fiction: writing as action*. Ithaca, NY: Cornell University, 1984.

ANGELO, Vitor Amorim de. *Encilhamento*. Disponível em:
<<http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/encilhamento.htm>> Acesso em: 22 set. 2011.

ANNAS, Julia; BARNES, Jonathan. Introduction. In: SEXTO Empírico. *Outlines of Scepticism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

ASSIS, Machado de. A nova geração. In: _____. *Critica litteraria*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1938a.

_____. *A semana* (1897). Crônica publicada em 18 de dezembro. Disponível em:
<<http://machado.mec.gov.br/images/stories/html/cronica/macr12.htm#C1897>>. Acesso em: 23 set. 2011a.

_____. *A semana* (1897). Crônica publicada em 28 de fevereiro. Disponível em:
<<http://machado.mec.gov.br/images/stories/html/cronica/macr12.htm#C1897>> Acesso em: 17 ago. 2011b.

_____. “*Queda que as mulheres têm para os tolos*”. Disponível em:
<<http://machado.mec.gov.br/images/stories/html/miscelanea/mams02.htm>> Acesso em: 26 jul. 2011c.

_____. “*Fernando e Fernanda*”. Disponível em:
<<http://machado.mec.gov.br/images/stories/html/contos/macn018.htm>> Acesso em: 30 jul. 2011d.

_____. “*Ernesto de tal*”. Disponível em:
<<http://machado.mec.gov.br/images/stories/html/contos/macn002.htm#ernesto>> Acesso em: 02 ago. 2011e.

_____. “*O machete*”. Disponível em:
<<http://machado.mec.gov.br/images/stories/html/contos/macn081.htm>> Acesso em: 02 ago. 2011e.

_____. *Esaú e Jacó*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 2005.

_____. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1996.

_____. *Memorial de Aires*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1988.

_____. O primo Bazilio. In: _____. *Critica litteraria*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1938b.

_____. *O alienista*. São Paulo: Ática, 1996.

_____. *Quincas Borba*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1975.

_____. *Ressurreição*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1957.

BARBOSA, Frederico; TARANTINO, Mônica. Para entender Esaú e Jacó. In: ASSIS, Machado de. *Esaú e Jacó*. São Paulo: Klick, [s.d.].

BARNES, Jonathan. *Filósofos pré-socráticos*. Tradução para o português de Julio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARRETO FILHO, José. Machado de Assis. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1969. v. 3.

BERNARDO, Gustavo. *A ficção cética*. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. Machado de La Mancha contra o gigante do realismo. In: DINIZ, Júlio (Org.). *Machado de Assis: 1908-2008*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

_____. *O livro da metaficção*. Rio de Janeiro: Tinta Negra Bazar Editorial, 2010.

_____. “Quem me dera: o ceticismo de Machado de Assis”. Disponível em: <<http://www.dubitoergosum.xpg.com.br/a40.htm>> Acesso em: 16 out.2011.

BRANDÃO, Octavio. *O niilista Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1958.

CLEMENT, of Alexandria, Saint. “Greek plagiarism from the Hebrews”. In: _____. *Stromata*. Disponível em: <<http://www.ccel.org/ccel/schaff/anf02.vi.iv.v.xiv.html>> Acesso em: 29 mar. 2011.

COMTE-SPONVILLE, André. *Dicionário filosófico*. Tradução para o português de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DIDEROT, Denis. *O passeio do cético*. Tradução para o português de Maria das Graças de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DIÓGENES LAËRTIOS. *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*. Tradução para o português de Mário da Gama Kury. Brasília: UnB, 2008.

GAI, Eunice Piazza. *Sob o signo da incerteza: o ceticismo em Montaigne, Cervantes e Machado de Assis*. Santa Maria: UFSM, 1997.

GLEDSON, John. *Por um novo Machado de Assis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A filosofia de Machado de Assis. In: _____. *Cobra de vidro*. São Paulo: Perspectiva, 1878.

HUME, David. *Investigação acerca do entendimento humano*. Tradução para o português de Anoar Aiex. São Paulo: Nacional, 1972.

KURTZ, Paul. *Exuberant Skepticism*. Amherst, NY: Prometheus Book, 2010.

KURY, Adriano da Gama. “Sobre esta edição”. In: ASSIS, Machado de. *Memorial de Aires*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1988.

MAIA NETO, José Raimundo. *O ceticismo na obra de Machado de Assis*. São Paulo: Annablume, 2007.

MASSA, Jean-Michel. A biblioteca de Machado de Assis. Tradução para o português de Cláudia Maria Pereira de Almeida. In: JOBIM, José Luís (Org.). *A biblioteca de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

MAYA, Alcides. *Machado de Assis: algumas notas sobre o humour*. Porto Alegre: Movimento, 2007.

MONTELLO, Josué. *Os inimigos de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MORAES FILHO, Evaristo de. *Francisco Sanches na Renascença Portuguesa*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1953.

PASSOS, Gilberto Pinheiro. *As sugestões do Conselheiro*. São Paulo: EDUSP, 2008.

PEREIRA, Cilene Margarete. *A assunção do papel social em Machado de Assis: uma leitura do Memorial de Aires*. São Paulo: Annablume, 2007.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

POPKIN, Richard H. *The history of skepticism: from Erasmus to Spinoza*. Berkeley: University of California Press, 1979.

REALE, Miguel. *A filosofia na obra de Machado de Assis & Antologia filosófica de Machado de Assis*. São Paulo: Pioneira, 1982.

ROMÉRO, Sylvio. *Machado de Assis*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1936.

RUSSELL, Bertrand. *Ensaio Céticos*. Tradução para o português de Marisa Motta. Porto Alegre: L&PM, 2008.

SARAIVA, Juracy Assmann. *O circuito das memórias em Machado de Assis*. São Paulo: EDUSP, 1993.

SCEPTICISM: Webster’s timeline History, 387 BC – 2007. San Diego: ICON Group International, 2009.

SEXTO Empírico. *Against the Logicians*. Tradução para o inglês de R. G. Bury. Cambridge: Harvard University Press, 1935.

_____. *Against the Physicists/Against the Ethicists*. Tradução para o inglês de R. G. Bury. Cambridge: Harvard University Press, 1936.

_____. *Against the Professors*. Tradução para o inglês de R. G. Bury. Cambridge: Harvard University Press, 1949.

_____. *Outlines of Pyrrhonism*. Tradução para o inglês de R. G. Bury. Amherst, NY: Prometheus Books, 1990.

_____. *Outlines of Scepticism*. Tradução para o inglês de Julia Annas e Jonathan Barnes. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

SMITH, Plínio Junqueira. Sobre a tranquilidade da alma e a moderação das afecções. In: _____. *Ceticismo filosófico*. São Paulo: EPU; Curitiba: UFPR, 2000.

THOMAS, of Celano. *Dies iræ*. Disponível em:
<<http://www.thelatinlibrary.com/diesirae.html>> Acesso em: 06 jun. 2011.

VOLTAIRE. *Cândido*. Tradução para o português de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2003.